

**ATA DA XLIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH**

Aos 14 (quatorze) dias do mês de março de 2019, às 08h30m, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), situado à Av. Cruz Cabugá, nº 767 – 1º andar – Santo Amaro – Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados, devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a XLIV Reunião Ordinária do CRH e, observada a complementação do quórum necessário, registramos que, através de e-mails enviados ao CRH, apresentaram suas justificativas de ausências apenas as Conselheiras **Simone Rosa da Silva e Kalinny Patrícia Vaz Lafayette (ambas, Representantes da Universidade de Pernambuco – UPE/Poli)**. **Fernandha Batista (Presidente do CRH)**: "Bom dia a todos! Para aqueles que não me conhecem, sou Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos – assumi no início de janeiro/2019, e a gente preparou uma sucinta apresentação e eu queria cumprimentar todos vocês, em nome de **João Kennedy** – Secretário Executivo de Recursos Hídricos, que também vem atuando junto conosco desde o início de janeiro. Considero que este é um momento de satisfação, porque a gente se prepara para este momento de reflexão, de encontro, e de projetos e metas no qual a participação desse Conselho é fundamental, pois sou extremamente adepta da melhoria da gestão. A gestão integrada à valorização do tema – e brigo por isto! Não tenho um perfil político, mas brigo por tudo aquilo que eu acho que a gente tem que realmente solicitar uma atenção no âmbito político. E com os recursos hídricos não dá para brincar, pois a gente tem os problemas extremos no Estado – a gente tem o problema da cheia, a gente tem o problema da falta de água, a gente tem o problema do desenvolvimento agrícola, que às vezes empaca na questão do déficit hídrico e a gente tem uma série de problemas, ou seja, ou o Estado se coloca à disposição para priorizar aquilo – e não estou falando somente em termos financeiros, mas em termos de apoiar nas decisões, naquilo que a gente considera que é importante para o tema, ou então a gente não consegue evoluir significativamente! E aí a gente percebe que a ausência da gestão muito prejudica o nosso dia-a-dia, voltado à questão dos recursos hídricos. A gente tem que aprofundar o olhar na gestão, a gente costuma dizer muito – a nossa Presidente da APAC está aqui e pensa como eu! O que eu quero dizer é que gestão é barato! Então, otimizar o uso dos recursos financeiros, no âmbito dos recursos hídricos, a gente só faz se tiver uma boa gestão! E para ter uma boa gestão a gente tem que ter o domínio e a discussão efetiva, a proposição de metas exequíveis e que tenham resultados práticos na vida real. Ou seja, existem as metas, consultorias importantíssimas, mas que a gente tem que ir além de conhecer, dominar o diagnóstico, propor soluções e ir atrás da captação dos recursos – se o governo não tiver como disponibilizar. Ou seja, ter estudos é maravilhoso e ter planos, mais ainda! Mas a meta mesmo é transformar isso em realidade! Eu trouxe uma apresentação sucinta, para a gente discutir dentro de uns 15 (quinze) minutos no máximo, para depois entrarmos na agenda mesmo, da rotina do Conselho. Bem, em termos de missão, a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos foi recriada nesse conceito de abranger os recursos hídricos dentro do nome da Secretaria, mas com o propósito de formular e executar as políticas públicas estaduais de recursos hídricos; coordenar o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Estado; e para promover essa gestão integrada, racional e participativa da infraestrutura do Estado, porque hoje a gente ainda percebe que é muito descentralizado – têm temas que ainda são descentralizados! Por exemplo, há programas e projetos dentro do governo, que estão parte dentro de Desenvolvimento Agrário, parte em Recursos Hídricos, alguns na CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente), alguns noutros órgãos. Então, a ideia é que, cada vez mais, a gente faça essa atuação integrada entre os órgãos! Cada programa desses é importante, e a ideia é que a gente melhore o nível de execução, por exemplo, dos Convênios firmados com o governo federal, porque isso vai possibilitar ao governo do estado a solicitar mais Convênios e recursos, e efetivar projetos e planos que já existem e os que estão, no momento, em desenvolvimento; universalizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e exercer a gestão dos fundos destinados aos recursos hídricos. Então, há os desafios que os senhores conhecem bem, que temos 90% (noventa por cento) do território do estado inserido na região semiárida; há, em grossos números, 80% (oitenta por cento) dos volumes de água localizados mais no Litoral e na Zona da Mata. Então, há uma distribuição irregular de água – isso é conhecido, isso é elementar, mas dentro desses desafios naturalmente existentes, a gente tem alguns objetivos que se iniciam agora, em 2019, e outros que são para darmos andamento de coisas importantíssimas, que se iniciaram, por exemplo, em 2011 e 2012. Então, fomentar ações voltadas para a gestão integrada, a gente tem feito – de melhorar o link, a atuação de todos os órgãos que mexem com os recursos hídricos. Ou seja, quem planeja, quem faz o projeto e quem executa – seja o Programa Água Doce ou Proágua – isso tudo tem que estar sob o mesmo olhar ao nível de estado! A gente costuma dizer: podem ter dois programas, em secretarias distintas, mas se um deles não andar bem, vai impactar no outro – porque é o governo de Pernambuco! A gente está lá, "batendo na porta" do governo federal, para solicitar mais convênios, com mais propostas – e são interessantíssimos neste sentido, mas se um convênio não andar, isso já dá o





respaldo para o governo federal dizer: 'Não! Enquanto esse não for concluído, eu não libero o outro'. Então, a gente tem que ter o 'olhar integrado' mesmo, para fazer com que não hajam entraves, que impeçam cumprir o que a gente solicita aos órgãos financiadores; realizar diagnósticos - isso é uma coisa que já vem sendo feito - isso aí o **Professor Waldir** vem há muitos anos contribuindo com diagnósticos e propostas para a solução de diversos problemas no estado. E o nosso papel é buscar essas fontes alternativas para termos essa segurança hídrica que está sendo bem discutida! Nós temos, ainda considerando também, o Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF) - que hoje já estamos numa discussão da cobrança da água bruta do Rio São Francisco - apesar de que o programa contempla duas etapas. Está aí concluído 60% (sessenta por cento) da primeira etapa - atendendo 10 (dez) municípios. Amanhã, com o Governador **Paulo Câmara**, estarei indo para Belo Jardim - vamos fazer a visita lá, a água já chegou! Há um mês já está regularizado o abastecimento d'água de lá. Mas o Programa de Integração do São Francisco tem o objetivo de trazer água para 63 (sessenta e três) municípios, e hoje estamos no 10º (décimo) município. Então, vai entrar em discussão a cobrança da água - já está na verdade, o governo federal já quer implementar a partir desse ano. E os 04 (quatro) estados do Nordeste beneficiados, estão com o posicionamento de que 'a gente pode pagar por aquilo que a gente está usando, mas a gente exige que seja confirmada, conveniada a garantia das obras complementares do São Francisco - a médio e longo prazo'. Porque se a gente não exigir isto, talvez a gente fique no meio do caminho e, ao invés de a gente chegar a ter os 63 (sessenta e três) municípios com as águas do São Francisco, a gente vá parar com 10 (dez) ou 15 (quinze)! Então, a meta é, de fato, concluir a primeira etapa, para atingir os 45 (quarenta e cinco) municípios e, tão logo quanto possível, conveniar a segunda etapa para chegar aos 63 (sessenta e três) municípios abastecidos. Então, dar continuidade ao Programa de Proteção Contra Enchentes na Mata Sul, que é a questão das barragens, que eu vou falar rapidinho mais para frente; concluir o Programa de Sustentabilidade Hídrica (PSH) - que é importantíssimo para o Estado e já está no último ano de execução - e a gente tem se debruçado sobre ele; dar continuidade ao Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca (PSA-Ipojuca); desenvolver novos Planos Hidroambientais, e cabe destacar que a gente conseguiu executar, com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento ou Banco Mundial) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o PSA e o PSH, respectivamente - isso decorreu da elaboração de Planos Hidroambientais de 08 (oito) anos atrás, no mínimo! Então, a gente tem que manter a ideia de ter planos e projetos para poder estar prontos para captar recursos e trazer a efetivação desse planejamento aí, para a vida prática. Então, na ideia de desenvolver Planos Hidroambientais, está em fase, que já passou da metade para sua conclusão, o Plano Ambiental da Bacia do Una e do Pajeú. Então a gente tem que discutir, aqui, os próximos - a gente não pode parar de ter projeto importante na prateleira, para não ficar lá, e rapidamente a gente conseguir angariar recursos e transformar em ações efetivas; E além disso, incrementar e modernizar a técnica dos dessalinizadores, que já é uma prática de alguns anos. A gente tem estudado, e o governo federal lançou recentemente, agora, acho que em 08 (oito) ou 09 (nove) de março um 'chamamento' para que todas as técnicas sejam avaliadas no Laboratório da Universidade Federal de Campina Grande, e a gente também está encaminhando os modelos que temos utilizado para avaliar essa questão do desempenho e eficiência. E por fim, promover ações que já estão em manutenção, no âmbito das barragens existentes no Estado - e esse é um tema bem recente, na prática, porque na teoria a Lei já existe desde 2010 - a questão de inspeção e manutenção de barragens! Mas depois do acidente em Brumadinho, o país entrou em alerta mesmo, pois teve dois grandes acidentes em 03 (três) anos, então toda a lógica sistemática de inspeção e de manutenção foi modificada, não só em Pernambuco, mas no país inteiro! E a ANA (Agência Nacional de Águas) tem coordenado, tem orientado - capacitou um grupo de engenheiros - a gente já conseguiu fazer vistoria em 10 (dez) barragens dentro de um mês! Tem um grupo de engenheiros, que são mais de 20 (vinte), porque a gente contabiliza também equipes da própria Secretaria, da APAC e da COMPESA, e de outros órgãos que têm apoiado este objetivo, mais com a ideia de a gente se apropriar mesmo! Porque se há obra de barragem é a gente fazer a manutenção como qualquer outra. A questão é que há um passivo aí, e isso tem sido discutido também no governo federal porque não existe uma linha orçamentária definida para isso há muitos anos! Então, esse ano é o ano das inspeções, elaborações de alguns Planos de Segurança - Planos de Ação Emergencial (PAE), mas depois das inspeções vem a necessidade de investir milhões de reais em Segurança de Barragens - e isso vai ser uma longa discussão!" **João Pessoa (da FAEPE):** "Eu queria sugerir, que pelo menos nos objetivos, fosse incluída a questão do Reuso da Água" **Fernandha Batista:** "A gente tem discutido sobre esse tema, iremos incluir! Bem, isso já existe e é uma coisa que a gente tem discutido muito! Inclusive, está em fase de estudo, por exemplo, a questão da PPP (Parceria Público-Privada) de Concessão do Esgotamento da parte que não é da Região Metropolitana do Recife (RMR), com o objetivo de expandir o saneamento, pois hoje, o Estado tem ao todo, 21% (vinte e um por cento) da sua área saneada, e o objetivo é tornar 75 (setenta e cinco) ou 80% (oitenta por cento) saneado - no período entre quinze ou vinte anos! E o Reuso da Água, a gente sugeriu que entre não só na questão da Região Metropolitana, mas também nessa - que está em fase da PPP para o Estado inteiro. É um tema que a gente vai incluir nos objetivos, e a gente já está com isso em vistas aí, na prática do dia-a-dia! Inclusive no meio rural - quando eu digo assim: 'a PPP nessa parte do interior', a gente tem que falar do reuso! Ontem, por exemplo, teve uma reunião, e a gente comentou essa questão de a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Cabanga vai duplicar sua capacidade de tratamento de esgoto, melhorar todos os seus níveis, e essa água vai ser despejada diretamente no Rio Capibaribe. É assim, com um pouco de trabalho a mais, ou de instalação a mais - e eu pedi para pensarem como fazer isso - a gente pode reutilizar essa água, por exemplo, em alguns bairros do Recife, ou de Jaboatão dos Guararapes! A gente



não pode perder de vista, muito pelo contrário, cada vez mais a gente pensar no reuso do próprio resíduo para a questão agrícola mesmo! A gente tem estudado isso, também, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovações (SECTI) e com **Dilson Peixoto**, na Secretaria de Desenvolvimento Agrária (SDA)! **João Kennedy (Secretário Executivo do CRH)**: "Eu peço que quem for se pronunciar, fale o seu nome e a entidade que representa para que seja registrado na ata desta reunião." **João Pessoa (da FAEPE)**: "Deveríamos incluir também o estudo da Legislação, porque o Brasil não tem nenhuma Legislação sobre o reuso da água." **Fernandha Batista**: "Obrigada! Então, o Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco (PSH-PE) trás, junto com o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca (PSA-Ipojuca) – que está aí no slide seguinte – a gente tem hoje uma carteira de projetos que representam R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) de investimentos! São projetos de grande porte, que além da efetivação, porque hoje a gente tem por exemplo, Surubim – 99% (noventa e nove por cento) saneado – falta um mês para terminar uma intervenção de R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de reais); a gente tem Sanharó, que está em obras – estive lá em Sanharó, uns 30 (trinta) dias atrás, está com 40% (quarenta por cento) da obra em andamento; Belo Jardim está iniciando, também, para chegar a ter 90% (noventa por cento) do território do município saneado. Então, a gente fala de vários municípios que foram contemplados por esses dois programas, e que a gente não pode parar – tem que ter o PSA-2, o PSH-2 e 3 – até a gente atingir um limite razoável! Nos dias de hoje, a gente dizer que um Estado só tem 21% (vinte e um por cento) de sua área saneada – a gente está bem atrasado! E infelizmente é uma realidade nacional! Bem, o PSH tem uma abrangência de 3.500.000 (três milhões e meio) de pessoas, com um investimento de US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares); está no último ano de execução; foram 08 (oito) anos de contrato, com grandes obras realizadas, e grandes projetos desenvolvidos dentro desse programa! Nesse próximo slide, está um exemplo, a SES (Sistema de Esgotamento Sanitário) de Surubim! Ai em Surubim a gente está atuando, com 100% (cem por cento) da sua área saneada! São grandes avanços ambientais e sociais, e isso aí interfere diretamente na questão da saúde pública. No slide seguinte temos o SES de Santa Cruz do Capibaribe, que também está bem próximo de ser concluído, e temos vários outros, que eu não trouxe para não ficar uma apresentação muito extensa, pois eu ficaria umas duas horas somente falando do PSH, por exemplo! E o PSA-Ipojuca segue o mesmo propósito, mas limitado à Bacia do Rio Ipojuca. É um projeto financiado pelo BIRD, com a abrangência de atender 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas, com um investimento de US\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de dólares), com a participação do governo do estado em US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares). Então, é um projeto extremamente importante, que a gente deve fazer ações que já estão em andamento, tais como: o Plano Hidroambiental do Una e do Pajeú, que podem se tornar os próximos PSAs do Estado! Então, a gente tem que estarmos prontos para solicitar os recursos e investir onde for preciso. Então, dentro do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Ipojuca vários municípios são contemplados – uns com projetos e outros com obras. Então, o que tem obras, a gente vai chegar a concluir etapas importantes, bacias importantes nesses municípios – a gente vê aí: Gravatá que está em obras, Chã Grande, Caruaru. E quando tem projeto e obra é porque parte da cidade vai ser contemplada com projeto e parte dessa cidade já vai ter obra concluída dentro de um ano e meio. Esse projeto deve acabar dentro de uma e meio, mais ou menos. Então, são projetos importantíssimos para a gente, que a gente não pode perder de vista e nem parar por aí! E nesse slide vemos o SES de Tacaimbó, e além desses temos o SES de Gravatá, que já está em funcionamento, o de Chã Grande, enfim. Nesse slide está o de Gravatá, com toda a interferência de obras, articulações sociais, enfim, com muita intervenção, porque dentro desse contrato não temos só projeto e obras, pois tem também a questão social porque, às vezes, o próprio munícipe encara, e diz que não tem condições de fazer sua ligação na rede corretamente. Às vezes, ele não tem todos os equipamentos necessários para poder trazer o encaminhamento. E essas obras, executadas pela COMPESA, entram na casa das pessoas, para fazer com que esse esgoto, de fato, seja coletado – para não ter risco de estar passando com a rede de esgotamento ali, e o despejo está sendo feito indevidamente na rede de drenagem, ou num corpo hídrico próximo! Então, tem aí uma questão social muito forte envolvida durante a execução dessas obras. E nesse slide, temos a Adutora do Agreste, que hoje está em obras, que abrange 2.000.000 (dois milhões) de pessoas! É um investimento estimado em R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), com cerca de 80% (oitenta por cento) desse valor sendo financiado pelo governo federal – com os recursos de todos os brasileiros! É um projeto de extrema importância para Pernambuco, e que foi planejado há 20 (vinte) anos! Então, eu costumo dizer assim: 'a gente não pode para de planejar, a gente pode ser consumido pelas coisas que estão em andamento hoje, mas não pode perder de vista o amanhã', porque se alguém, 20 (vinte) anos atrás, não tivesse pensado no Agreste, a Transposição do São Francisco só iria passar por Pernambuco, e não iria amenizar a dor de ninguém! Por isso a gente não pode perder de vista, e eu digo isso para mim mesma, a importância do planejamento integrado, no Estado! Hoje a gente tem 10 (dez) municípios já sendo atendidos com a água do São Francisco e a meta é que a gente atinja, nos próximos dois anos, 45 (quarenta e cinco) municípios, com águas oriundas do São Francisco – ainda que haja a efetivação da cobrança pelo uso da água bruta – que está prevista para começar neste ano – e isso supera R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais) por ano, por exemplo, para o Estado! Além disso, a continuidade da proteção contra as enchentes na Mata Sul. Foi planejado também, pelo professor **Almir**, anos atrás, desde as enchentes na Mata Sul em 2010 – eu, particularmente, me envolvi muito nas obras de reconstrução desses 45 (quarenta e cinco) municípios que foram afetados – participei do gerenciamento das obras de infraestrutura – diante da Decretação da Situação de Emergência, do Estado de Calamidade, enfim. E disso, surgiu o planejamento e os projetos dessas barragens, que foram iniciadas, e por questões financeiras, por problemas de crise



financeira, o governo do estado optou por investir na principal, na Barragem de Serro Azul – que foi concluída em 2017, e que livrou novas ocorrências com graves consequências, porque as chuvas de 2017 foram tão intensas quanto às de 2010! Então, a nossa meta atual são as Barragens de Barra de Guabiraba, Gatos, Igarapeba e Panelas II, que foram parcialmente executadas, e hoje, já foi sinalizado como favorável, a gente está na fase de efetivação, de retomar duas dessas quatro barragens que foram paralisadas! Então, Serro Azul com investimento superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) foi concluída, e a gente pretende retomar, pelo menos, duas barragens ainda nesse ano – com a garantia de ter os recursos, para não fazer uma parte da obra e parar! Então, a gente está ratificando junto ao governo federal, essa questão da garantia integral dos recursos para retomar duas delas, e concluir até dezembro de 2020! Enquanto isso, negociar, conveniar, ver quais são as fontes de financiamento para as outras duas obras serem iniciadas em 2021. Aí no slide, são fotos da Barragem de Serro Azul – a Barragem Governador Eduardo Campos, que recentemente, depois da questão de Brumadinho, houve vários questionamentos em relação à instabilidade da barragem – o CREA/PE, inclusive, chegou a fazer vistoria e emitir um Parecer Técnico, afirmando que não há risco de rompimento! Enfim, é uma barragem de grande porte, é a quinta maior do estado de Pernambuco, e que já passou pelo teste da segurança, com as chuvas de 2017! É uma coisa que o professor Almir sempre diz: 'não perca de vista as barragens!' E a gente faz reunião toda semana – inclusive eu já estive 03 (três) vezes em reunião com o Ministro do Desenvolvimento Regional, e a pauta é a retomada das barragens! A gente precisa trazer essa proteção – e não só isso! Porque, por exemplo, a Barragem de Serro Azul, foi pensada para ser construída somente para conter a questão das cheias, mas hoje está em execução uma adutora de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), que é a Adutora de Serro Azul, que vai levar água de Palmares também para o Agreste! Ela também tem um plano e uma capacidade de melhorar o nível do abastecimento humano da Região do Agreste! E a questão dos dessalinizadores - o primeiro levantamento que a gente fez foi: quantos estão em funcionamento? Tem 285 (duzentos e oitenta e cinco) instalados no Estado, e a gente fez o levantamento da questão do funcionamento – a gente tem que ter uma atuação de manutenção eficaz, porque se não, a gente pensa que tem 285 (duzentos e oitenta e cinco), e não tem! Porque falta de manutenção significa não ter! Ou seja, ter instalado, não é só fisicamente – é estar funcionando! Então, entre janeiro e fevereiro a gente levantou e já foi retomada a questão da manutenção dos dessalinizadores. Além disso, a gente já fez estudos, na verdade, já está bem avançada, essa fase de diagnósticos, para implantação dos próximos! Então, é um tema que está sendo bastante discutido, que Pernambuco já se utiliza da tecnologia há muitos anos, e que a gente tem que melhorar a manutenção, e pensar efetivamente, nos locais mais adequados para a instalação dos novos dessalinizadores. No slide, está uma demonstração de onde estão localizados, os já instalados, nos 63 (sessenta e três) municípios, e chegam a atender 40.000 (quarenta mil) famílias! Além disso, a gente está numa discussão muito forte, com o estado do Ceará, em relação ao saneamento rural, que é importantíssimo! A gente concluiu um trabalho, que vai ser até apresentado aqui hoje, das alternativas de gestão dos Sistemas de Saneamento Rural no Estado, e o Ceará tem sido muito atuante, com a gente, com a finalidade de ajudar, pois já estão num nível mais avançado nesse sentido, e ele tem apoiado o estado de Pernambuco. Então, a gente tem feito discussões intensas – na próxima semana vai ter um encontro em Juazeiro do Norte - que nossa equipe vai participar, mas com a finalidade de trazer soluções, e tropicalizar para Pernambuco, pois nem tudo que acontece no Ceará a gente tem que replicar igualmente aqui! Mas muita coisa que acontece por lá, acontece igualmente aqui, mas muita coisa que acontece lá, também poderá resolver os problemas daqui, porque são parecidos – são mais ou menos parecidos com os desafios que a gente enfrenta! Então, são apresentações sucintas, e eu me coloco à disposição de vocês. É um prazer estar aqui e estou às ordens!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Bom dia a todos! Nesse momento que se vê a possibilidade de novos investimentos e novos projetos, eu acharia importante se ter um estudo da viabilidade econômica e ambiental da implementação de uma planta de dessalinização de água do mar, para abastecimento da Região Metropolitana do Recife (RMR), pois eu acho que é algo que já se deve pensar – eu acho que Pernambuco teria que, não decidir, mas pensar, coletar informações, coletar dados para justamente ter, nesse arquivo de projetos, na hora que surgir uma oportunidade – até mesmo feito pela iniciativa privada – porque a gente sabe que, cada vez mais, os recursos públicos estão mais concorridos em outras utilizações - então, essa seria a minha sugestão, obrigado!" **Fernandha Batista:** "Nós é que agradecemos! Tem um grupo, que na verdade é composto de representantes da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SIRH) e de Desenvolvimento Econômico (SDEC), que estudam a questão da energia – que é importantíssimo – e que têm se debruçado sobre este tema! É óbvio que a gente tem pensado em fontes alternativas para a questão do abastecimento, para a questão hídrica como um todo! Enfim, há técnicos que defendem que 'trazer a água do mar é a melhor solução para a gente' – em termo de volume sim, mas os custos são elevadíssimos! Então, a gente tem que pensar, área por área, quais são formas, ou as fontes seguras, para garantir o abastecimento, de modo que a gente também consiga lidar com a operação e a manutenção do sistema! Hoje, Noronha tem uma planta de dessalinização da água do mar, que é extremamente moderna, mas Noronha não tem muitas outras opções para o abastecimento regular. Então, é uma coisa que a gente tem estudado, mas com cautela – eu até li um artigo um dia desses, que foi publicado na Folha de São Paulo, falando isso: 'olha a gente tem que fazer isso com cautela, porque Israel faz isso porque não tem de onde tirar! A gente tem que ter cuidado, porque depois vem a questão do atropelo mesmo – dos custos exorbitantes com manutenção e operação, e aí de fato, numa coisa eu concordo com você: que a gente tem que de fato estudar, para avaliar quais são as principais fontes, e como utilizar isso de forma segura e sustentável!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Eu queria trazer uma informação para a senhora, há mais ou menos trinta dias, aqui nesta federação, nós recebemos o Embaixador





de Israel, o senhor **Yossi Shelley**, esteve aqui e fez uma apresentação! A gente sabe que essas tecnologias vêm evoluindo e com diminuição de custos. Para se ter uma ideia, na apresentação dele, hoje, o custo por m<sup>3</sup> (metro cúbico) custa US\$ 0,80 (oitenta cents de dólar) – que vai depender, obviamente, do tamanho da planta! Então, a tendência de futuro, é cada vez ser mais viável – como a energia solar fotovoltaica, que antigamente era um negócio inconcebível! A tendência, no futuro, é a dessalinização em escala maior, para ela ser cada vez, mais viável!" **Fernandha**: "Eu estive com o Embaixador duas vezes, durante o mês de fevereiro agora, uma aqui e uma em Brasília. E a gente se comprometeu a fazer os levantamentos, que estão em andamento, para poder a gente apresentar – fazer um Plano de Ação voltado para essa questão da tecnologia que eles detêm, que é bem avançada por causa da necessidade deles mesmo. E a gente receber esse apoio aqui! A questão da dessalinização da água do mar, é que é uma coisa bem preliminar, e que está em fase de estudo mesmo, mas as outras tecnologias de que eles dispõem, a gente vai explorar!" **Edneida Cavalcanti (da ANE)**: "E como mais uma reflexão, nessa linha dos dessalinizadores, é a necessidade de engrossar o meu ponto de vista em duas frentes, extremamente importantes, que a questão da gestão dos dessalinizadores, envolvendo as comunidades locais – e aí eu acho que nesta perspectiva, as experiências do Ceará com o Sistema SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural), já aponta algumas perspectivas – apesar também que aponta alguns aspectos que eles próprios estão reavaliando, principalmente nessa linha de como as comunidades locais se envolvem com a questão. E a outra diz respeito de como lidar com os rejeitos. Tecnologia é uma coisa maravilhosa, mas junto com ela traz também um conjunto de situações que precisam ser vistas! Então, efetivamente, a gente vê que é uma questão que compromete, ou seja, tem o tanque de rejeito, mas nem sempre o tanque está funcionando a contento! Nem todos os lugares que têm dessalinizador, tem o tanque de rejeito instalado, enfim. É o cuidado que a gente precisa ter com essa história de simplesmente sair implementando tecnologias!" **Fernandha**: "Defendo que antes da implantação, da expansão do que existe, a gente cuide bem do que já tem, e planeje essa expansão. Por exemplo, a implantação de um dessalinizador não pode ser somente porque alguém mandou um ofício, solicitando que implante aqui! Então a gente está com essa cautela, e ontem, em mais uma reunião que a gente fez a respeito do saneamento rural, a gente falou também desse ponto que você comentou: da apropriação da comunidade – não tem como o Estado manter uma equipe, onde um engenheiro, um técnico, enfim, um fiscal, rode quilômetros e quilômetros, para simplesmente verificar se aquilo está funcionando, ou para no dia-a-dia cuidar daquilo! Então, a comunidade tem que se apropriar, a comunidade tem que cuidar, tem que ter alguém que olhe por aquele equipamento – não como 'isso é uma obrigação da Prefeitura ou do Estado'! Isso é da comunidade, e a gente tem discutido muito sobre isso também! Obrigada!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "A senhora falou muito bem aí, sobre o planejamento - da importância do planejamento! Mas eu questiono, pois o Estado tem um Planejamento Estratégico para os próximos 20 (vinte) anos. Então, é uma questão importante para a gente saber: qual a disponibilidade que nós temos em águas superficiais, águas subterrâneas, águas importadas e como a gente vai conviver com essa população crescente, principalmente no Agreste, com novas indústrias se expandindo? Qual a capacidade de suporte que a gente tem, nos próximos 20 (vinte) anos, para atender essa demanda? E como a gente vai gerir essa demanda tão grande, com a capacidade, que eu acho até limitada, que nós temos? Então, como é que nós estamos vendo isso?" **Fernandha**: "Existe uma preocupação e uma atuação constante, em relação a este tema do planejamento – é o que eu digo: 'a gente está pensando, obviamente, no desenvolvimento econômico-social, e isso tudo tem que estar atrelado com a capacidade que a gente tem de suprir, como um insumo fundamental! Então, está em fase de conclusão da Licitação, da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), e aí nos próximos, talvez, um mês e meio, mais ou menos, a gente já esteja assinando o contrato, e além disso, a gente já está – antes desse contrato ser assinado – fazendo a compilação de vários estudos que existem, e que são recentes, por exemplo, a disponibilidade da água subterrânea, enfim, diversos assuntos que estão sendo discutidos, debatidos e consolidados, além da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – que vai trazer esse tipo de resposta, que a gente precisa ter em mente qual é a capacidade de hoje? Bem, é uma melhoria de todos os instrumentos da política pública dos recursos hídricos: é a questão da fiscalização, da outorga, demanda versus oferta. Ou seja, isso, espacialmente distribuído no Estado – como é que funciona, considerando o potencial de crescimento de cada região, e a intensão do desenvolvimento agrícola nas diversas regiões, principalmente, no Agreste e Sertão – principalmente no Sertão do Estado! Ou seja, a gente tem desenvolvido um trabalho interno, na Secretaria – que envolve diversas outras, porque não é um trabalho único da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, mas com o envolvimento de outras, que tem sido coordenado por nós. Então, a ideia é que a gente tenha em curto prazo, esse planejamento atualizado! O Ceará concluiu no ano passado, o Plano de Ações Estratégicas para, eu acho que, 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos – a gente até recebeu uma minuta recentemente, e eu estive com **Francisco Teixeira (Secretário de Recursos Hídricos do Ceará)**, um dia inteiro lá, duas semanas atrás, onde eles apresentaram para a gente várias coisas, que eles avançaram nos últimos 20 (vinte) anos! Então, tem muita coisa que a gente tem que fazer nesse sentido, mas também Pernambuco tem uma Política Estadual de Recursos Hídricos que é bem avançada, e que é referência também, que quando o governo federal fala, sempre cita o Ceará e Pernambuco como os Estados que têm as políticas públicas mais avançadas nesse sentido! Então, a gente também não está partindo do zero! A gente tem que melhorar, tem que atualizar, tem que modernizar e envolver mesmo, tecnologia, reuso! Mas Pernambuco tem uma consolidação importante nesse âmbito!" **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "Diante da sua apresentação, a gente vê a necessidade de dar continuidade dos programas, tanto do PSH como do PSA, mas eu quero aí, é rever, porque eu tenho reclamado ao longo do tempo, é



284 exatamente, da participação dos Comitês de Bacias, porque eu acho que são muito importantes dentro desse sistema, que  
285 tem lá a sociedade civil, o poder público e usuários – e muitas vezes o Comitê fica inútil para aprovar, porque por exemplo,  
286 o PSA-2 ou 3, que vão surgindo – vão ter que passar pelos comitês! Mas quando as coisas acontecem, muitas vezes,  
287 ontem mesmo eu estava lá na APAC, e soube que vai ter a inauguração da ETE de Gravatá, mas nem ao Comitê  
288 comunicaram, para que a gente possa fazer esse contato na bacia! Então, eu acho que essa discussão é muito importante,  
289 e que esses acontecimentos passem pelo Comitê de Bacias, para que a gente possa tomar conhecimento! E isso não é de  
290 agora - ao longo do tempo que isso vem acontecendo e eu venho sempre reclamando sobre isso!" **Fernandha:** "Está certo,  
291 a gente agradece a sua sugestão e a gente concorda que essa participação deva ocorrer no momento da aprovação – onde  
292 as coisas são discutidas! E a gente pode programar algumas reuniões, alguns encontros extraordinários – com temas  
293 específicos, para a gente se aprofundar, discutir e trazer esse acompanhamento mais de perto, tanto do planejamento,  
294 quanto das ações que estão em andamento!" **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca):** "Você falou que esteve em Sanharó, e ela  
295 é a minha cidade! Eu sou o Presidente do Comitê e nem soube que você esteve lá! Está lá o trabalho e você sabe muito  
296 bem que o que está acontecendo é importantíssimo! Mas a sociedade, muitas vezes é revoltada pelo trabalho que está se  
297 fazendo, porque é muitas vezes mal feito! Há cobranças, há audiências de câmaras, e gente tem que estar presente para  
298 discutir essas coisas – por isso que acho isso importante. Obrigado!" **Fernandha:** Nós temos que dar mais importância na  
299 relação com os Comitês de Bacias!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Fernandha, parabéns pela posse, pelo cargo! E eu sinto  
300 em você uma vitalidade muito grande, é uma vitalidade trazida pelos neurônios novos! E a gente tem muito neurônio velho  
301 por aqui – inclusive o meu! Eu diria que daqui a 30 (trinta) anos, eu não estarei mais neste Conselho! Quem sabe, não é?  
302 Mas pode mandar um recado, lá na casa, que eu posso responder alguma coisa! E a outra, mas em relação a isto ainda, é  
303 que você tem uma coisa que é o envolvimento real com o tema e pelo que me parece, você não manda fazer, você faz!  
304 Você vai para a reunião, discute e assume – a partir daquilo que você já conhece! Então, eu acho que é um caminho muito  
305 bom para a gente! Estou torcendo para que as coisas caminhem bem! Eu gostaria que você fizesse alguma consideração  
306 sobre essa questão, que fica muito dúbia, nas discursões mais abertas, em relação à questão da dessalinização: O novo  
307 governo federal, quando assumiu, lançou aquela 'espuma' e trouxe uma planta para dessalinizar a água dos Ministros que  
308 estavam tomando posse em Brasília, dentro do Lago Paranoá! E a ideia é que parece que é possível levar uma planta  
309 enorme, de Israel, para o semiárido – onde não tem disponibilidade hídrica nesse local, para tanta água salgada! E ao  
310 mesmo tempo se pensa para o mar, quando a gente tem um superávit hídrico, de pelo menos, para 10 (dez) ou 15 (quinze)  
311 anos na Zona da Mata e Região Metropolitana – terminei respondendo o que eu iria perguntar! Mas eu sei que você tem  
312 muito mais propriedade do que eu para dizer isso! Então, por favor, se você puder se posicionar a respeito disso, porque  
313 essa história de 'mentirinhas', das repentinas soluções, passa a ideia de que é possível fazer dessas formas." **Fernandha:**  
314 "Hoje, o que eu estava comentando também, na outra resposta que fiz a respeito de dessalinizador. Bem, só um parêntese:  
315 eu sou muito apaixonada pelo tema recursos hídricos – há muitos anos! Bem, obrigada pelo apoio professor! Mas essa  
316 questão de dessalinizar a água, que Pernambuco já faz, eu arriscaria em dizer, há uns 20 (vinte) anos – isso é um tema que  
317 não é novo, apesar de muitas vezes o governo federal tratar como sendo, mas os planos dessa questão da tecnologia de  
318 Israel, e que para a gente, o desafio, é que a gente implante onde já tenha água, e seja uma água salobra! Não pode ser  
319 discricionário – e eu até estava dizendo assim: não pode ser porque alguém, ou um representante de associação, ou um  
320 representante do comitê, ou um prefeito, ou um vereador de uma localidade que solicitou que se implante, e a gente vai lá  
321 implanta – não! Não é assim! A gente precisa, e isso já está em fase de conclusão – já foi feito um diagnóstico, que foi  
322 contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), que diz onde tem água salobra, qual a disponibilidade, onde  
323 tem no Estado! Qual é a disponibilidade e isso tem uma recarga garantida? E onde não tem o abastecimento regular,  
324 porque a gente tem que casar as duas coisas – eu não posso sair implantando dessalinizador porque tem água salgada, ou  
325 porque tem um déficit no abastecimento – sem saber se ali tem uma vazão adequada para aquela demanda! Então, a gente  
326 está nessa fase de otimizar a implantação e a expansão da planta de dessalinização. Não há a intensão, hoje, de fazer uma  
327 PPP, por exemplo, para dessalinizar a água do mar, porque – como o senhor falou – existe uma capacidade de atendimento  
328 no Agreste, no Litoral. Então, dessalinizar a água do mar para levar água para o Agreste é muito mais caro, do que  
329 considerar a Transposição – que está aí! É uma coisa que a gente tem estudado, que a gente se preocupa e que a gente  
330 pensa na eficiência desses equipamentos – dos que estão instalados e dos que a gente pretende instalar. A gente está  
331 participando desse trabalho, com o governo federal, de ver a questão da eficiência, mas mais do que isso, é compreender a  
332 demanda e a oferta do Estado, para poder solicitar! Eu poderia chegar hoje, no governo federal e pedir para eles, tantos  
333 milhões de reais para eles colocarem, com a tecnologia de Israel, em Pernambuco! Mas eu não posso fazer isso, antes de  
334 ter o nosso estudo concluído! É preciso saber, exatamente, o que a gente está pedindo! Eu não posso chegar lá e pedir 30  
335 (trinta) milhões – e eles vão perguntar: 'para quê trinta milhões?' E eu vou responder: 'bem, é porque a gente está  
336 estudando onde é que a gente vai implantar' – não pode ser assim! Então, a gente está com a cautela técnica, mas com  
337 pressa temporal, pois eu também não posso ficar 02 (dois) anos estudando! Como os diagnósticos já existem, a gente está  
338 numa fase de compilar e de fazer levantamentos também – onde é que o Exército leva pipas? Que é a forma mais  
339 retrógrada de se fazer abastecimento, e que Pernambuco ainda explora! Mas isso tem que ter um tempo, a gente não pode  
340 passar a vida inteira tendo comunidades sendo atendidas com carros-pipas – não é razoável! Então, se a gente fala hoje  
341 em planejamento, a gente tem que verificar quais são as formas, de comunidade a comunidade, que superam mil no Estado



– passar a ser atendida de forma segura: como armazenar, onde tem água, onde a exploração tem que ser de água subterrânea, onde tem o maior potencial para armazenamento de água superficial! Ou seja, quais são as fontes alternativas, para haver, de fato, a segurança hídrica – não se prendendo a tecnologias, que se adapta a outros países – porque a gente tem que considerar a situação de Pernambuco de fato! Então, é uma fase de estudo, que por hora, a gente não pretende trazer a água do mar para levar para o Agreste – porque isso está vindo do Rio São Francisco! E que a gente tem pensado em outras fontes também seguras para compatibilizar e ter uso racional e sustentável – porque também não adianta a gente pensar em suprimentos de hoje, para cinco anos, e daqui a vinte anos a gente estar em crise, em colapso total! É isso. Espero ter lhe respondido!" **Waldir Duarte (da UNIECO)**: "Sou ex-professor de universidade, pois já estou aposentado, e faço minhas as palavras do professor e amigo **Ricardo Braga**, a respeito das expectativas que foram geradas pela sua apresentação, e fiquei feliz, inclusive, porque coroou com pleno êxito, os nossos esforços de levar ao Governador uma proposta, uma sugestão, de criação de uma Secretaria de Recursos Hídricos – como fizemos no ano passado, porque vínhamos sentindo a dificuldade de recursos hídricos atuar como uma secretaria, ter o status de uma secretaria - isso é muito importante! Graças a Deus o governo resolveu fazer essa secretaria! Tenho certeza que ela trará bons frutos na atual gestão. Eu gostaria de falar sobre um dos aspectos que foi falado aqui, que é a questão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), pois fiquei muito feliz em saber da senhora, que esse plano vai ser realmente feito agora, porque este plano atual foi feito ainda no governo de **Arraes**, e era previsto por Lei, que a cada 04 (quatro) anos seria ser feito um novo plano – o que nunca foi feito nestes 20 (vinte) anos! Eu participei, inclusive, do primeiro plano – a parte de águas subterrâneas foi feita por nós. Eu fiquei muito feliz que vocês vão fazer, agora, esse novo plano! E finalmente, eu gostaria de falar sobre a questão de Legislação! A senhora falou da questão da cobrança da água, e a cobrança da água está prevista em Lei – não só para água superficial, mas também para água subterrânea, é para que todos os poços, que sejam outorgados, estejam sujeitos à cobrança! Mas a atual Legislação de Pernambuco exclui o abastecimento domiciliar de ser cobrado o uso da água! Quatro anos atrás o governo do estado enviou para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) uma nova versão da Lei de Águas Subterrâneas, porque essa Lei atual foi feita vinte anos atrás – e fez uma nova versão da Lei, onde a cobrança da água subterrânea é generalizada! Então, eu gostaria que o governo se empenhasse na aprovação dessa nova Lei, que está lá na ALEPE há quatro anos, sem nenhum desfecho, para que a gente possa atuar. Inclusive, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), da qual eu faço parte também, apresentou uma proposta alternativa para essa Lei, porque têm muitos aspectos que não foram abordados no Projeto de Lei – e nós gostaríamos muito que fosse considerada, também, essa proposta da Câmara Técnica, que também está lá na Assembleia. Muito obrigado!" **Fernandha**: "Obrigada professor! Dentre tantos temas, a cobrança da água é um dos que a gente, também, tem se debruçando! Bem, o Ceará cobra a água – implementou o instrumento da política da cobrança das águas há 21 (vinte e um) anos! E isso dá uma capacidade gerencial extrema para o Ceará, porque traz uma infraestrutura adequada para você, de fato, conhecer, monitorar, fiscalizar, enfim, emitir outorga e realizar esses planos com muito mais propriedade. Bem, a Paraíba implantou, de três a quatro anos para cá! E a gente retomou esse tema, professor, a gente está numa fase de, não de fazer tudo de novo – porque já foi feito! Porque a três, quatro anos atrás já houve um empenho enorme da equipe técnica, em chegar num formato que hoje se encontra essa minuta de Lei! Então, a gente não pretende fazer tudo de novo – longe disso! Mas a gente pretende, a gente já retomou o tema, e a gente está em fase, hoje, de Revisão Final, para reiniciar a discussão, obviamente, neste Conselho. Geralmente é um tema que é aceito, que as pessoas entendem que é muito mais para disciplinar e dar um apoio à gestão, do que uma fonte de receitas para coisas que não são bem voltadas aos recursos hídricos – longe disso e nem poderia! Então, é um tema que já foi retomado, que a gente, em curto prazo, pretende levar a discussão para a Assembleia, pois a gente está numa fase, mesmo, de revisão – se o senhor quiser e tiver disponibilidade, na nossa conversa, a gente pode colocar isso em pauta para, quem tiver interesse, participar de uma revisão mesmo, final – não rediscutir tudo de novo, porque não cabe mais – já está bem avançado! A metodologia foi muito bem desenvolvida e aplicada, ou seja, agora é uma fase final para a gente implementar! Isso já foi levado ao Governador, ele concordou com os termos adotados, e a gora para revisar – desrespeitar esse Processo Legislativo, com a participação atuante do Estado, para tornar isso implementado a curto prazo!" **João Kennedy**: "Senhores, antes quero dar minha opinião aqui: Secretária, senhores, eu sei que todos estão ansiosos a fazer perguntas para a Secretária, tendo em vista que não é sempre que um Secretário de Estado está presente nessa reunião, mas tendo em vista a nossa pauta – que é gigantesca, e o adiantado da hora, eu pediria a todos os senhores, uma brevidade nas perguntas, ou que a gente encerra-se agora, para continuar com as pautas – seria possível assim?" **Luciano de Farias (da SES)**: "Bom dia a todos e todas! Eu faço parte da Vigilância de Desastres Ambientais, e aí em relação à seca, que é um desastre crônico, que acomete uma parte do nosso Estado, eu tenho dúvidas em relação à questão da dessalinização. Como a senhora falou que faz vinte anos que tem o processo – eu poderia chutar aproximadamente isso, e que há diversos setores, diversas entidades, que fazem perfuração de poços e que fazem o processo de dessalinização. Eu queria saber se existe um mapeamento desses dessalinizadores, em relação, inclusive, a como é que está a condição desse dessalinizador, e se isso poderia ser passado para a gente, para que a gente possa fazer nossa contribuição no controle da qualidade da água?" **Fernandha**: "Existe um diagnóstico, um mapeamento, onde eles estão localizados, e a gente pode estreitar a relação com a Secretaria de Saúde, para avaliar essa questão da qualidade da água. Bem, a gente troca os contatos aí no final!" **Kátia Távora (do DNOCS)**: "Eu queria apenas passar umas informações, que referendam muito do que já foi discutido aqui. Esse novo governo federal, traz a questão da



dessalinização como se tivesse descoberto a roda, e que o Brasil não tivesse o domínio dessa tecnologia. Então, quando eu estive em Israel – para um curso financiado pelo Ministério do Exterior, em Israel, eu levei dentro dessa apresentação a respeito dos recursos hídricos e enfrentamento da desertificação aqui no Brasil – eles ficaram admirados com a nossa proposta de implantação de pequenos sistemas nas comunidades, onde é desenvolvido o Programa Água Doce (PAD), porque eles têm lá a tecnologia de grandes plantas, mas com essa tecnologia de comunidades pequenas e difusas – eles ficaram admirados! Outro ponto que eu queria abordar, que eu acho que essa experiência a gente poderia trazer para gente, é a questão do reuso. À época, eles já reutilizavam 94% (noventa e quatro por cento) de toda a água servida, e com uma perspectiva que nos próximos 05 (cinco) anos, eles iriam atingir 99% (noventa e nove por cento)! E essa água era utilizada para diversos usos, inclusive, a questão da produção agrícola. E lá, você vê que as adutoras são paralelas – de água salgada, de água de reuso e de água doce. E a água salgada é também usada, dentro da tecnologia da produção agrícola! Então, isso aí é que é importante a gente trazer! Agora, uma questão que diz respeito ao estado do Ceará, é que quando eles colocam que ‘eles estão à frente’, foi porque quando eles criaram a entidade que hoje administra a água (a CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará), toda essa cobrança que eles fazem, eles dizem que estão sendo pagos pelo serviço, e não pela água! E esse dinheiro é para manter essa máquina funcionando e os reservatórios continuam sem manutenção – nenhum centavo, dessa água, arrecadado vai para manutenção de reservatórios – e isso deve ser pensado aqui no estado de Pernambuco como um todo, seja um reservatório estadual, seja um reservatório do governo federal!” **Fernandha:** “Eu estive, Kátia, com **Ângelo Negreiros (Diretor Geral do DNOCS)** e a gente falou sobre isso, especificamente, sobre essa necessidade de manutenção, porque por exemplo, Jucazinho que está em obras, precisava de uma recuperação de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) – uma parte já foi feita, mas hoje está em trinta e poucos milhões – mas trinta e poucos milhões não é o orçamento da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH) para 2019 – está longe disso! Então, é uma coisa que a gente discutiu na Agência Nacional de Águas (ANA) – ainda que seja de domínio de “a” ou de “b”, como é que vai ser? E essa conta não é pequena! E como há uma demanda reprimida aí – Jucazinho está em obras hoje, mas talvez precisasse de obras a 20 (vinte) anos atrás! E essa conta ultrapassa o limite orçamentário do Estado e do próprio governo federal, para essa finalidade. Então, ela é uma preocupação muito grande que temos! E a questão do reuso, é uma coisa que eu costumo dizer: ‘me incomoda o nível de atraso que a gente está, apesar de que Pernambuco é um dos mais avançados.’ Em termos de política, a gente tem avançado – agora, quando a gente olha para a coisa prática, essa questão do reuso, a gente não tem – arrisco dizer aqui – 15% (quinze por cento), ou menos! Então, é uma coisa que de fato, a gente tem que agilizar o processo de planejamento, nesse sentido. E por isso que eu, pessoalmente, solicitei que a COMPESA considere no estudo de concepção que está sendo feito, para essa parte da PPP do Interior, que considere o reuso e a cobrança da água – já considere a cobrança da água – porque isso tem que entrar na modelagem financeira, na modelagem a cobrança da água bruta. E a gente tem que começar a reverter esse processo. É óbvio, que existe, digamos assim, uma realidade técnica diferente desses três tubos, que lá em Israel, já partem paralelos – a gente não tem os três tubos – a gente tem mal um tubo! Então, pensar no reuso da água do Cabanga, é uma coisa que vai dar uma dor de cabeça para um bocado de gente, que já estão com essa demanda encaminhada e tem que começar a pensar, porque é um volume considerável que a gente está jogando bem na ‘boca do mar’, ali nas proximidades do Shopping Rio Mar, na desembocadura ali do Tejiupió, mas que essa água vem de muito longe! Essa água está vindo de Pirapama, de Tapacurá, e a gente vai manter esse sistema e repensar, porque se essa vazão que a gente está jogando, for levemente tratada – um pouquinho a mais – já será passível para o reuso, para o abastecimento humano. Então, isso mexe com a planta mesmo, do Cabanga, que já é apertada, considerando a duplicação atual. E isso mexe também nas redes, em como fazer com que essa coisa retorne, porque o funcionamento é de lá para cá – daqui para lá não tem! Tem que ter uma solução, quer dizer, a engenharia pode qualquer coisa – pelo menos na minha cabeça é assim: ‘a engenharia tem que resolver, e pode resolver qualquer coisa.’ Se não, o povo não fazia túnel que passa por debaixo do oceano – lá na Dinamarca, enfim! A engenharia pode resolver qualquer coisa, então é uma coisa que eu pedi para pensarem! A gente tem que começar a pensar, porque a gente não pode manter esse nível de aplicação do reuso tão baixo, nos próximos 20 (vinte) anos – a gente em que começar a pensar nisso hoje, para reverter e ir aumentando esse percentual gradativamente. Agora, eu concordo com **Kennedy**, a gente deve entrar mesmo na pauta, porque senão, se deixarem, eu falo até cinco horas da tarde aqui!” **Flávio Duarte (da SDA):** “Sou agrônomo, estou Diretor de Infraestrutura Hídrica do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), e lá estamos a 30 (trinta) dias apenas, mas estamos fazendo uma reflexão muito importante, que eu acho que se soma a toda essa sua reformulação, e eu queria trazer à tona e aproveitar esse espaço de interlocução para a gente fortalecer a compreensão da integração das ações. Eu acho que é uma demanda que a gente sente lá na Secretaria, que a gente sente no IPA, que é modernizar, atualizar a compreensão desse componente da água, principalmente do seu uso na agricultura, que é quem consome uma grande parte, e é em torno dessas questões de mudança climática, desse novo contexto que a gente tem, que a gente deveria aproveitar a oportunidade de aqui no Conselho, fortalecendo o Conselho, criar talvez um espaço específico para a gente realizar esse processo – fortalecer e aprofundar esse processo de articulação multi-institucional, mas também de atualizar os debates e as reflexões, em torno desse desafio que a gente tem que ter aí pela frente. Eu me coloco à disposição! Essa é uma reflexão que o nosso Secretário **Dilson Peixoto** (da SDA) e o nosso Presidente **Odacy** (do IPA) estão puxando. E a gente pensa em somar e fortalecer o Conselho, com essa perspectiva!” **Fernandha:** “Flávio, a gente tem um encontro previsto e



458 acho que ficou para a próxima terça-feira, com **Dilson Peixoto** (Secretário de Desenvolvimento Agrário) para a gente  
459 efetivar essa sua sugestão! Na verdade, a gente já teve algumas conversas, mas a gente tem que começar a integrar  
460 mesmo – não é só no âmbito das duas secretarias e do IPA, mas tem um grupo no Estado, que a gente precisa juntar com  
461 recursos hídricos, à nível de governo. Obrigada!" **Mário da Mota (Prefeito de Riacho das Almas)**: "Eu queria me mobilizar  
462 junto com a Secretária, pelo desafio que a senhora vai ter pela frente, e eu queria pontuar 04 (quatro) situações, bem  
463 rapidinho aqui, que é a questão da dessalinização de água: os primeiros dessalinizadores, que a gente tem notícia, que  
464 foram instalados em Pernambuco e no Nordeste, foram em Riacho das Almas, no ano de 1987! Nós temos hoje, 21 (vinte e  
465 um) dessalinizadores lá, e desses vinte e um, temos 02 (dois) que os poços secaram – é um alerta que a gente faz: dos  
466 vinte e um, temos dois secos! Temos um que está em manutenção e temos 18 (dezoito) que estão funcionando. E se você  
467 colocar aí cada um com 1.000 l/h (mil litros por hora) de água, isso dá um total de 18.000 l/h (dezoito mil litros por hora) de  
468 água. E se ele funcionar, em média, 08 (oito) horas por dia - isso vai dar certa quantidade de água, que em sua maioria,  
469 estão instalados em áreas difusas, com 80 (oitenta) casas, 70 (setenta) casas ou 50 (cinquenta) casas. A sugestão que eu  
470 faria, seria uma integração com **Dilson Peixoto** – que estive com ele, porque lá tem um programa chamado de Água Doce  
471 (PAD) – está lá, e essa integração com a sua secretaria seria interessante, mas outra sugestão que eu faria aqui, é que  
472 fosse realizado em Pernambuco um encontro com a APAC, com a Secretaria de Recursos Hídricos, com o IPA – com esses  
473 órgãos que mexe com água – para falarem somente sobre dessalinização! Daqui a uns dias, se o Presidente da República  
474 continuar com essa questão de só tecnologia de Israel, vai parecer que uma cidade como Riacho das Almas não está  
475 interessada que se faça isto, que o governo do estado não quer fazer isto. A gente já tem uma tecnologia funcionando em  
476 Pernambuco, e que a gente precisa somente aprimorar isso aí! A minha sugestão seria somente sobre a dessalinização da  
477 água e parabenizar por essa reunião dos recursos hídricos ser aqui, hoje, na FIEPE, e que as outras poderiam ser nas  
478 outras entidades: na FIEPE, na COMPESA, no IPA, na própria AMUPE – para a gente inovar nisso aí e essa dessalinização  
479 de água que é muito importante, porque nós temos, hoje, lá em Riacho o lugar mais seco do Estado, talvez seja o Agreste  
480 de Pernambuco, e no Agreste-Central é pior ainda! Eu estou com 08 (oito) anos de seca na minha cidade." **Fernandha**:  
481 "Está certo Prefeito, a gente agradece as suas sugestões, e vamos agendar esse encontro, para discutirmos esse tema.  
482 Ontem, coincidentemente, teve um encontro, nós participamos, e quem entrou em contato comigo foi o professor **Almir** – eu  
483 tenho tido alguns contatos com ele! Foi uma das primeiras reuniões que eu fui, foi na Universidade, e fiquei três horas com  
484 ele, para a gente manter essa ideia de não partir do zero, porque já existem políticas implementadas, e pensadas, lá atrás –  
485 e a gente pensou, e a gente tem resgatado esse tipo de coisa. Mas é muito prudente a gente fazer esses encontros. O de  
486 ontem foi coordenado pela Academia de Engenharia e o CREA/PE. E a gente pode aumentar esse nível de discussão, ou  
487 fazermos um workshop, ou alguma coisa que envolva a sociedade, para a gente se firmar mesmo como algo que não está  
488 sendo iniciado hoje. De todos os documentos que eu tinha lido, falavam de 20 (vinte) anos atrás, e você traz informações  
489 que a 32 (trinta e dois) anos atrás, Riacho das Almas recebeu o primeiro dessalinizador! Então, agradeço a sua informação,  
490 que é muito importante para a gente e concordo que a gente tenha que se firmar como um dos pioneiros, porque  
491 Pernambuco fundou, impulsionou, promoveu essa tecnologia, e a gente tem que ver como expandi-la racionalmente! E eu  
492 fico feliz que tem 18 (dezoito) dessalinizadores funcionando, porque no início de janeiro a preocupação era quantos estão  
493 sem funcionar? Para a gente não dizer que tem, sem efetivamente ter! Então, obrigada pela sugestão, Prefeito!" **João**  
494 **Kennedy**: "Então senhores, continuando a pauta, teria a apresentação, que estava no meu nome, e tendo em vista a  
495 agenda apertadíssima da nossa Secretária, mas como ela é uma apaixonada pelos recursos hídricos, ela fez questão de  
496 estar presente e de fazer essa apresentação brilhantemente! Então, muito obrigado Secretária, por sua presença e pela sua  
497 explanação, pelas suas respostas e pela sua apresentação! Bem pessoal, alguns que estão aqui já me conhecem. Tive o  
498 prazer e a honra de ser aluno de uma Doutora, presente aqui – não vou falar o nome dela, que é a Presidente da APAC, e  
499 me honra muito estar aqui junto a vocês! Ao mesmo tempo em que me honra estar ao lado de vocês, também sinto o peso  
500 da responsabilidade de sentar nessa cadeira da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH). Em janeiro, fui  
501 convidado pela então Secretária, **Fernandha Batista**, para ocupar esse cargo, e sei da minha missão e dos desafios. Sou  
502 Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sou originário da COMPESA – onde exerci  
503 alguns cargos de gestão. Por onde passei, nesses cargos, sempre fiz questão de firmar parcerias, porque acredito que esse  
504 é o caminho para se vencer grandes desafios – que é o nosso caso! Pela Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, vocês  
505 perceberam que passam enormes volumes financeiros, que se traduzem em missões muito grandes! Então, eu me coloco à  
506 disposição dos senhores. A Secretaria Executiva tem esse interesse de firmar essas parcerias, de integrar o conhecimento.  
507 Concordo com cada um de vocês que falaram em vários conhecimentos que estão em alguns órgãos, em algumas  
508 instituições e em algumas prefeituras – sempre de forma difusa! E temos que reunir todas essas informações, em um banco  
509 de dados, que seja acessível à nossa população. Bem, dando andamento à nossa pauta, eu proponho agora fazermos a  
510 aprovação da Ata da última reunião do CRH – se alguém se opõe, por favor levante o braço e fale sobre no que discorda,  
511 em relação à Ata da última reunião! Nada a acrescentar? Então, que **se registre que a Ata da XLIII Reunião Ordinária do**  
512 **CRH, do dia 11/12/2018, foi aprovada por unanimidade!** Continuando a pauta, vamos à apresentação da APAC, com a  
513 Sra. **Martha Campos**." **Crystianne Rosal (Diretora de Regulação e Monitoramento da APAC)**: "Eu vou propor uma  
514 inversão de pauta, está aí **Patrícia Veras** para uma 'introdução ao Progestão-II'. Eu queria somente falar rapidamente sobre  
515 o Progestão-II e deixar um convite para vocês, e depois a gente entraria na apresentação de **Martha**. Antes disso, vamos



516 apresentar a nova presidente da APAC." **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da APAC):** "Eu estou oficialmente na  
517 APAC, a menos de 20 (vinte) dias, pois minha nomeação saiu no dia 20/02/19 – na verdade eu recebi o convite da  
518 Secretária um pouco antes, em janeiro, e fiquei muito feliz por essa oportunidade de voltar a APAC. Na verdade, eu estive  
519 na APAC como Diretora de Regulação e Monitoramento, na criação em 2010, 2011 – trabalhei com muito gás, com muito  
520 afinho naquele primeiro desafio de estruturar a agência, fazer concurso, começar a instalação de rede, juntar os pedaços  
521 iniciais, mas depois eu tive que sair para retornar para a universidade. Sou professora da UFPE, desde 1990. Sai para o  
522 Estado, tive outras saídas aí, em outros cargos e fiquei muito feliz com a oportunidade de voltar a APAC! Então, antes, no  
523 primeiro desafio que eu tive que vencer, sabendo que é um grande desafio – como sempre! Eu sabendo que o mais  
524 importante é que a gente tem um grupo aqui no Estado, já muito articulado, mas a gente pode melhorar muito – acho que  
525 nos impulsiona! Acho que a gente teve de retrocesso em alguns momentos, tem sempre um grupo que cobra – o professor  
526 **Waldir**, lembrou bem! E o grupo é unido e coeso! Tem várias instituições aqui, e o primeiro desafio que eu tive que vencer,  
527 em aceitar o convite, foi passar por uma prova! Eu sou professora da universidade desde 1990 – têm muitos ex-alunos  
528 meus aqui! E lá fui eu para a Assembleia Legislativa para ser sabatinada durante mais de duas horas! Mas eu achei que foi  
529 um momento muito bom, um momento de a gente dizer que foi indicada para uma função, que conhece de fato o que é a  
530 instituição – o que é o arcabouço institucional do Estado e do País, nessa área! Quais são os desafios estaduais? E dizer  
531 que a gente precisa deles! Na Assembleia, quem estava me sabatinando, eu estava cobrando, dizendo: 'a gente vai  
532 precisar de vocês!' Para isso, professor **Waldir**, para a questão da cobrança, da nova Legislação de Águas Subterrâneas.  
533 Então, isso tudo está no rol dos desafios! Essa sabatina ocorreu no dia 13 (treze) de fevereiro, mas eu já estava lá, com o  
534 pé na APAC, porque é muito bom voltar, conhecendo já, a casa, e aí tem um registro importante que eu quero fazer aqui –  
535 além do que a Secretária falou, que Pernambuco é de fato um Estado de referência nessa questão de gestão de recursos  
536 hídricos, mesmo com os retrocessos eventuais, nós ainda somos considerados um Estado de referência, mas o registro  
537 importante é que a APAC, como instituição, como braço de gestão do governo do estado de Pernambuco, braço de gestão  
538 da política de recursos hídricos, ele se manteve! E eu posso dar esse testemunho porque a APAC não sofreu retrocesso na  
539 gestão – a gente poderia ter avançado mais, ao longo do tempo, e aí tem uma série de 'porquês' que a gente não avançou.  
540 Uma das questões técnicas, que esse Conselho sabe muito bem, deficiência de pessoal, a questão orçamentária – a gente  
541 tem contingenciamento de FEHIDRO. Enfim, tem uma série de coisas – o fortalecimento dos entes, dos comitês – tudo isso  
542 faz parte de um sistema de gestão, mas a APAC avançou e a sua estrutura foi mantida - isso é muito importante nesse  
543 momento que a gente tem uma nova gestão na Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos. O governador entende que  
544 a infraestrutura é muito importante, mas que a gestão vem junto! E isso nos enche de entusiasmo para assumir essa  
545 missão. Mais 04 (quatro) anos aí na APAC, que é o mandato do Diretor-Presidente. Então eu queria só, realmente dizer, eu  
546 poderia comentar alguns pontos que foram colocados aqui, sobre a questão de fortalecimento dos comitês, do estudo de  
547 cobrança, mas eu vou deixar isso para um outro momento, porque eu sei que a nossa pauta já é muito extensa – senão a  
548 gente fica aqui mais cinco horas falando também. Então, hoje é só para a gente dar um oi, para dizer que estou com muito  
549 entusiasmo e energia – como eu gosto de dizer: 'com o brilho no olhar para assumir essa função.' Obrigada!" **João**  
550 **Kennedy:** "Então, nenhuma oposição a inversão de pauta? Não é isso?" **Crystianne Rosal (Diretora de Regulação e**  
551 **Monitoramento da APAC):** "Na realidade, a gente está fazendo uma introdução ao novo ciclo do Progestão-II, mas a gente  
552 queria deixar um convite aqui para os senhores. O Progestão é um é um Programa Nacional, é um Pacto Nacional pela  
553 Gestão das Águas, que foi criado pela ANA e os estados do Brasil inteiro aderiram a esse pacto. E o seu primeiro ciclo se  
554 encerrou em 2017 – em 2018 a gente começou um novo ciclo, a adesão foi em meados do ano passado, e estamos ainda  
555 no primeiro ano. Bem, a gente gostaria de deixar o convite para a gente colocar numa pauta de uma próxima reunião – o  
556 aprofundamento desse tema do Progestão, ou uma Reunião Extraordinária, para tratar especificamente disso, porque  
557 dentro desse Pacto Nacional, há um papel do Conselho, que traz um papel de aprovar as metas estaduais que os senhores  
558 aqui, passaram esses últimos anos, aprovando essas metas estaduais, e nesse Progestão-II tem também a apreciação do  
559 Plano Orçamentário, que a APAC fez – de como gastar esse dinheiro e em que gastar esse dinheiro – então esse Conselho  
560 também vai fazer essa apreciação a partir de agora, desse Progestão-II. Então, é importante que o Conselho consiga ter o  
561 domínio total do que está sendo feito no Progestão – não só com o braço da CTALI (Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
562 Institucionais), porque a CTALI foi a câmara que foi designada para tratar desses assuntos, porém é importante que o  
563 Conselho faça parte disso! O Progestão tem metas federativas e metas estaduais – as metas federativas a gente presta  
564 conta apenas a ANA – são 05 (cinco) metas federativas, continua sendo cinco, porém houve a junção de duas metas  
565 federativas e o acréscimo de uma outra. Nas metas estaduais, continuam as 32 (trinta e duas) variáveis como metas, porém  
566 algumas com o nível de rigidez maior, como por exemplo, a cobrança no Progestão-I não era um item obrigatório – agora,  
567 no Progestão-II passa a ser um item obrigatório! Ainda bem que estamos com uma secretaria que 'comprou' a nossa briga  
568 de cobrança, senão a gente iria estar frito nesse item! Então é essencial que esse Conselho conheça à fundo o programa,  
569 para saber na hora de votar, e apreciar essas metas, ter ciência do que está sendo votado – e não, simplesmente, ficar com  
570 a opinião da CTALI. Então eu deixo este convite para os senhores, para colocar como ponto de pauta na próxima reunião,  
571 ou marcar uma Reunião Extraordinária – fica à critério dos senhores, e o nível do detalhamento que se quer dar. E outro  
572 ponto importante do Progestão-II é, que é bom já tocarmos no assunto, é que o Progestão-I era de R\$ 750.000,00  
573 (setecentos e cinquenta mil reais) que vinha, a cada ano, para o Estado. E agora, o Progestão-II é até R\$ 1.000.000,00



(um milhão de reais). Os R\$ 750 mil continuam a vir, e pode haver uma transferência de recursos de mais R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) – **desde que o Estado também empregue, como contrapartida, outros R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais). Então, eu acho que este seja um valor irrisório para o Estado de Pernambuco – empregar R\$ 250 mil não é nada! E eu estou dando como garantida essa meta de a gente receber R\$ 1 milhão! E aí, dentre as metas federativas, que eu falei que são cinco, que houve a junção de duas e a inclusão de uma outra, a que foi incluída é exatamente essa que vamos apresentar para os senhores agora – que o Plano de Capacitação do Progestão, que é um plano que a gente criou para o sistema de gestão como um todo, então não é exclusivamente para a APAC – é um plano que vai incluir os comitês de bacias, o próprio Conselho, a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos – então é um plano importante, que os senhores tenham também conhecimento e se apropriem dele! Agora, vou deixar para **Maria Helena e Martha** apresentarem para os senhores o Plano de Capacitação. Obrigada!" **Martha Campos (da APAC):** "Bom dia para todos! Foi por essa razão que a gente pediu para inverter a pauta, pois **Crystianne** faria uma apresentação, falaria um pouco sobre o Progestão-II. E se a gente apresentasse o plano, dizendo que era uma meta federativa do Progestão-II, o assunto ficaria um pouco solto, e aí a gente pediu para ela fazer essa introdução - que estava prevista para depois de nós – então a gente achou que assim ficaria mais claro para todos. Bem, como é uma meta federativa do Progestão-II, então é um planejamento, um plano de capacitação para o Sistema Integrado do Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), onde envolve – como ela acabou de dizer – não só a APAC, mas todo o sistema que forma esse gerenciamento: a própria secretaria, o Conselho, os Comitês de Bacias (COBHs), os Conselhos de Usuários de Água (CONSUs). Esse plano foi elaborado conforme os procedimentos dados pela ANA. Desde o ano passado que a ANA nos convidou para participarmos de duas oficinas: uma era de como preparar esse plano e como fazer, e a outra, era para saber como é que a gente estava estruturando nosso plano. Alguns Estados que aderiram ao programa, como a Paraíba, o Espírito Santo e Mato Grosso, já prepararam os seus planos, pois já vêm trabalhando nisso desde o ano de 2017 – já que o Progestão-II por lá começou antes do daqui! E muita coisa a gente se inspirou junto da AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba), porque era próxima, e conseguimos elaborar o nosso plano. Um dos procedimentos exigidos, é apresentar o plano no Conselho, numa reunião do Conselho, para que o Conselho tome conhecimento e dê a anuência, para podermos enviar, agora, até 30 (trinta) de março, para a ANA! Então, o objetivo geral está aí no slide: o nosso desafio, que é implantar esse plano de capacitação, visando o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos. Os objetivos específicos também estão aí no slide, que são: promover a valorização e o desenvolvimento de competências de gestão dos entes envolvidos no sistema; fortalecer a equipe técnica da APAC, os membros dos Comitês, da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para que todos tenham o mesmo rumo. A gente usou uma metodologia que a gente fez um levantamento, junto a cada ente, mandamos um formulário para as pessoas que formavam a secretaria, o Conselho, as câmaras técnicas – para fazermos um diagnóstico, um levantamento dessa necessidade. Junto à APAC a gente já tinha uma necessidade de levantamento, treinamento, já pronto, e a gente adequou isso daí dentro do programa – levando em consideração esses pontos daí do slide: a execução da meta do Progestão – que a gente é obrigado a fazer; a participação dos entes envolvidos no processo – que somos nós todos; os Planos Anuais e os recursos financeiros. Temos também a avaliação e o acompanhamento desse plano – que está dentro dos processos vistos pela ANA – que vamos ter que obedecer a essas estratégias de avaliação do processo, da aprendizagem e de resultados. E isso, depois, a gente faz um relatório, envia para a ANA – mas antes, anteriormente, a gente apresenta aqui ao Conselho!" **Maria Helena (da APAC):** "Esse quadro do slide é o mesmo que, antes, eu distribuí com vocês, porque eu disse que não daria para ler no slide. Ele é o quadro-modelo da ANA - esse Quadro do Plano de Capacitação em Recursos Hídricos, foi baseado num treinamento que teve na ANA, que se chama DesenvolveRH – desenvolvimento em recursos hídricos, que a gente passou o ano fazendo esse curso, esse treinamento, para que toda a programação fosse feita em cima desse treinamento que foi feito lá. O treinamento foi feito, exatamente, para que fossem conhecidas as competências para cada ente, que seriam todos os entes que compõem o Sistema Integrado do Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), e com a cópia do quadro nas mãos, vocês estão aí acompanhando – esse foi feito para 05 (cinco) anos, de 2019 a 2023, com esses desafios – eles colocam as competências, os desafios, e naquela outra coluna do quadro estão os cursos: Esse primeiro é de Ensino a Distância (EAD). Depois vem o público que seriam: os COBHs, o Conselho e a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH). Em seguida, na coluna com os 'xis', que indica o ano em que essa capacitação vai acontecer, e na outra coluna tem a parte dos recursos – que quando estiver 'em branco', sem nada, é exatamente, porque não vai ter recursos para este treinamento. Em alguns treinamentos não vão ter recursos, porque este treinamento deverá ser dado através dos próprios técnicos da APAC, ou do sistema, ou de algum convênio que a gente tenha, com algumas instituições – como a gente tem um convênio! Então, por exemplo, o segundo curso aí neste quadro, é 'Funcionamentos das Secretarias Executivas' – é bem interessante esse caso aí, porque esse curso que é para os COBHs, CONSUs, CRH e APAC, a gente já tem para os COBHs – a gente fez uma Licitação, com recursos do Procomitês – e já foi assinado! A gente já vai fazer em breve! Agora, para os CONSUs já vai ser com recursos do Progestão, e assim por diante! E assim a gente vem pensando nos 05 (cinco) anos, no total serão 26 (vinte e seis) treinamentos, ou capacitações - que é um termo que eu gosto mais de usar, pois acho que é mais amplo e compreende tudo – é seminário, é simpósio, é encontro – tudo eu considero uma capacitação! Então, tem a forma de ser presencial, ensino à distância, tem o misto – que é ensino à distância e presencial. Depois vem o número 05 (cinco) e o 06 (seis): ali no slide, por exemplo, temos 'Semana da Água', com palestras e oficinas – isso aí a



gente fez a programação para 2019, a gente já modificou aqui ali – não é somente 'Semana da Água', é Semana da Água com palestras e oficinas, mas no próximo anexo eu explico melhor, vamos deixar para depois! Então, estão aí neste próximo slide, os itens 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) e o 10 (dez), porque serão 26 (vinte e seis) eventos, aí tem esses procedimentos e estudo de cobrança, depois 'Elaboração de Termos de Referência' – isso tudo aí foi o que foi programado! Agora, isso tudo aí não é imexível, por quê? Não que a gente possa acrescentar alguma capacitação, mas a gente pode trocar desde que a gente verifique que tenha mais necessidade, por exemplo: 'Segurança de Barragem', a gente colocou em 2020 e colocou 'só para técnico da APAC', e agora, em 2019, eles estão até sendo capacitados! E, devido ao tema estar muito em voga, quem sabe se a gente não já muda isso, e já não faz outro curso? Então, quero dizer isso para vocês, que isso é apenas um planejamento! Agora, vamos ao mais interessante que é o quadro de 2019, que é este ano! Pronto, esse é o quadro de 2019, que é bem bom de a gente falar! O primeiro curso é 'Comitê de Bacia: o que é e o que faz?' A gente colocou como executor a ANA e a APAC, e o instrutor seria o próprio técnico da APAC ou de qualquer ente do sistema. O curso seguinte: 'Funcionamento das Secretarias Executivas', que seria para os COBHs, que já tem essa empresa contratada – a CONSULT, e para os Conselhos é 'a contratar' – porque os Conselhos não podem receber treinamentos com recursos do Procomitês. Depois virá o curso de 'Gestão de conflitos pelo uso da água', que a gente vai contratar o executor que, no quadro anterior, a gente colocou um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e, depois teremos o curso de 'Administração e Mediação de Conflitos nas

Organizações' que será executado pelo próprio CEFOSPE (Centro de Formação do Servidor Público do Estado de Pernambuco). O curso seguinte é 'Semana da Água' – a APAC em tudo participa, tantos os Comitês como a própria APAC – não sei ainda qual vai ser o modelo neste ano, mas acho que vai ser bem interessante, com recursos previstos de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Anexo-I (no slide anterior). Depois teremos a participação no ENCOB, que é o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, os membros dos COBHs sempre participam em congressos, simpósios, seminários, cujo executor é o REBOB (Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas), ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos) e outros. Esse curso vai ser de 80 (oitenta) horas. Depois vai ser a Gestão Administrativa e Financeira, com o curso de 'Elaboração de Termos de Referência' – que é um curso mais técnico, de nível superior, seguido do curso de 'Hidrologia Básica', e este curso apareceu depois – não sei se vocês perceberam! Seria executado por técnico da APAC, da ANA, ou de outra entidade do sistema, ou de algum um convênio que tenha. Então, seria um total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) de recursos para essas capacitações para o ano de 2019." **Ricardo Braga (da ANE):** "Martha e Maria Helena já são históricas na APAC! Vejam, eu fui Presidente do Comitê da Bacia do Capibaribe (COBH-Capibaribe) durante dois mandatos, muito vivencia dessa questão dos comitês e, de certa forma também, dessa capacitação! E eu acho que tem aí uma questão fundamental, em relação a como planejar e o procedimento de execução dessas capacitações, porque notem que, praticamente, na coluna de público-alvo estão sempre os comitês de bacia – com raríssimas exceções! Mas os comitês, de uma forma geral, têm recebido as capacitações sem a participação na elaboração do programa dessas capacitações, dos conteúdos – disso eu tenho certeza, pelo menos, no meu período! Não só do conteúdo, como dos prazos. Os programas têm alocações em períodos distintos. Então, em que período isso vai acontecer, em que é viável que os membros façam parte e assim por diante? Eu tenho sentido isso, eu vejo que o **Alexandre Ramos** – que me parece, não pôde vir hoje, e que o atual Presidente do COBH-Capibaribe. Vejo que o **Edson Piaba** (Presidente do COBH-Ipojuca) também sente essa questão – que é hoje, o representante dos comitês (dos COBHs) aqui neste Conselho. Então, a sugestão, porque não é uma questão de crítica, mas de sugestão, é de que sejam, realmente, envolvidos os comitês, através do Fórum Estadual de Comitês de Bacia (FECOBH) – sei lá, que 03 (três) Presidentes de Comitês, três ou quatro, que sentem com vocês para discutir a programação da capacitação – o conteúdo, é no sentido da programação da capacitação, e quando ela irá acontecer – são duas coisas: o conteúdo e o tempo, porque senão o resultado será pífio – como foram os outros resultados anteriores! Eu tenho certeza que essas capacitações que aconteceram antes, poucas, geraram um resultado razoável! Então eu acho que uma grande oportunidade de a gente mudar este cenário, com resultados que agora vão ser avaliados e, antes, eles não eram – agora vão ser avaliados! Então, a minha sugestão é para enriquecer a dupla. E agora chegou um trio aqui, 03 (três) representantes de comitês para sentar com vocês e pensarem sobre isso! Inclusive, em maio vai haver uma reunião do Fórum dos Comitês (FECOBH), e seria uma oportunidade muito grande de se conversar sobre isso! Isso daí está sendo aprovado, eu falo em discutir esses tópicos com eles, fora da reunião do Fórum – antes, para que o Fórum possa já referendar as sugestões. E **Suzana** (Presidente da APAC) está muito alerta sobre essas questões, porque de certa forma, ela já acompanha – mesmo que seja indiretamente – esse problema ao longo do tempo em que ela veio para as reuniões do Conselho – quando era da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos). São apenas sugestões!" **Maria Helena (da APAC):** "Eu gostaria de apenas complementar, dizendo o seguinte: que pelo menos, a APAC teve a preocupação, porque a gente não programa nenhuma capacitação, sem antes conversar com os comitês integrados – quando é que eles podem? Qual é a disponibilidade deles? É a primeira coisa que a gente pergunta, porque senão, a gente não tem presença mesmo! A gente sempre pergunta! Teve uma há pouco, essa última que teve, e que foi uma exigência do Procomitês – foi totalmente combinada! Perguntamos: quando é que vocês podem? Quando não podem? Se tem feriado, se não tem! Acham melhor pela manhã, ou pela tarde? A gente está tendo esse cuidado. Creio que no começo a gente não tenha tido esse cuidado, pois não tínhamos esta expertise, mas a gente já está tendo essa preocupação que, aliás, é muito grande! Quanto a isso, nem se preocupe!" **Kátia Távora (do DNOCS):** "Bem, quando vocês falam, aí na apresentação, de um Plano de Capacitação, eu senti falta de, dentro dos temas que serão abordados, os objetivos que se propõem ser alcançados ao final da capacitação, relacionada a cada tema. O outro ponto, é que quando vocês falam em público-alvo, vocês não colocam qual a expectativa, em números, de quantas pessoas vão ser atingidas? E um outro ponto, que para mim é importante, enquanto Conselho, que vocês falam que têm dois tipos de recursos aí – Procomitês e Progestão – então, quem está financiando qual curso?" **Maria Helena (da APAC):** "A gente



sabe, pois o Procomitês é tão somente, e tão somente, para os comitês! O Progestão financia os comitês, o Conselho e os técnicos da APAC – não tem nenhum problema! Então, já respondi essa questão! E outras coisas também, por exemplo, a gente tem um Convênio de Cooperação Técnica com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde ela faz capacitações, e a gente vai tentar – que foi uma recomendação da ANA – o mais que a gente puder ter instrutores-convidados, instrutores da casa ou de universidades – que não serão nem remunerados! Então, isso é uma das coisas que a gente vai fazer! Outra coisa, a gente não colocou essa informação da expectativa que a gente tem de quantas pessoas serão capacitadas – a gente realmente não fez! Mas a gente sabe que, cada capacitação desta, terá 20 (vinte) pessoas – pode ser até mais e seria ótimo, mas a média, é ter vinte pessoas! Em relação à outra pergunta que você fez: ‘o que é que a gente espera em cada treinamento desse?’ Seria um trabalho, talvez, para depois, porque para a ANA, o que a gente está fazendo aqui é um plano – na Avaliação, pelo contrário, eu quero saber o que foi que eu obtive com aquele curso, e não, o que eu esperei, entendeu? Eu vou pensar mais sobre: Se eu capacitei? O que é o Conselho? O que é um comitê de bacia? Será que aquilo ali foi tão bom, que a gente já notou um avanço nos comitês?” **Kátia Távora (do DNOCS)**: “Continuo insistindo que merece ser registrado na planilha a fonte do recurso que vai ser usado em cada tema desse. E a outra questão é quando você coloca ‘que depois é que você vai ver qual foi o objetivo alcançado’ – como é que você vai ver, se você não definiu?” **Maria Helena (da APAC)**: “Eu não vou ver o objetivo, eu vou ver o resultado alcançado, é uma avaliação!” **Kátia Távora (do DNOCS)**: “Eu falo, por exemplo, no Anexo-II, temos no item 2 (dois), a competência de ‘Mediação e Arbitragem de Conflitos’ – então, com esse tema, quais são os objetivos que você quer alcançar ao final do curso? Que tipo de aprendizado?” **Maria Helena (da APAC)**: “Veja, dentro de ‘Mediação e Arbitragem de Conflitos’ – que é o tema, eu vou ter 02 (dois) treinamentos, 02 (duas) capacitações: ‘Gestão de conflito pelo uso de água’ e ‘Administração e mediação de conflitos nas organizações’ – como é que eu vou ver? A gente já fez até isso, pois os técnicos fizeram as reuniões e alguns ‘fizeram pouco’ disso aí! E a gente está obtendo bons resultados! Como eu que eu sei se isso foi bom? É que no projeto do curso existe um sistema de avaliação! E isso aí, foi apenas o que a ANA exigiu até agora – você pode até achar que está incompleto, mas este é o modelo que eles mandaram, para ser aprovado agora! Agora, a cada ano, isso pode ser melhorado, pode ser modificado! Você perguntou: ‘por que é que não tem os recursos da fonte ali?’ Mas foi o quadro que a ANA nos mandou! Mas no outro quadro tem a ‘Fonte de Recursos’ – se você pegar o quadro maior, você recebeu? Pode verificar aí!” **Tereza Dutra (do IFPE)**: “Bom dia! Eu sou professora do IFPE e nesse fórum eu represento o IFPE, mas também sou membro do COBH-Capibaribe, na função de Secretária Executiva. Então, inicialmente, eu queria parabenizar pela proposta de Plano de Capacitação! Nós, membros dos comitês, sempre sentimos muito a falta disso, porque temos temas muito importantes para discutir. Então, eu queria dar uma sugestão, na verdade, fazer uma solicitação: que o tema de cobrança, a implementação do instrumento da cobrança – tema que já foi apresentado aqui, pela empresa de consultoria – já teve uma palestra, a APAC já fez alguns encontros sobre o tema da cobrança, e aí eu acho essa capacitação, no ano de 2021, muito tardia, porque os comitês vão precisar se apropriar desse tema – nós vamos aprovar o modelo da cobrança! Eu entendo assim e minha sugestão é que o curso da Capacitação sobre a Cobrança venha para o ano de 2019!” **Maria Helena (da APAC)**: “Pronto, isso aí a gente concorda demais, por isso quando eu estava apresentando, eu disse que ‘não é imexível!’ Então, a mesma coisa foi ‘Segurança de Barragem!’ Nada impede que a gente faça uma modificação nisso – e isso eu concordo com você, porque quando a gente começou a pensar nesse plano, a gente estava pensando em cobrança ser um pouquinho mais na frente. E também a gente estava sabendo que os comitês, principalmente os comitês e as pessoas que se interessaram – todos os entes receberam muitas palestras sobre o tema de cobrança. Eu acho que aqui, quase todos receberam. Então a gente não se preocupou muito nesse tema, por causa disso: porque todos os comitês receberam palestras, mas a gente sabe que os membros dos comitês mudam – então a gente pode antecipar, eu acho interessante!” **Tereza Dutra (do IFPE)**: “Outra solicitação é que possa incluir o tema de ‘Comunicação em Gestão de Recursos Hídricos’, porque a gente sabe que a APAC tem deficiência, como várias outras instituições públicas – eu digo pela minha, que foi uma luta muito grande para a gente avançar na parte de comunicação e de entender que tinha que ter mais profissionais e estagiários nessa área, porque eu acho que o governo, a APAC, pode fazer várias ações que não são conhecidas! Hoje, nos comitês, pelo menos no COBH-Capibaribe, nós temos vagas de membros ociosos. A sociedade, em geral, não conhece a atuação dos comitês – acho uma pena também, porque eu acho que a APAC, lógico, têm vários desafios, mas têm que melhorar – e a Secretaria de Recursos Hídricos também! Mas tivemos muitos avanços e que as ações não são bem conhecidas! Então, eu solicito a inclusão de uma capacitação em ‘Comunicação e gestão de recursos hídricos’ – para os comitês e outras entidades, porque o comitê precisa se apropriar, pois a maioria dos membros dos comitês, ou são docentes, técnicos, representantes de prefeituras – hoje, temos prefeito no COBH-Capibaribe, e nós não vamos saber fazer comunicação! A APAC tem uma equipe pequena! Eu participei com **Alexandre Ramos (do COBH-Capibaribe)**, da minuta da programação do Encontro dos Comitês de Bacias de Pernambuco (ENCOB-PE), e se não mudou, e **Piaba (do COBH-Ipojuca)** está aí, e poderá me confirmar – se não mudou, está previsto uma oficina, para discussão e elaboração de Plano de Comunicação e uma oficina para elaboração de Plano de Capacitação – aí eu não sei se esse plano de vocês tem urgência de, mesmo aprovado aqui no Conselho, se ele pode ir para o Encontro de Comitês – porque aí, vai na linha do que o professor **Ricardo Braga** falou ‘que os comitês tivessem mais propriedade, pudessem apontar suas necessidades’ – elas estão aqui, mas talvez algum comitê tenha uma necessidade a mais, e solicitar a inclusão da capacitação de ‘Comunicação e gestão de recursos hídricos’ – era isso!” **Maria Helena (da APAC)**: “Está bem, essa de ‘Comunicação e gestão de recursos hídricos’ pode ser, mas realmente este plano tem que seguir agora, urgente! Mas ele pode ser modificado, alterado – não tem nenhum problema! A gente vai anotar esta parte de ‘comunicação’ – pode ser que não seja neste ano de 2019, porque só vai começar a partir do segundo semestre. O Procomitês tem uma exigência do Plano de Comunicação – a gente pode até compor isso com o Procomitês, ao invés de mudar esse plano – mas dá! Eu quero também que vocês saibam que as capacitações, os treinamentos para os comitês – isso aqui é o que está no plano, mas podem ser feitas coisas além do plano, e não tem nada que impeça isso!” **Flávio Duarte (da SDA)**: “Eu queria colocar 02 (duas) sugestões: primeiro, é essa preocupação em relação à necessidade de integração das ações, eu acho que em cada ação, em cada formulação, a gente tem que estar sempre, olhando, com esse olhar mais específico, da necessidade de integrar quem está atuando com a questão dos recursos hídricos. Então, eu acho



que deveria 'abrir o leque' para além da APAC, para agente criar uma massa crítica, gerando referências nas outras instituições, em relação a essa temática. A segunda questão, a segunda contribuição, é em relação à questão dos desafios, relacionados ao manejo da água, no mundo rural e na atividade agrícola – a gente está discutindo a dessalinização da água, mas todas as ações, relacionadas à agricultura, caminha para um processo de salinização do solo! A gente não está levando em conta, ainda, a necessidade de atualizar os nossos paradigmas, em relação ao manejo dos recursos hídricos, diante de uma mudança climática, que está impondo um processo de escassez de recursos hídricos. A gente ainda está trabalhando no paradigma de que 'nós fomos ricos por natureza, e de que hoje, temos água em abundância' – não é mais este paradigma! Então, eu acho que a gente precisa incluir nas capacitações essa temática do uso do paradigma 'do uso dos recursos hídricos relacionados ao mundo rural, à agricultura e às comunidades rurais'." **Maria Helena (da APAC):** "Primeiro, sobre essa integração, eu sou totalmente a favor dessa integração – até porque eu também sou Engenheira Agrônoma. Vejam bem, a gente colocou nos slides, nos quadros, com os sistemas, com a Secretaria de Recursos Hídricos, com a APAC, os conselhos e os comitês, mas a Secretaria de Agricultura e outras secretarias afins – que trabalham também com recursos hídricos, elas também serão convidadas – a capacitação não é fechada! Não se preocupe, porque eu vou mandar o convite, viu? Eu gosto de participação! Quanto a isso não se preocupe! Agora, esse seu 'olhar aí', eu acho que é uma coisa muito mais abrangente – esse seu segundo ponto aí, do que a própria capacitação! Eu acho que é uma coisa bem mais abrangente – eu queria que a Presidente estivesse aqui na hora que ele falou! A integração com as secretarias, e teve o uso da água – isso é uma coisa que, mesmo na APAC, a gente vive muito no campo, e a água está lá! E os nossos comitês, onde é que estão? Onde é que estão os nossos reservatórios? E os Conselhos Gestores? É porque quem não conhece bem o funcionamento da APAC, essa coisa de comitês, de conselhos – eu não sei se o senhor conhece? Os Conselhos Gestores que ficam no Sertão – o senhor conhece? Pronto! Ai se vê que a gente tem esse olhar muito forte para o agricultor, para o semiárido e para todo o resto – a gente trabalha com todos, a gente não está esquecido não! E eles são capacitados e tudo o mais. E uma das coisas que se falou aqui, essa coisa da dessalinização – isso também envolve, isso é uma coisa bem maior!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Quero fazer duas observações: com relação ao que o Flávio coloca, eu proporia uma encomenda ao IPA, especificamente, é que se você puder, Flávio, trazer em algum momento, para este Conselho, algumas demandas claras, do IPA – sobretudo, em relação a sua gerência na Diretoria de Recursos Hídricos, quanto ao foco do Conselho! Porque é exatamente essa integração que é necessária! Existe, por exemplo, uma falta – que eu não diria nem 'precária' – é quase que uma 'falta de integração' entre a APAC, o Conselho de Recursos Hídricos e a CPRH – já se tentou e teve alguma dificuldade nesse processo! Então, também seria muito interessante que a própria CPRH explicitasse a sua necessidade de interação, e aí poderia se fazer essa interação maior – então, é só uma sugestão, porque se for possível fazer isso, seria muito bom!" **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da APAC):** "Desculpem! Eu tive que sair porque eu precisava de umas assinaturas da Secretária!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Aliás, é interessante, esta sala é tipicamente do setor de tomada de decisão, porque tem sempre uma portinha que a gente não vê que o cara sai!" **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da APAC):** "A gente está se esforçando para esta articulação e eu entendo que a gente não consegue fazer gestão de recursos hídricos, hoje, no Estado, numa bacia, sem a articulação entre as instituições – essa é a parte do fortalecimento do sistema de gestão! Eu tive uma primeira reunião com SEMAS, CPRH – nós participamos, conjuntamente, antes de eu estar nomeada – foi uma reunião com a ANA, que esteve aqui no Estado. O IPA está na pauta, também, apara a gente marcar uma agenda, e isso vai estar acontecendo, não só quando o foco for capacitação – isso é um dos itens! Mas, em relação a toda execução da política – tem a outorga, enfim, a gente precisa da articulação entre as instituições – incluindo a universidade!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Correto! Tinha que ser, porque já houve um momento de interação, quando eu era o Presidente da CPRH e Almir Cirilo era o Secretário ou Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria. Tempos depois houve uma quebra, e agora, está se retomando! Então, essas oscilações são inerentes do próprio Poder Público, porque é uma coisa complicada! Bem, mas eu queria agora, fazer uma observação à comissão aqui: Vejam, vocês duas trouxeram, e muito bem, uma proposta, mas essa proposta é para ser homologada, ou submetida, ao Conselho! O Conselho deu 03 (três) sugestões e, pelo que me pareceu, essas sugestões são assimiladas por parte da comissão que a elaborou. Então, eu acho que não tem o que esperar, ou que se diga: 'ah! Depois a gente modifica' – não! Vamos aprovar sim! Se o Conselho é deliberativo nesse ponto – tem que dar anuência – eu acho que é preciso inserir sugestões que são muito fáceis: que é trazer para o ano de 2019, a questão de 'Segurança de Barragens' e de 'Cobrança pelo Uso da Água' – porque, como é uma questão factível, e que há uma urgência, então não tem que mandar dessa forma – manda pela forma correta! E a outra sugestão, também, e de um 'Plano de Comunicação' – que não está ali no quadro, eu acho que tem que ser pensado, porque esse é o grande 'calcanhar' – é como os comitês se apresentam, junto à sociedade! **Martha Campos (da APAC):** "O 'Plano de Comunicação' já está incluído no Procomitês, e esse é o Progestão! No Procomitês já tem, porque é obrigatório, é uma meta – e tem dinheiro para isso! Logo, não tem razão para a gente implantar aqui! Agora, esses dois sugeridos, a gente pode fazer, basta mudarmos!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Então, o Secretário vai submeter aos Conselheiros para darmos a anuência, com a condição de trazeremos para antes, os dois cursos citados!" **Martha Campos (da APAC):** "A gente trás 'Segurança de Barragens' e a 'Cobrança' para 2019, antecipa os cursos! A gente já começou 'Segurança de Barragens', porque a APAC já mandou algumas pessoas, e na próxima semana, vai mandar outros." **João Kennedy:** "Em relação ao Plano de Segurança de Barragens, como a própria Secretária já explanou, há uma fusão entre a Secretaria de Recursos Hídricos, a APAC, a COMPESA, reunidos para fazer vistorias preliminares, e dessa forma, termos acesso para elaboração desses Planos de Segurança de Barragens. A APAC já iniciou uma capacitação, e eu acho que pretende continuar com esse programa." **Martha Campos (da APAC):** "Junto com a 'Cobrança pelo Uso da Água, a gente vai trazer essas capacitações para 2019, através do Progestão! E o plano fica no Procomitês, como já está, porque já tem essa obrigação – é fatídico isso! Obrigada gente!" **João Kennedy:** "Pessoal, mas alguma observação?" **Abelardo Montenegro (da ABRH):** "Sou professor da Universidade Federal Rural (UFRPE) e eu gostaria, apenas, de ressaltar a importância dessas capacitações e novamente colocar à disposição, o interesse e a disponibilidade da Universidade Rural de continuar participando desses eventos, junto aos conselhos de usuários e comitês. Inclusive, no ano de 2018 nós fizemos parte e estamos à disposição para contribuir, inclusive, usando as nossas fazendas experimentais, o que facilita, não só a logística, mas como também contextualiza as



questões relativas aos recursos hídricos, particularmente quando se pensa nos CONSUs, que por sua natureza são dispersos, e quando você tem uma fazenda experimental, por exemplo, como a de Parnamirim, para os Conselhos de Usuários da região do Brígida, Terra Nova, consegue-se avançar bastante nessa questão. Então, esse tema é de grande importância, concordo com o colega **Ricardo Braga**, pois acho que essa questão de barragens, tem que ser colocada na pauta como uma prioridade, inclusive, porque barragem – leia-se Conselho de Usuários (CONSUs), porque são os Conselhos dos Usuários de Açudes, e devem saber como é que estão as barragens dos nossos açudes. Então, é extremamente pertinente e urgente que a gente realize capacitações e, nesse contexto, **Dra. Fernandha**, parabenizando pela sua árdua missão, a universidade também se coloca à disposição para participar, dentro do que for possível, com um arranjo para contribuir com esse Plano de Segurança, de visitação, etc., das barragens do Estado. É isso, obrigado!" **João Kennedy**: "Senhores, mais uma vez, eu interrompo! Já são 11h20m, e nós temos mais assuntos a serem tratados. Eu fico, inicialmente, muito feliz em perceber que todos que estão aqui, falam em integração dos dados, da informação, do conhecimento! É importante, também, que a gente verifique isso na prática. Então, pessoal, peço, mais uma vez, a compreensão de vocês, em acelerar os questionamentos ou perguntas, para que avancemos na nossa pauta!" **Maria Helena (da APAC)**: "Só complementando o que o professor disse, por ocasião desse convênio que a gente tem com a Universidade Rural, a universidade capacitou todos os comitês, todos os conselhos, e foi uma coisa muito boa porque, além da capacitação, sempre tinha uma pessoa fazendo uma palestra com um tema pertinente. Então, isso foi uma coisa muito rica e diferente, ou seja, até uma palestra é uma capacitação. Se eu chamo aqui alguém para fazer uma palestra de um assunto – é uma capacitação! E na capacitação, sempre participava um professor para falar sobre um determinado tema – e isso aí foi muito bom!" **Tereza Dutra (do IFPE)**: "Eu insisto na inclusão de uma capacitação sobre a gestão de recursos hídricos porque, aqui eu represento o IFPE, mas como Secretária Executiva do Comitê do Capibaribe (COBH-Capibaribe), eu sei que o Procomitês prevê a elaboração de um Plano de Comunicação, e isso aí a gente sabe que vai levar um certo tempo! E a capacitação para a gestão de recursos hídricos, eu acho que ela já está atrasada, porque a APAC tem se esforçado, a GAOB (Gerência de Apoio aos Organismos de Bacias) tem se esforçado, as Diretorias dos Comitês se esforçam, mas os comitês não têm visibilidade – nós estamos com assentos sobrando, e um dos pontos que eu acredito, é em função da falta de comunicação, da falta de projeção desses comitês nos meios de comunicação! Então, apesar das técnicas da APAC reforçarem que no Procomitês vai ter a 'Elaboração do Plano de Comunicação', eu solicito que no Plano de Capacitação do Progestão, tenha a capacitação de 'Comunicação e Gestão nos Recursos Hídricos' – como outros temas que estão aqui nessa programação, também estão lá no Procomitês – diante da importância de a gente avançar na questão da comunicação." **Edneida Cavalcanti (da ANE)**: "Uma observação que a gente teve a oportunidade de fazer junto a equipe, quando a gente pôde ouvir em primeira mão, a confecção do Plano de Capacitação, é um aprofundamento nas metodologias da capacitação, que envolve a perspectiva da linguagem, da estrutura, porque a gente sabe o quanto a gente tem de temas que são bastante abrangentes e você pega públicos bastante heterogêneos, dentro dos comitês, dentro dos conselhos. Então, isso é um aspecto que a gente, talvez possa se deter – eu particularmente, tenho bastante interesse nessa perspectiva e acho importante, porque a gente teve uma aluna de **Suzana**, que trabalhou muito essa questão da reflexão sobre os entraves, a participação – isso talvez possa nos auxiliar e rever caminhos. Porque, às vezes, a capacitação acontece e tem um número 'x' de participantes, mas quando você vai perceber como que aquilo ficou, em termos de apropriação, de empoderamento, isso fica muito falho ainda! São temas, às vezes, muito técnicos, e aí como é que a gente pode aprimorar isto? Eu acho que valeria a pena, eu me coloco à disposição, aproveitando esse universo do trabalho da **Maria de Lourdes** mesmo, e a gente fazer algo que pudesse contribuir nessa perspectiva. Outro item, é que a gente tem eleição para o Conselho nesse ano e eu acho que, de alguma forma, esse cuidado com o processo de mobilização para essa eleição é fundamental, e ele entra nessa perspectiva também comunicativa, ou educ comunicativa, das pessoas entenderem a importância de ocuparem esses espaços referentes aos assentos no Conselho de forma qualificada! Dai porque também, a gente fez uma sugestão de que um ponto principal, pós-eleição do Conselho esse ano, seja uma rodada de capacitação dos conselheiros – também já nesse formato, pensando numa metodologia, numa dinâmica, que seja bastante atrativa e que seja, digamos assim, pertinente para uma participação cada vez mais qualificada dentro do Conselho – é uma sugestão que a gente tinha feito, e que eu reforço aqui! Para que a gente pudesse, no detalhamento do plano, estar com isso bem definido. E nessa própria linha, já estou fazendo uma ponte que é de outro tema, que é de Eleição do CRH, talvez a gente precise verificar, de forma mais explícita, tanto das possibilidades das Reuniões do Conselho serem itinerantes e, com isso, a gente dar maior visibilidade ao Conselho – **Gizélia** está sinalizando sobre a falta de dinheiro, do custo que se trará, mas tem recurso aí, do Progestão! O CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) fazia isso durante uma determinada época e acho que tinha repercussão – mobilizava a questão regional – é para a gente pensar! E a outra, é de apoio à participação da Sociedade Civil do CRH e das suas Câmaras Técnicas, porque ela não tem a cobertura, digamos, das instituições, do ponto de vista dos deslocamentos e de possibilidade de participação – e é um custo alto! A gente acaba, às vezes, não tendo a participação de instituições importantes, que estão no interior do Estado, porque não tem esse apoio!" **João Kennedy**: "Suas colocações são importantes e, no momento em que eu estive visitando a CTALI (Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais), eu perguntei se vocês iam para o interior do Estado divulgar, ou se eles participavam dessas reuniões? Pessoal, vamos dar continuidade à pauta?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Mas tem que aprovar o plano, não?" **João Kennedy**: "Alguém tem alguma objeção ao plano apresentado aqui?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Mas tem que se registrar as alterações e inclusões sugeridas aqui!" **João Kennedy**: **Mas as alterações no Plano de Capacitação, já se fez constar na Ata que está sendo gravada! Como não houve objeção, então entende-se que está aprovado e na Ata!** **José Liberato (Coordenador da CTOC, da SMAS-PCR)**: "Eu represento aqui, também a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, da Prefeitura do Recife (SMAS-PCR). Gostaria de acrescentar ao que foi dito aqui, muito bem postado, muito bem discutido, que a Prefeitura do Recife está também de braços abertos para se integrar com essa equipe, inclusive, temos lá **Alexandre Ramos**, que está na Secretaria de Sustentabilidade e que é Presidente do Comitê do Capibaribe (COBH-Capibaribe) e eu trabalho diretamente com ele, nós temos uma equipe de educação ambiental formada por engenheiros, geólogos – eu mesmo sou geólogo – agrônomos, e até médico veterinário – que dá assistência na questão dos animais, questões de invasões. Então, eu queria acrescentar



que está muito boa a programação, mas tem aqui 'Recuperação e manutenção das nascentes' e nós temos várias nascentes urbanas, inclusive aqui, nas áreas do Rio Beberibe." **João Kennedy:** "Desculpe! Mas isso está em discussão? Para não se prolongar mais!" **José Liberato (Coordenador da CTOC, da SMAS-PCR):** "Está aqui no programa apresentado, 'Recuperação e manutenção das nascentes'. Eu gostaria apenas de enfatizarmos esse tópico, porque as nascentes estão sendo invadidas, degradadas e precisam ser preservadas! E está aqui no programa! Eu queria só enfatizar a importância e parabenizar a equipe da APAC pela apresentação! Está muito bom o programa! E tem outras aqui: 'Noções de pluviometria e fluviometria' – que é importantíssimo! Porque o que está acontecendo na nossa Região Metropolitana (RMR), com os nossos aquíferos, é que está chovendo menos do que a água que está saindo! Então é importante, **Dra.Suzana** quero parabenizá-la também, que é a nova gestora na APAC! A gente precisa enfatizar isso aí porque a gente está tirando – e a Região Metropolitana está sofrendo muito, porque está tirando mais água do que está entrando no aquífero! Era só essa sugestão de aprofundarmos esses temas. E a cobrança, como já foi falado aqui." **João Kennedy:** "Mas eu acho que a cobrança está na pauta de homologação da Resolução CRH nº 01 – se não me engano! E aí a gente vai chegar lá! Para não adiantarmos uma discussão da pauta." **José Liberato (Coordenador da CTOC, da SMAS-PCR):** "E fortalecemos a Cobrança pelo Uso da Água – como já foi bem discutido!" **João Kennedy:** "Com certeza! Temos que promover a gestão disso. Então, dando continuidade a pauta, temos a apresentação da CTALI, **Dra.Edneida.**" **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Um bom dia para todos e todas! Estou na Coordenação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) e gostaria de transmitir um pensamento da reunião da Câmara Técnica, na última que nós realizamos, em termos de ânimo, relacionado a esse novo desenho institucional e de ocupação dos cargos de gestão por pessoas que têm uma trajetória do conhecimento técnico na área e isso traz um ânimo de funcionamento, eu acho, aqui para o próprio Conselho de Recursos Hídricos. A gente agradece bastante ao movimento que foi feito, tanto pelo Secretário Executivo, como pela Presidente da APAC – de visitarem as Câmaras Técnicas – eu acho que isso também sinaliza a importância e o reconhecimento ao trabalho que essas câmaras realizam, e elas são de suporte ao funcionamento do Conselho de Recursos Hídricos. Então, a gente tem como ponto de trabalho da Câmara Técnica: 02 (dois) pareceres e 02 (dois) ofícios que foram encaminhados posteriormente, num material que a **Gizélia** disponibilizou para todos os conselheiros. Um dos pareceres está relacionado ao Progestão, e aí nesse sentido, eu já **aproveito para reforçar a sugestão da Crystianne Rosal, no sentido de que a gente possa ter essa discussão do Progestão, feita no âmbito mais geral para o Conselho, e mais aprofundado, como ponto de pauta ou uma reunião específica – a gente deu essa sugestão no âmbito da CTALI, porque a CTALI vem se detendo sobre isso, mas é um assunto bastante abrangente, cheio de nuances, cheio de detalhes, e que o segundo ciclo do Progestão traz um comprometimento maior por parte do Conselho** – então, eu reforço isso! A gente, quando vai realizar a discussão, apreciação e a elaboração do Parecer do Plano de Metas, a gente se detém sobre um conjunto de documentos, que são anteriores, ou seja, a Avaliação do Quadro de Metas anteriores, o próprio contrato, realizado para aquele ciclo específico. E a gente vem sempre contando com reuniões da Câmara Técnica, nas quais participa a equipe da APAC, e que tem sido algo bastante dialogado e de fortalecimento, no sentido de que é o que a gente tem como perspectiva última, ou seja, que o Estado esteja, cada vez mais, qualificado e fortalecido para a gestão de recursos hídricos. Só trazendo algumas questões iniciais, que eu acho que podem ser objeto dessa discussão mais específica: o Progestão é um programa de transferência de recursos oriundos do Governo Federal, através da Agência Nacional de Águas (ANA), e nesse Ciclo-II traz novas exigências que comprometem mais os governos estaduais – estou destacando aqui 03 (três), um deles é o Quadro de Metas de Investimentos com recursos orçamentários do Estado, que a partir do segundo ano do Progestão já vai precisar ser apresentado. Eu fico animada quando a **Crystianne** diz que já vai garantir, porque realmente são poucos recursos, quando comparado com o volume total, mas que vai precisar que isso fique claro! O Plano de Capacitação – como já foi apresentado aqui! E a gente compreende que haja o detalhamento de cada uma daquelas propostas do Plano de Capacitação – na ocasião em que elas venham a ocorrer, ou estejam próximas a ocorrer! Então, por isso que a gente entende que o plano é mais geral, mas o detalhamento vai vir a cada momento, e também a Planilha de Aplicação e o Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos do Progestão. Então, tudo isso tem sido objeto de capacitação nossa também, da CTALI, e a gente acha que tem que ser ampliado para o Conselho – já que de certa forma, parte significativa do funcionamento da gestão do Estado vem, em função, da adesão a esse programa! Para facilitar, no próprio parecer, a gente se valeu de um quadro que a própria APAC apresentou – a gente só incluiu uma coluna – que é o 'Nível Adotado para o Progestão-II' – que foi pactuado pelo Estado, e a gente só faz referência às variáveis que tiveram mudança para cima de nível – que na tabela do slide, são essas linhas que estão na cor azul – ou as que a ANA alterou o nível máximo – que são essas linhas na cor rosa, e as que a ANA alterou a descrição da variável, e de certa forma, tornou mais exigente essa consideração. E em amarelo, as duas variáveis, nas quais o Estado está abaixo do que é previsto para o Nível 'C' – e eu acho que já foi objeto de colocações aqui, porque uma é a 'Cobrança' – que agora, nesse segundo ciclo – ela é obrigatória, e a outra é a 'Articulação com setores usuários e transversais' – que também já foi objeto de muitas falas aqui! Então eu acho que junta o fato de nós estarmos abaixo da Tipologia, que foi adotada, e o fato de a gente também sentir o quanto que isso é necessário para que a gestão aconteça de uma forma mais efetiva e mais fortalecida. E aí são dois aspectos que mereceriam – e nas nossas recomendações, a gente coloca muito claramente a articulação podendo vir, a gente dá uma sugestão, inclusive, o próprio tema de Saneamento Rural – que já tem um estudo contratado e finalizado, possa servir como elemento concreto para discussão e articulação com outros setores – seja Secretaria de Agricultura, seja Secretaria de Saúde, seja Secretaria de Meio Ambiente. E no item de 'Cobrança', o que a gente sugere é que a finalização do trabalho – já também contratado com consultoria – seja no âmbito dos comitês, definindo as metodologias e os valores de cobrança, seja na apresentação no Conselho – que é a última instância, na qual isso precisa passar – ela possa evoluir com mais velocidade. E a gente também sugere que nessa discussão entre a perspectiva de definição de percentual que possa também compor o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). No nosso Regimento a gente tem listadas 11 (onze) possibilidades de fontes de financiamento para o FEHIDRO. Atualmente a única fonte é o CFURH (Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos) – e mesmo essa vem sendo contingenciada, e a gente vem batendo nessa tecla, por várias reuniões do Conselho! De certa forma, a gente chama a atenção também para isso e a gente chama a atenção para o fato de que para a gente alcançar esse nível



963 que foi contratado para o Progestão-II, relacionado a Plano de Bacia, que seria o Nível 3, com as novas exigências da ANA,  
964 a gente vai ter que correr muito atrás, porque ela diz que planos de bacia vigentes entre 50% (cinquenta por cento) e 75%  
965 (setenta e cinco por cento) das unidades de gestão hidrográfica e atualmente existem dois Planos de Bacia finalizados –  
966 que é o do Capibaribe e do Ipojuca, e outros quatro Planos de Bacia em elaboração – então está muito aquém do que é  
967 colocado nessa nova formulação de nível para essa Tipologia 'C'. Da mesma forma com a 'Base Cartográfica', que eles  
968 passam a ter um nível de exigência, que nas nossas recomendações sugere, inclusive, que se abra uma discussão junto a  
969 ANA, no sentido de questionar se realmente é necessária essa atualização de, no mínimo, dois anos, do ponto de vista  
970 técnico - se isso é realmente necessário? E também se coloque o custo elevado para que isso seja feito no nível de cada  
971 Estado! A gente acha que isso é uma exigência exagerada – digamos assim! A gente sugere que se abra uma discussão  
972 junto a ANA. É isso, **o nosso parecer é de aprovação do Formulário de Autoavaliação, referente ao Período I do**  
973 **Progestão-II!** Alguma dessas observações a gente já comentou, e a gente também considera que essa nova estrutura  
974 governamental poderá contribuir para que algumas daquelas variáveis, de uma maneira que, efetivamente, possa subir de  
975 nível, como por exemplo, umas das questões que a gente comentou, e que a APAC havia feita a sugestão de já aumentar o  
976 nível, e a gente meio que disse: 'olha, a gente considera que OK! Mas vejamos, o Conselho de Recursos Hídricos: a gente  
977 tem, funciona, a gente tem reuniões periódicas, mas para a gente subir de nível, talvez a gente precise incrementar melhor  
978 o nível de participação, a qualificação dessa participação, o comprometimento maior das instituições, pois às vezes, a gente  
979 tem um grande esforço para ter o quórum para a realização dos eventos.' Se a gente coloca a nota máxima, parece que a  
980 gente já não tem mais nada a fazer – é mais ou menos nessa direção! E a gente sabe que, com pouco esforço, a gente  
981 conseguiria dar esse passo. Uma outra observação, que a gente também acha pertinente fazer, é que o alcance das metas  
982 pelo governo do estado para o Progestão-II requer o fortalecimento das equipes técnicas, seja da APAC – que já tem  
983 defasagem desde a sua criação em 2010, da mesma forma, a gente sabe que novas atribuições forma sendo trazidas, à  
984 exemplo mesmo, da Política Nacional de Segurança de Barragens – sem que as equipes tenham sido recompostas, e até  
985 direcionadas para este tema, da mesma maneira que, com a criação da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos,  
986 ela precisaria ter o caminhar para ter quadros técnicos próprios, e com isso dando robustez, mais segurança, à exemplo, o  
987 pessoal não gosta muito, mas já que a Secretária mesmo citou aqui, o estado do Ceará, por conta da trajetória que eles  
988 conseguiram manter, resguardando a questão da gestão de uma perspectiva político-partidária pura e simplesmente. Então  
989 é esse o parecer e aí submetemos ao Conselho." **João Kennedy:** "Submeto a vocês do Conselho, se houver alguma  
990 objeção, por favor trazer vistas a isso." **Anísio Coelho (da FIEPE):** "O parecer mostra o status atual e a gente vê a  
991 importância da APAC na gestão, no acompanhamento, na fiscalização, no planejamento - na gestão dos recursos hídricos  
992 em nosso Estado. Eu acho que uma coisa que deveria ser colocada é, justamente, sensibilizar o governo do estado para  
993 não contingenciar os recursos da APAC! A APAC é fundamental! O governo do estado, na medida em que ele não faz esse  
994 contingenciamento, ele tem um retorno muito maior, em função do que a APAC vai contribuir em termos de eficiência, de  
995 previsibilidade. Então, não sei de que forma poderia ser incorporado no parecer, essa evidência da importância da APAC, e  
996 por isso tentar sensibilizar o governo do estado, para não contingenciar recursos destinados para a APAC! E essa seria a  
997 minha colaboração." **João Kennedy:** "Só antecipando aqui, parabéns pela sua colocação! Mas o próprio parecer já informa  
998 isso – pedindo para que não sejam contingenciados, ao final ele fala." **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "É o do FEHIDRO  
999 que fala - é no outro parecer!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Mas o que eu quero que coloque mais, é que seja como uma  
1000 ação deste Conselho! O Conselho tem este papel de fazer essa defesa – esse é o nosso papel! Que é justamente mostrar a  
1001 importância, e assim é que o Conselho estará executando suas ações, no sentido de proteger a sociedade, porque nós é  
1002 quem sabemos, e vemos a importância da APAC! Então por isso, a gente faz essa ênfase, em termos de Conselho." **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Só um esclarecimento, no outro parecer – que diz respeito ao FEHIDRO, agente se posiciona  
1003 em relação a isso, porque no Parecer do Progestão a gente não tem nenhum tipo de contingenciamento, inclusive, porque  
1004 existe um rigor extremamente significativo, por parte da ANA, para o desembolso dos recursos. Então não há  
1005 contingenciamento e nem poderia haver – da mesma forma que não poderia haver para o FEHIDRO também - no nosso  
1006 entendimento! Mas o do Progestão não é contingenciado. O do FEHIDRO – que é o próximo parecer, a gente fala  
1007 especificamente nisso!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Eu me lembro que, quando a gente estava analisando no ano  
1008 passado, o contingenciamento foi da ordem de 70% (setenta por cento) nos investimentos, que realmente, o retorno seria  
1009 melhor ainda. Então, até a forma de contingenciar não está sendo a mais inteligente." **João Kennedy:** "Ok! Então eu acho  
1010 que todos aqui concordam o que se foi exposto aqui, uma vez que somos o Conselho de Recursos Hídricos e não  
1011 queremos que os nossos recursos sejam contingenciados. Mais alguma objeção ou alguma colocação? Então, **não**  
1012 **havendo nenhuma objeção, fica homologado o Parecer Técnico da CTALI, referente ao Quadro de Indicadores de**  
1013 **Metas e o Formulário de Autoavaliação do Progestão-2018/2019 (Progestão-II)!** Por favor, vamos continuar com a  
1014 pauta! E agora, o parecer sobre o FEHIDRO." **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Só para situar, o Relatório de Prestações de  
1015 Contas do FEHIDRO e do Plano de Aplicação dos Recursos, normalmente ele é submetido ao Conselho, na última reunião  
1016 do ano – e isso foi uma Resolução de uma reunião do Conselho, que agora não lembro a data. No ano final do ano  
1017 passado, quando isso foi apresentado, os Conselheiros questionaram que era complicado fazer uma apreciação, uma  
1018 votação da Prestação de Contas – já que ela não estava completa, ou seja, **o Ano Fiscal ainda não havia sido encerrado!** E  
1019 houve uma sugestão de que isso pudesse acontecer na primeira reunião do ano posterior – com a prestação de contas na  
1020 íntegra! E aí, efetivamente, isso foi feito no âmbito da CTALI e passou pelo mesmo procedimento de apreciação e  
1021 avaliação. **O nosso parecer do FEHIDRO-2018 é favorável!** E agente copiou toda a parte de recomendações que a gente  
1022 tinha feito no parecer do ano passado, que inclui o apelo para que a gente possa arrumar caminhos **para que não haja o**  
1023 **contingenciamento dos recursos do FEHIDRO** – que foram diminuídos! E agente lembra que, em função de um Decreto do  
1024 ano passado – que inverte o percentual, que era de 65% (sessenta e cinco por cento) para os Estados, e agora é de 25%  
1025 (vinte e cinco por cento) para os Estados, e os municípios passam a receber essa diferença de valor. Outra observação -  
1026 que eu nem sei se a gente incluiu aqui no parecer, pois pelo que eu reli agora, não incluímos – é de que, como é que a  
1027 gente pode se articular com os municípios que estão passando a receber esses percentuais maiores, para que haja, em  
1028 parceria, um fortalecimento da gestão de recursos hídricos nesses municípios? E eu acho que essa articulação, via  
1029



1030 AMUPE, poderia ser interessante – ou diretamente com os municípios que passaram a receber esse percentual maior!  
1031 Porque eu nem sei, não tenho essa compreensão – se esses recursos entram na Conta Única do município? Não é! Da  
1032 mesma forma que o ICMS não é, mas se transforma numa coisa que você não vê os resultados! Então, eu acho que valeria  
1033 a pena essa gestão junto aos municípios!" **João Kennedy:** "Confesso que não ouvi essa observação!" **Fernandha Batista:**  
1034 "A respeito do contingenciamento do FEHIDRO, a gente tem os levantamentos, o acompanhamento, obviamente, dentro da  
1035 Secretaria, e temos uma agenda já marcada com o Secretário da Fazenda para agente, bem, das duas uma: ou solucionar,  
1036 ou amenizar essa questão! Se houver algum problema, da ordem da Secretaria dele, que essa situação seja amenizada,  
1037 porque R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) que a gente deixa de investir em gestão, a gente perde milhões na falta da  
1038 gestão! E são esses números que a gente tem levado, já tem uma agenda, uma programação confirmada, com o próprio  
1039 **Décio Padilha (Secretário da Fazenda)** – vou me reunir com ele, está agendado para a próxima semana, para a gente  
1040 tratar deste tema. Quer dizer, podem ficar tranquilos, pois é uma coisa que a gente está bem atento, para amenizar ou  
1041 solucionar essa questão!" **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da APAC):** "Só complementando, com relação à  
1042 AMUPE, hoje à tarde eu tenho uma primeira agenda com a AMUPE também. Então, a gente já vai começar as tratativas  
1043 também!" **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Então, não está no nosso parecer, talvez até, se for o caso, e vocês  
1044 concordarem, a gente já pode incluir isso, como uma maneira de subsidiar, porque é uma coisa que: essa história de ter o  
1045 peso do Conselho nas próprias tratativas em relação a outros espaços, noutros contextos – eu acho que dá uma força!"  
1046 **João Kennedy:** "Então, se ninguém se opõe, faça-se constar na Ata." **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Então a gente pode  
1047 fazer essa alteração no parecer – incluindo isso: 'que haja articulação, diálogo e troca de informações, com os municípios  
1048 que passaram a receber um percentual maior do FEHIDRO'. Só um parêntese aqui: eu gostaria de registrar que a gente fica  
1049 muito contente de ver esse tema sinalizado de que vai ter continuidade, porque a gente vem falando sobre ele, incluindo em  
1050 nossos pareceres, há bastante tempo – pelo menos no período de gestão desses atuais conselheiros, tendo sido uma  
1051 pressão constante!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Eu preciso registrar o desempenho da CTALI, nos últimos 02 (dois) anos!  
1052 De fato, houve um esforço muito grande, da equipe toda e, sobretudo da coordenação da CTALI, para que esses dois  
1053 temas fossem 'desembaralhados', porque era muito complicado – quando a pauta vinha para o Conselho, sempre levava  
1054 horas de discussão, e com soluções frustrantes! Então, eu acho que **Edneida** tem um papel muito importante nisso – como  
1055 Coordenadora da CTALI, como leitora detalhada de cada documento, gastando horas em sua casa para poder preparar um  
1056 parecer e discutir com a equipe. Eu acho que a gente tem que reconhecer isto oficialmente assim, em Ata – por isso eu  
1057 gostaria que fosse constado, porque é uma contribuição de conselheiro, muito importante para a evolução do próprio  
1058 Conselho e das suas Câmaras Técnicas!" **João Kennedy:** "Que se faça constar que realmente eu me impressiono, por ser  
1059 um trabalho árduo, com muita dedicação de pessoas que se empenham, sem ganhar financeiramente, para fazer esses  
1060 pareceres – se dedicando à análise de algumas documentações, que eu sei que não são poucas. Parabéns mesmo! E não  
1061 só para CTALI, mas a todas as câmaras, que trabalham para fazer com que este Conselho seja mais célere nas discussões  
1062 que aparecem aqui!" **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Agradeço à lembrança de **Ricardo**, mas eu gostaria de dividir isso  
1063 com toda a equipe da CTALI – e eu diria, até com as equipes das outras câmaras técnicas também! Porque eu acho que  
1064 todo mundo assumiu, de forma muito séria, esse papel de compor as câmaras técnicas como instância de apoio ao  
1065 Conselho. Em alguns momentos, eu acho que a CTALI ousou, inclusive, pelo compromisso dos seus integrantes a ir até um  
1066 pouco além – de se posicionar aqui, de uma forma política, no sentido de que a gente entende de questões legais e  
1067 institucionais – porque são questões políticas também! Então, nesse sentido, eu divido com todos os integrantes da CTALI,  
1068 porque, efetivamente, a gente divide a elaboração dos pareceres, a discussão dos documentos, a leitura atenta dos  
1069 documentos, para que a coisa caminhe, e também eu acho que nesse trânsito que a gente conseguiu, e tendo com a  
1070 equipe técnica – tanto da Secretaria Executiva, do pessoal que segurou aí 'a onda' – apesar de todos os retrocessos – e da  
1071 APAC! Eu acho que tem sido um diálogo bastante respeitoso e compreendido por ambos os lados. A gente tem dois temas,  
1072 que foram objetos de ofícios, encaminhados à Secretaria Executiva do Conselho. Desculpem-me, falta a votação desse  
1073 parecer! Mas acho que o primeiro, do Progestão, já foi aprovado! E falta o segundo, do FEHIDRO – com a observação de  
1074 que a gente incluía essa questão de diálogo com os municípios." **João Kennedy:** "Então, alguém tem alguma objeção do  
1075 que foi explanado pela CTALI? Então, está tudo aprovado! **Está homologado o Parecer Técnico da CTALI, referente à**  
1076 **Prestação de Contas do FEHIDRO-2018!**" **Edneida Cavalcanti (da ANE):** "Na verdade são dois ofícios para dar  
1077 conhecimento, porque um deles, se valendo do Regimento Interno do CRH, que diz respeito à frequência de participação  
1078 nas reuniões das câmaras técnicas, a gente vem buscando observar isso, no âmbito da CTALI – vem cobrando que o  
1079 próprio Conselho observe isso, em termos da participação – não apenas como uma perspectiva legalista, mas no sentido  
1080 de que a gente possa ir comprometendo mais as instituições, e até procurando mais compreender o porquê, às vezes,  
1081 do afastamento das instituições, em relação às reuniões. Então, nesse sentido, a gente comunicou à Secretaria Executiva  
1082 do CRH, a saída da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), no âmbito da CTALI. A gente sabe que têm  
1083 justificativas muito específicas, mas por parte das representações, e também sabe da imensa contribuição que o Professor  
1084 **Waldir**, especificamente deu, durante praticamente todo o período de funcionamento da CTALI. Então, contingências  
1085 levaram que eles não pudessem ter uma participação mais efetiva no ano passado. Eu sei que ele é uma pessoa séria, ao  
1086 ponto de que foi um dos que instituiu e trabalhou para que a gente batalhasse por essa história de frequências. Então,  
1087 nesse sentido, eu sei que ele próprio tem consciência e apoiaria essa decisão! Pelo Regimento, os representantes das  
1088 instituições têm direito a 03 (três) faltas consecutivas nas reuniões, ou 06 (seis) alternadas, no biênio – no caso da Câmara  
1089 Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), e no caso da CALI, é no decorrer de um ano! Porque a CTAS tem 02 (duas)  
1090 reuniões mensais. Então, isso também foi objeto de bastante discussão aqui no Conselho! Então, o outro ofício, informa que  
1091 a CTALI tomou ciência das Planilhas de Aplicação dos Recursos Financeiros do Progestão-2018 e do Plano Plurianual de  
1092 Aplicação dos Recursos do Progestão de 2019-2022, que foram apresentados pela APAC, na pessoa de **Patrícia Veras**  
1093 **(Assistente de Recursos Hídricos)**. Então, quanto à Planilha de Aplicação dos Recursos para 2018, a CTALI observa que  
1094 há congruência entre as rubricas apresentadas e a destinação prevista no Progestão-II, mas destaca a importância da  
1095 destinação dos recursos do PROGESTÃO-II caminharem para ações públicas de fortalecimento do Sistema Integrado de  
1096 Recursos Hídricos, e não, em sua maior proporção, para custeios. Quanto a Planilha do "Plano Plurianual de Aplicação dos



1097 Recursos do PROGESTÃO 2019-2022", a compreensão é de que constitui um exercício que estimula os estados a  
1098 trabalharem planejamento, de médio e longo prazos, e nessa oportunidade, também não vê incompatibilidade com as  
1099 rubricas previstas pelo PROGESTÃO-II. A CTALI vem sempre destacando nesse caso, de apreciação das Planilhas, não  
1100 tem caráter de aprovação ou reprovação, apenas de apreciação, e que a mesma não tem competência para análise contábil  
1101 das informações financeiras apresentadas nas planilhas, visto que são apresentados 'relatórios', e a gente não tem acesso  
1102 a toda a documentação comprobatória. Isso é uma maneira que a gente tem, de resguardar nossa atuação, mas também a  
1103 gente não deixar de fazer a apreciação devida. Eu acho que esse tema, inclusive, de aplicação plurianual, ele poderia, me  
1104 valendo de novo, da sugestão da **Crystianne**, ser objeto, num momento que a gente pudesse discutir o Progestão de forma  
1105 mais aprofundada – se ele vier como ponto de pauta específica, e também a planilha. No Progestão-II tem algumas coisas  
1106 que são exigências de que haja parecer e aprovação, em outras, apenas apreciação, apenas anuência – então, é  
1107 importante que a gente até tenha esse quadro, em que medida a gente vai precisar estar se comprometendo, enquanto  
1108 conselheiros? É uma sugestão que, em havendo o ponto de pauta específica, a planilha já vai seguir porque tem prazo – se  
1109 o Estado não cumpre esses prazos, o recurso também não é liberado! E aí, a gente acha que a planilha não compromete  
1110 nesse sentido, principalmente que ela é propositiva, porque é objeto de ajustes, enquanto planejamento, ela tem que ser  
1111 objeto de ajustes. É isso, grata pela atenção!" **João Kennedy**: "A atenção é nossa! Quem agradece, somos nós! Alguém  
1112 deseja se pronunciar? Pessoal, tem a apresentação do Resultado Final da Consultoria Alemã, sobre o Saneamento Rural  
1113 do Estado, e já são 12 (doze) horas, vamos dar continuidade para encerrar a pauta da manhã, almoçar e retomarmos após  
1114 o almoço, está bem? Vamos continuar para finalizar a pauta da manhã!" **Antônio Ferreira (da SERH)**: "Bom dia a todos!  
1115 Uma boa parte das pessoas que estão aqui já me conhece. Eu trabalho na Superintendência de Projetos da SERH, sob a  
1116 Coordenação do **engenheiro João Henrique**, onde eu sou o Gestor de Projetos. Como nós acompanhamos esse estudo  
1117 desde o ano passado, a gente ficou incumbido de fazer essa apresentação para vocês, que foi prometida na reunião  
1118 anterior do CRH, pelo então Secretário **Emílio Duarte**. Bem, por parte da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos  
1119 acompanharam esse estudo, os técnicos **Assis Ferreira**, aqui presente, e eu. Por parte da COMPESA, **Mauro Lacerda** –  
1120 que anteriormente era nosso Gestor de Projetos e que, depois que ele retornou à COMPESA, **Assis Ferreira** assumiu a  
1121 Coordenação na SERH. Também, por parte da COMPESA, teve **Sérgio Murilo** – que não está aqui presente! E antes de  
1122 iniciar de fato, essa apresentação, eu queria agradecer, parabenizar, e colocar para vocês a importância de **Assis Ferreira**  
1123 e de **Sérgio Murilo**, que deram a esse estudo uma colaboração fundamental – pelos anos e anos de experiência e de  
1124 serviços prestados ao Estado – é um compromisso meu, reforçar isso, diante desse Conselho! Bem, esse estudo foi  
1125 demandado pela Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH), que foi contratado pelo Programa de Sustentabilidade  
1126 Hídrica no Estado de Pernambuco (PSH-PE) e essa equipe da Secretaria, à época, acompanhou todo esse estudo. Foi um  
1127 Consórcio Alemão, com a MACS Alemanha e MACS Brasil, consorciados a uma empresa britânica chamada de IRC  
1128 Supporting Water Sanitation and Hygiene Services for Life, e a finalidade desse estudo foi entender o saneamento rural no  
1129 Estado, partindo das seguintes premissas: o Estado tem atualmente, baseado no Censo do IBGE de 2010, em torno de  
1130 1.900.000 (um milhão e novecentos mil) habitantes no meio rural, que nem sempre tem acesso à água e saneamento. A  
1131 gente vai entender saneamento, nesse estudo, como abastecimento e esgotamento sanitário no sentido amplo da palavra.  
1132 Outra coisa também, que precisa ficar entendida é que muitas ações, foram e estão sendo implantadas por diversos órgãos,  
1133 das esferas federal, estadual e municipal, ONGs (Organizações Não-Governamentais), instituições religiosas – muita gente  
1134 está atuando nisso e, a gente não tem o conhecimento – a gente chega no campo, e às vezes, se depara com um projeto, e  
1135 se precisa entender também o porquê, que uma grande maioria desses projetos, tem um ciclo de vida muito curto? Entrega-  
1136 se um projeto a uma comunidade, e dois ou três anos depois, aquilo está sucateado! Então, precisávamos entender isso!  
1137 Também partimos da premissa que novas tecnologias de abastecimento e esgotamento de água estão disponíveis e com  
1138 custos bem mais acessíveis do que em alguns anos atrás, que também, nós temos em nosso favor, novas Leis – a Lei do  
1139 Saneamento, a Lei dos Consórcios, a Lei trabalhista, a Lei das Estatais, pois favorecem novos arranjos de gestão e  
1140 profissionalização do saneamento rural. E por último, o Brasil é signatário dos objetivos do milênio, que tem o compromisso  
1141 mundial de universalizar o saneamento, principalmente ao que se refere ao saneamento rural – tínhamos um prazo de até  
1142 2015 e não conseguimos, foi estendido até 2025 – então temos essa responsabilidade perante a ONU (Organização das  
1143 Nações Unidas) e perante aos seus cidadãos mesmos! Uma coisa que eu queria sugerir aos senhores, se concordarem?  
1144 Eu queria que as perguntas ou dúvidas e esclarecimentos, ficassem para o final da apresentação – para que eu possa  
1145 agilizar! Concordam? Ok! Então, vamos lá. Como já falei foi uma demanda da SERH, o PSH foi o contratante, e o Termo de  
1146 Referência estabeleceu um limite populacional desse estudo, que seria entre 30 (trinta) e 1.000 (mil) famílias, e um dos  
1147 objetivos é identificar as tipologias dos empreendimentos, as formas de gestão, e no final elaborar propostas de modelos de  
1148 gestão. Foram realizados 08 (oito) produtos, que culminaram na Publicação Final, ou no Relatório Síntese – como a gente  
1149 chamou. E o que vai ser apresentado aqui é o que consta no Relatório Síntese, que é um volume que foi produzido ao final  
1150 do trabalho. Também como atividade a gente registra que aconteceram 03 (três) workshops: Um workshop de partida dos  
1151 trabalhos – que foi apresentado no DER/PE, em maio/2017; O segundo workshop ocorreu na AMUPE, em março/2018, em  
1152 que foram convidados através da AMUPE e através da própria Secretaria, em escritórios, vários representantes de vários  
1153 municípios – que vou explicar depois, os quais foram visitados, e no final do ano passado, em setembro/2018, o workshop  
1154 um, foi apresentado, houve essa proposta, para uma discussão final, e que foi colocado também no Relatório 08 (oito).  
1155 Então, nesse estudo, o produto dois (P2) e o produto três (P3), teve como objetivo o Levantamento de Dados Secundários,  
1156 que ocorreu da seguinte forma: nós entrávamos em contato com diversas instituições – chegávamos lá com um ofício do  
1157 Secretário, nos apresentávamos, falávamos do programa e solicitávamos informações para eles, com o maior detalhamento  
1158 possível: localidades com georreferenciamento e etc., e ocorreu que algumas delas, que foram diversas vezes solicitadas  
1159 durante o estudo, e no final desse estudo não tivemos nenhuma resposta – dentre elas, uma de tamanha importância como  
1160 a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o próprio ITERPE  
1161 (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco) – que trabalham com assentamentos rurais, com diversas  
1162 atividades e pequenos projetos de abastecimento. Então, no final do estudo, nós ficamos realmente com uma lacuna muito  
1163 grande de informações, que nós não recebemos de diversas instituições – muitas informações foram chegando ao longo do



1164 trabalho, até mesmo de órgãos do Estado! Então, nesse P1, P2, P3 dos slides, nós conseguimos levantar, com  
1165 georreferenciamento, 1.229 (mil, duzentos e vinte e nove) localidades, que estão ali mapeadas, plotadas, nesse slide. Bem,  
1166 seria muito complicado para a gente conhecer a realidade dos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios do Estado! Mas  
1167 todo estudo – seja ele acadêmico, ou não, ele trabalha em cima de uma amostra, e foi isso que nós fizemos! A nossa  
1168 amostra, para dados secundários – esse é o tamanho dela (1.229), e a partir daí, mais a frente, a gente escolhe 05 (cinco)  
1169 municípios onde a gente vai testar um questionário de informações, e expandir, desses cinco municípios para 34 (trinta e  
1170 quatro) municípios. Então, esse é um retrato do saneamento rural do estado de Pernambuco – para essas 1.229  
1171 informações que nós tivemos! E a gente conclui que as duas instituições, coincidentemente, vinculadas à Secretaria de  
1172 Infraestrutura e Recursos Hídricos, ou fazendo parte da sua estrutura, que dão a maior contribuição ao abastecimento rural  
1173 no Estado – que são a COMPESA e a SERH, através do Programa de Dessalinização – abrangendo respectivamente, 24%  
1174 (vinte e quatro por cento) e 23% (vinte e três por cento) dessa população. Em terceiro lugar vem o Programa Águas Para  
1175 Todos, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), com 20% (vinte por cento), em seguida temos: Proágua, o antigo  
1176 Promata (Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco) – resquícios do que foi o Promata,  
1177 mas que ainda existe – a gente ainda encontrou muita associação fazendo gestão de Sistema de Abastecimento e de  
1178 Esgotamento Sanitário, o ProRural (Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), o Programa de Integração do  
1179 São Francisco (PISF) e a CPRM (atualmente, chama-se Serviço Geológico do Brasil) também, que foi uma surpresa para  
1180 agente, que também atua com projetos de instalação de poços e pequenos sistema de abastecimento. Bem, aí houve uma  
1181 desconfiguração nessa projeção desse equipamento, pois as cores do gráfico não estão bem definidas, gente! E aí, esse  
1182 estudo também nos fornece uma informação muito importante que é utilizada para planejamentos, na área do saneamento  
1183 rural, que é o seguinte: 68% (sessenta e oito por cento) dessa população – representada por essa fatia com azul mais  
1184 escuro da pizza (do gráfico no slide), encontra-se na faixa entre 30 (trinta) e 250 (duzentos e cinquenta) famílias hoje –  
1185 então, a maior parte dessa população, encontra-se entre 30 e 250 famílias, que significa que a partir dessa informação,  
1186 pode se pensar, se planejar, se indicar modelos de gestão – que nós iremos apresentar para vocês mais a frente! Em  
1187 segundo maior percentual, de 21% (vinte e um por cento), se encontra numa faixa inferior a 30 (trinta) famílias. Então, a  
1188 gente tem também um percentual elevado dessa população a ser atendida também – de forma dispersa, e muitas vezes, de  
1189 forma concentrada, do tipo assentamento ou de alguma aglomeração. Bem, o que nós conseguimos, em termos de dados  
1190 secundários, nos deu – felizmente ou infelizmente – o conhecimento de parte dessa realidade, ou seja, que 21% (vinte e um  
1191 por cento), de uma população de 508.000 (quinhentos e oito mil) pessoas, se encontra, de alguma forma, sendo atendida  
1192 por algum tipo de abastecimento – e essa realidade vamos conhecer no slide seguinte! Mas também nos deu a informação  
1193 de que 79% (setenta e nove por cento), ou seja, nós não tivemos informação, ou seja, quase 80% (oitenta por cento) dessa  
1194 realidade. Mas a gente entende também que outros projetos que não vieram até o nosso conhecimento, estão atendendo –  
1195 seja através de ONGs ou a própria Cáritas – que é uma instituição religiosa – a gente sabe que tem uma atuação bastante  
1196 importante, a ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro), infelizmente essas instituições não repassaram para agente  
1197 nenhuma informação, mas a gente sabe que nesses quase 80% (oitenta por cento) aí, um certo percentual está sendo  
1198 atendido de alguma forma, mas existe uma outra realidade que precisa ser conhecida! Então, a partir desses dados  
1199 secundários pensamos em conhecer mais a fundo, um pouco dessa realidade. No processo se elaborou um questionário  
1200 focado no conhecimento institucional dos municípios, focado também no conhecimento de informações técnicas –  
1201 informações de caráter social e econômico, para se perceber o desejo, ou não, da capacidade de pagamento – no caso da  
1202 implantação de uma tarifação – no slide, no mapa, são aqueles municípios na cor rosa – foram 05 (cinco) municípios, onde  
1203 o Consórcio aplicou um questionário, que ao passar por estes municípios sofreu ajustes – foi discutido entre a equipe, e se  
1204 percebeu o seguinte: a dificuldade, que o município tinha, de repassar as informações – não porque o questionário tivesse  
1205 um nível técnico de exigências, mas porque realmente não se conhecia a realidade! Nós pegamos também uma situação  
1206 que foi a mudança de governo – nova gestão assumindo com o desconhecimento total do que foi feito anteriormente. Então,  
1207 no mapa do slide, na cor rosa, foram os municípios-piloto – que a gente chamou de piloto! Com os questionários ajustados,  
1208 nós expandimos esses questionários para 34 (trinta e quatro) municípios. Os questionários eram aplicados por uma dupla:  
1209 um engenheiro civil e um profissional da área social que ficavam no município por um ou dois dias. E como a gente não  
1210 tinha condições de conhecer toda a realidade, houve um planejamento estratégico da equipe em cada município desses,  
1211 inserido em cada região de desenvolvimento foi pensado, foi com um propósito, porque ali havia alguma evidência de  
1212 projeto de sucesso – com informações que nós já tínhamos, ou foi sugerida – então ali havia algum diferencial que valia a  
1213 pena ser conhecido! E assim essas equipes foram distribuídas e, ao final dessa parte do estudo, nós chegamos a algumas  
1214 conclusões sobre nossa realidade – só lembrando que o que nós vamos colocar daqui para frente, será sempre em relação  
1215 aos 34 (trinta e quatro) municípios visitados e suas respectivas 76 (setenta e seis) localidades! Com relação à infraestrutura  
1216 mínima do sistema de água, 90% (noventa por cento) das 76 (setenta e seis) localidades foram encontrados algum tipo de  
1217 estrutura de abastecimento e em 10% (dez por cento) não! Quem realiza a gestão dos serviços de água? Em 49%  
1218 (quarenta e nove por cento) eram as prefeituras – o que não é uma surpresa para nós que atuam na área, porque sabe que  
1219 isso é uma premissa do município. Mas foi surpresa para a gente que uma boa parte deles, 29% (vinte e nove por cento) é  
1220 gerido por uma associação comunitária! Numa outra proporção, 17% (dezessete por cento) é gerido pelas próprias famílias,  
1221 que são sistemas simples, que a gente vai chamar de autoabastecimento mais à frente, ou seja, muita coisa é resolvida no  
1222 nível familiar. Qual o tipo de Captação da água? Em 66% (sessenta e seis por cento) dos casos, com poço tubular profundo.  
1223 Outros tipos seriam: poço tubular raso, amazonas, e por aí vai. As famílias pagam pelo consumo de água, no caso do  
1224 abastecimento? Também foi surpresa para a gente: 41% (quarenta e um por cento) dos casos, das localidades visitadas,  
1225 havia o pagamento de uma tarifa acordada, ou pela associação, ou pelo tipo de arranjo – seja associação-município, que a  
1226 gente vai conhecer mais na frente, essas formas de arranjo. Mas há uma disponibilidade das populações em contribuir com  
1227 a tarifação pelo atendimento no abastecimento das suas localidades. No caso do esgotamento sanitário, a realidade  
1228 encontrada foi essa: Existe sistema de esgotamento sanitário? Em 88% (oitenta e oito por cento) dos casos, ou seja, das 76  
1229 (setenta e seis) localidades, foram encontrados algum tipo de sistema de esgotamento – para surpresa das pessoas, é um  
1230 percentual elevado, mas isso quer dizer o seguinte: isso é um sistema individualizado! São as velhas fossas, mas que são



estruturas, de alguma forma! Quem realiza a gestão dos serviços? As próprias famílias – que é grande maioria! No quintal das suas casas – se entupiu, desentope – eventualmente se faz uma limpeza! Qual é o tipo de esgotamento sanitário? E só reforçando o que eu havia falado: 86% (oitenta e seis por cento) é individual. As famílias pagam pelo uso do sistema de esgotamento sanitário? 4% (quatro por cento) sim e 96% (noventa e seis por cento) não! Para surpresa nossa, tivemos numa comunidade, ainda remanescente do Promata, em Tracunhaém, onde uma associação – e é importante frisar, cuja a Presidente, pois é uma senhora – essa associação cobra a tarifa e ela realiza, a contento, tanto o serviço de abastecimento quanto o serviço de esgotamento sanitário! Tem contratação de mão-de-obra para fazer limpeza de canaletas – isso está num dos Relatórios, acho que no '5a', ou no '5b', que depois vocês podem ter acesso – tanto a essas fotos, como maiores informações. Adiantando a apresentação, isso aí, essa Matriz foi uma discussão entre o grupo, para tratamento das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA). Então, Como Fortaleza, temos: o papel da liderança é superimportante, e foi constatado que uma boa parte é mantido por associações. O comprometimento da comunidade em contribuir também foi colocado no estudo. Hidrometração foi encontrada em 75% (setenta e cinco por cento) das ligações – e isso é um bom sinal de que há alguma forma de controle de gestão! E como Fraqueza: infelizmente não existe o controle da qualidade da água – praticamente não existe tratamento de água nessas comunidades que foram visitadas, quando muito, há cloração da água. Intervenções corretivas de maior peso necessitam de apoio externo especializado para realizá-las, pois em um sistema um pouco mais complexo, quando há uma quebra, uma necessidade de troca de bomba – seja de um poço ou num sistema de adução, a comunidade tem dificuldade porque não tem 'um caixa' para 'banicar' aquele serviço – para gastar R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil – então, isso é uma fraqueza! Naquelas localidades onde foram encontrados, ou não, hidrômetros – houve casos que a gente encontrou, em que havia a instalação do hidrômetro, mas não estava funcionando e o desperdício de água é enorme, como foi o caso da localidade de Borracha, em Vicência, que agora a COMPESA 'sumiu', mas o estudo foi anterior a isso – onde tinha cidadão que pagava R\$ 15,00 (quinze reais) e usava 10m<sup>3</sup> (dez metros cúbicos) e outro vizinho, que pagava R\$ 15,00 (quinze reais) também, mas usava 30m<sup>3</sup> (trinta metros cúbicos) exageradamente! Mas o hidrômetro estava lá, porém não havia controle por parte da associação – então isso foi uma fraqueza! Como Oportunidade, temos: uma boa gestão do sistema pode ser importante na hora do pleito por mais investimentos na localidade. E como Ameaça: Períodos prolongados de seca e a questão de deficiência estrutural das associações pode comprometer e fragilizar essas gestões dos sistemas. Bem, o Consórcio, a partir de uma Matriz que eles utilizam, e como eles têm serviços na Ásia, na África, na América Latina, na Colômbia – que é um país que hoje está com um saneamento rural universalizado – por incrível que pareça! Então eles utilizam, para indicação ou sugestão de um Modelo de Gestão, essa Matriz que foi elaborada por **Lockwood e Smits** e, a partir dela, eles propõem qual o Modelo de Gestão seria indicado – conforme o tamanho da população e o grau de dificuldade de operação dos sistemas existentes. Então, a gente tem aí (no gráfico do slide), uma coluna vertical que corresponde aos 'Aglomerados e Complexidade de Gestão' e na horizontal o 'Tipo de Gestão Indicado', que seria: de Base Voluntária, Semiprofissional e Profissional. O grupo, seja do Consórcio, ou dos técnicos da Secretaria e da COMPESA, acho essa Matriz muito simples, porque na verdade, ela trabalha com duas questões: do tamanho da complexidade e a forma de gestão. Baseado nos questionários que nós levamos para o campo, entendemos que há muito mais problemas a serem estudados e a serem levados à cabo – quando se pensa num Modelo de Gestão! Então, esse grupo, com a expertise do **Dr. Assis**, que acabou de sair da sala, e do pessoal da COMPESA – nas pessoas de **Sérgio Murilo e Mauro Lacerda** – se prontificou em elaborar uma Matriz, com 26 (vinte e seis) critérios e, para cada critério, 05 (cinco) pontuações ou pesos. E essa Matriz ficou um pouco grande, com 26 (vinte e seis) critérios, a gente achou por bem reestudar e diminuir para 11 (onze) critérios, que vou apresentar seu slide agora: essa Matriz Referencial de Decisão ficou como está aí, mas eu tenho um detalhamento maior, mais à frente! Então, vou explicar pelo detalhamento que fica melhor! Então, são 05 (cinco) níveis para cada critério! No final, a soma total da aplicação da Matriz, numa realidade, vai me indicar se o Modelo de Gestão para aquela situação, teria um perfil de Autoabastecimento, Semiprofissional ou Profissional – conforme esses critérios, que vou apresentar agora. Então, 'Critério 1 - Quanto a população beneficiada pelo sistema' – Teremos: Até 120 (cento e vinte) pessoas, consideramos de Nível 1 (um); Nível 2 (dois) – de 100 (cem) a 1.000 (mil) pessoas; Nível 3 (três) – de 1.000 (mil) a 2.000 (duas mil) pessoas, etc. e Acima de 4.000 (quatro mil) pessoas, considera-se Nível 5 (cinco). 'Critério 2 - Fonte de Abastecimento/Manancial': Se é poço raso ou açude, considera-se Nível 1 (um); se é uma derivação de adutora de água tratada; se é carro-pipa ou dessalinizador – ou seja, a medida que se caminha (na tabela) para a direita, se tem o maior nível de complexidade de gestão ou de implementação do que está sendo considerado no nível! 'Critério 3 - Distância entre fonte produtora e comunidade', no caso de ser uma adutora - extensão da adutora: Nível 1 (um) até 500 (quinhentos) metros; Nível 2 (dois) de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) metros – e assim por diante. 'Critério 4 - Desnível entre fonte fornecedora de água e a comunidade', ou seja, se há necessidade de utilização de bombeamento, ou não, se é por gravidade? Então, cada informação dessas vai contribuir com um peso, para no final, você ter um indicativo de que Modelo de Gestão poderá ser aplicado naquele local. 'Critério 5 - Qualidade da água disponível'; 'Critério 6 - Medição e controle do volume ofertado': se é um chafariz com fideiro, ou se é um carro-pipa entregue, ou se é um hidrômetro domiciliar, ou se é um hidrômetro com bloqueador na derivação da adutora, ou se abre/fecha manualmente uma válvula da derivação – ou seja, quanto mais mão-de-obra, quanto mais conhecimento técnico que o sistema demanda, maior será o nível de complexidade, e maior será o peso dele na pontuação (soma total dos níveis). 'Critério 7 - Disposição a pagar pela prestação dos serviços', a gente também pensou que é preciso que se pergunte a comunidade: vocês querem pagar? Vocês têm a intensão de pagar? Porque se forem pagar é uma coisa! E se não forem pagar, será uma outra coisa – completamente diferente! 'Critério 8 - Recursos humanos para a operação e comercialização dos serviços': Nível 1 (um), existe apenas 01 (um) voluntário, que aquele sistema de abastecimento que o cidadão tem um poço que atende a algumas famílias, que tem uma nascente – que foi o caso do meu estudo – num assentamento, que atende a 10 (dez) famílias – então, são sistemas simplificados, que demandam mão-de-obra com pouco conhecimento, simplificado, e à medida que isso vai ficando mais complexo, do tipo: tem 01 (um) empregado apenas algumas horas por dia; tem 01 (um) empregado por tempo integral; tem 02 (dois) empregados, e por aí vai! 'Critério 9 - Consumo per capita admissível (litros/habitante/dia)': devermos perguntar também para a população: quantos litros de água vocês pensam que, primeiro, que vocês querem ter? E depois, o que se pode



1298 fornecer a vocês, diante da realidade da região! É uma pergunta que tem que ser compreendida também! 'Critério 10 -  
1299 Ponto de entrega de água no imóvel rural': é uma cisterna comunitária? É um chafariz? É uma cisterna privada,  
1300 desconectada das instalações hidráulicas da casa? É uma caixa d'água, conectada às instalações hidráulicas da casa? É  
1301 uma rede de abastecimento? E por fim, 'Critério 11 - Regularidade no fornecimento' - são perguntas que devem ser feitas à  
1302 comunidade: Vocês querem água uma vez por mês? Uma vez por semana? Três vezes por semana? Cinco vezes por  
1303 semana? Diariamente? Então, o somatório desse trabalho, que deve ser levantado por técnicos e, diante da realidade que  
1304 se pretende estudar, ele resultaria no seguinte slide: uma pontuação de 40 (quarenta) a 55 (cinquenta e cinco) pontos, que  
1305 a gente entende como necessidade de um conhecimento mais técnico, e que deveria ser uma Gestão Profissional, que  
1306 demandasse intervenções técnicas mais complexas, e que nessa Gestão Profissional, a gente ainda sugere que ela pode  
1307 ser feita por uma Concessionária Estadual Pública – dando o nome COMPESA – ou outra, privada, que é um novo mercado  
1308 que se abre, para quem desejar atuar; Consórcios Municipais – que o caso do Rio Grande do Norte; ou Autarquia Municipal  
1309 – que o caso de 12 (doze) municípios onde o abastecimento é autônomo, ou seja, a COMPESA não atua nesses 12 (doze)  
1310 municípios, que são os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs). Bem, numa pontuação de 18 (dezoito) a 45  
1311 (quarenta e cinco) pontos – Semiprofissional, a operação dos equipamentos e a prestação dos serviços aos usuários são  
1312 feitas por associações comunitárias - de forma isolada, ou de forma organizada – que é o caso do Ceará, onde há  
1313 federações das associações e municípios, que são os SISARs (Sistemas Integrados de Saneamento Rural); Ou numa  
1314 pontuação de 11 (onze) a 22 (vinte e dois) pontos, que chamamos de Gestão Voluntária: que é a grande maioria – não sei  
1315 se vocês se lembram naquele gráfico do início, corresponde àquele 68% (sessenta e oito por cento), que está na faixa entre  
1316 30 (trinta) e 250 (duzentos e cinquenta) famílias – é um pocinho que atende a um pequeno aglomerado, que apenas uma  
1317 pessoa opera e que é remunerado, ou não! E uma coisa que também foi constatada é o seguinte: uma preocupação que  
1318 existe nesses Sistemas de Gestão Associativa Comunitária, ou Multicomunitária, são as questões trabalhistas – o que não  
1319 ocorre nos Sistemas Profissionais! A gente conheceu de perto, um problema à época, em Borraça, onde a associação  
1320 faturava R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de tarifação e pagava R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de Causas Trabalhistas – e isso  
1321 é uma preocupação, essa questão da gestão multicomunitária ou associativa. Em relação ao esgotamento, o estudo diz o  
1322 seguinte: De forma geral, as soluções coletivas de esgotamento sanitário somente devem ser consideradas quando existe o  
1323 forte risco de poluição dos mananciais e que as soluções individuais devem ser priorizadas, por conta do alto investimento  
1324 das soluções coletivas. Os sistemas de esgotamento sanitário coletivos, em muitas comunidades da zona rural, demandam  
1325 o Modelo Profissional, que é o mais recomendado. Mas isso é muito difícil porque necessitam cobrar tarifas, que cubram os  
1326 custos de operação e manutenção. O estudo levantou que as existentes, levantou que têm um funcionamento muito  
1327 precário, que em sua grande maioria, foram instaladas pelo Promata, nos 42 (quarenta e dois) municípios estavam num  
1328 abandono quase que total! E o Consórcio, então, resolveu estimar qual seria o custo, para num horizonte de 20 (vinte) anos,  
1329 se universalizar o atendimento a essa população, em dias de hoje, chega a 1.900.000.000 (um milhão e novecentos mil)  
1330 habitantes. Então, chegou-se a conclusão que nos próximos 20 (vinte) anos, para o abastecimento, seria necessário o  
1331 investimento total de R\$ 1,55 bilhões (um vírgula cinquenta e cinco bilhões de reais), e para o esgotamento sanitário, R\$  
1332 1,75 bilhões (um vírgula setenta e cinco bilhões de reais) – isso são números vultosos, que de início se espanta, mas  
1333 quando você vai ver isso 'per capita' dá US\$ 204,00 (duzentos e quatro dólares) para abastecimento e US\$ 230,00  
1334 (duzentos e trinta dólares) para o esgotamento sanitário. É isso que a gente tinha para apresentar para vocês. Obrigado!"  
1335 **João Kennedy:** "primeiro, parabéns **Antônio** pela contribuição, que você e **Assis Ferreira** deram a esse importante estudo  
1336 sobre o nosso plano rural! Pessoal, se alguém tem alguma colocação, por favor, seja breve!" **Kátia Távora (do DNOCS):**  
1337 "Eu só queria entender o seguinte: você mostrou que só foi conseguido abranger 34 (trinta e quatro) municípios. E aí eu  
1338 queria saber se, na conclusão dos produtos, se houve a preocupação de você dividir ou setorizar por regiões, porque são  
1339 situações diferentes, são populações diferentes – do que jogar tudo isso, porque não tem uma representação tão grande de  
1340 informações, numa única proposta?" **Antônio Ferreira (da SERH):** "Veja só **Kátia**, Esses 34 (trinta e quatro) municípios,  
1341 foram pensados e discutidos, e a indicação foi pelo fato de ali haver alguma coisa, que teria uma contribuição importante!  
1342 Por exemplo, aqui no Pajeú (no mapa do slide), tem um Sistema Rural que é gerido pela COMPESA – que é distribuição de  
1343 água bruta para a comunidade, com tarifação e tudo – então fomos lá conhecer! A COMPESA contribuiu nesse estudo com  
1344 1% (um por cento) da gestão, que foi exatamente naquela localidade que nós visitamos. A Zona da Mata, fomos para ver as  
1345 experiências do Promata, que na década de 2000 (dois mil), em que eu até trabalhei nesses programas naquela época,  
1346 fomos conhecer o que é que existe por lá! Então, encontramos ainda alguns sistemas funcionando a contento – como foi o  
1347 caso, que falei antes, de Tracunhaém – o abastecimento e o esgotamento sendo lá cuidado, bonitinho e funcionando, a  
1348 associação cobrando tarifa e a comunidade feliz! Então, infelizmente, não deu para fazer no Estado todo – por questão de  
1349 tempo e de limitação de recursos, também! Então, cada localidade dessa foi escolhida, e na contribuição, **Dr. Assis** também  
1350 fique à vontade para se pronunciar! Então, foi assim **Kátia!**" **João Kennedy:** "Obrigado pessoal! Se ninguém tem mais  
1351 observação, vamos para o almoço para continuarmos nossa agenda à tarde? Vamos dar celeridade! Boa tarde pessoal!  
1352 Dando continuidade à pauta dessa reunião, vamos para a apresentação da CTAS, do professor **Waldir Duarte** – permita-  
1353 me chamá-lo de professor, pois como a Secretária falou antes, e eu já tinha falado com o senhor, o professor nunca deixa  
1354 de ser!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Boa tarde a todos! Enquanto ajeita ali a projeção da Resolução, eu quero fazer um  
1355 breve histórico do problema. Essa questão da água subterrânea no Recife, sempre foi a nossa 'cachaça'! Em 1967 fizemos  
1356 o primeiro estudo Hidrogeológico do Recife, quando existiam apenas 175 (cento e setenta e cinco) poços cadastrados no  
1357 Recife – de lá para cá a coisa aumentou bastante, e quando foi na década de 90 (noventa), nós fizemos, através de um  
1358 Convênio com Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a empresa IDRC-Canadá, fizemos o primeiro Estudo  
1359 Hidrogeológico da Região Metropolitana do Recife, chamado de HIDROREC. Mas ao final da década de 90 (noventa), veio  
1360 a Seca de 1999, que afetou tremendamente a Região Costeira e todos os nossos reservatórios ficaram com baixa  
1361 disponibilidade, com cerca de 10% (dez por cento), ou menos, não sei, mas quem se lembra naquela época, era um dia  
1362 com água e cinco sem água nas torneiras! E por conta disso, foi uma verdadeira 'corrida ao ouro' – como se diz em  
1363 perfuração de poços! Veio muitas empresas de fora, tiveram que aumentar as quantidades de máquinas e fizeram aquele  
1364 'paliteiro' no Recife. E por conta disso, nós sentimos a necessidade de fazermos o segundo Hidrorec (HIDROREC-II). No



1365 primeiro HIDROREC que fizemos, nós fizemos pela primeira vez no Brasil, um mapeamento de exploração de poços, com  
1366 Zona 1, Zona 2, Zona 3 e Zona 4 no Hidrorec! E no segundo Hidrorec, nós ampliamos esse estudo, e fizemos até 05 (cinco)  
1367 zonas de exploração. E nessas zonas, após isso feito, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), por solicitação do  
1368 próprio Conselho Estadual, solicitou que aprovasse o Mapa de Zoneamento de Exploração, que iria servir para o órgão  
1369 gestor da outorga – foi então aprovado o mapa! E neste mapa, o que nós chamávamos de Zona 'A', que correspondia  
1370 praticamente ao bairro de Boa Viagem – onde foi proibida a perfuração de novos poços, porque estava havendo um  
1371 rebaixamento no aquífero de 8 m/ano (oito metros por ano), pois em 05 (cinco) anos havia rebaixado um total de 40  
1372 (quarenta) metros de água. Noutras zonas: 'B', 'C' e 'D' o rebaixamento foi menor – numa foi 6 (seis) metros, na outra 5  
1373 (cinco) metros e na última 4 (quatro) metros! Em todas elas foram colocadas restrições de exploração, ou seja, na Zona 'B'  
1374 só poderia tirar 30 m³/dia (trinta metros cúbicos por dia), na Zona 'C' poderia retirar 60 m³/dia (sessenta metros cúbicos por  
1375 dia) – e assim por diante! E o tempo foi passando, quando recentemente, há 03 (três) anos atrás, o governo achou por bem  
1376 de fazer uma ampliação do estudo, porque o HIDROREC-II foi apenas na Cidade do Recife, Jaboatão dos Guararapes,  
1377 Olinda e Camaragibe. Então, o órgão gestor resolveu ampliar isso para toda a Região Metropolitana do Recife (RMR) –  
1378 pegando 13 (treze) municípios. Para isso houve uma Licitação, que nós vencemos novamente, e dessa vez participamos  
1379 consorciados com a grande LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), uma equipe de Portugal, que participou  
1380 conosco nesse trabalho, ficando responsáveis, praticamente, pela parte de modelagem. Então, o que nós vamos apresentar  
1381 hoje, é exatamente a aprovação desse Mapa Final do Zoneamento de Exploração, chamado de HIDROREC-III. Esse  
1382 trabalho já foi apresentado antecipadamente, e aqui está a Resolução, como vocês todos já viram – pois receberam como  
1383 anexo na Convocação, então vamos adiantar um pouco os slides, pois essa parte de '*considerandos*' tem muita coisa.  
1384 Então, vejamos: **RESOLVE: Art.1º** - Aprovar o Zoneamento para Exploração dos Aquíferos da Região Metropolitana do Recife  
1385 – RMR, baseado no "Estudos Sobre a Disponibilidade e Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos Subterrâneos da Região  
1386 Metropolitana do Recife – HIDROREC III" e conforme Mapa do anexo I desta resolução. Isso que eu acabei de dizer é em  
1387 linhas gerais, pois os outros artigos são: **Parágrafo Único** - O Mapa e os anexos deverão ser disponibilizados em arquivo  
1388 digital georreferenciado no sítio do órgão outorgante. **Art. 2º** - Na definição da vazão a ser outorgada, o órgão outorgante de  
1389 águas subterrâneas levará em consideração o mapa referido no artigo 1º na forma do anexo I desta resolução e a Tabela de  
1390 Consumo Médio Diário de Água divulgada no sítio do órgão outorgante. **Art. 3º** - Os poços operados pela empresa  
1391 concessionária de abastecimento público de água terão seus regimes operacionais, limitados as vazões máximas  
1392 calculadas em testes de bombeamentos, podendo ser substituídos por novos poços em caso de colapso ou abandono,  
1393 devendo o órgão de controle ambiental e o gestor de recursos hídricos analisar a licença e a outorga em regime de urgência  
1394 – isso diz respeito aos poços perfurados e controlados pela COMPESA! **Parágrafo Único** - Nas zonas A, B e C1 no mapa  
1395 de zoneamento explorável, as condições previstas no caput deste artigo não serão aplicáveis – que são esses poços da  
1396 COMPESA! **Art. 4º** - Na Zona "A" fica proibida (ou seja, continua proibida) a perfuração de poços tubulares com  
1397 profundidade superior a 40 (quarenta) metros, exceto quando se tratar de substituição de poço tubular, inutilizado e/ou  
1398 salinizado, mediante comprovação ao Órgão Outorgante. **§1º** - A vazão a ser outorgada do poço substituto, com  
1399 profundidade superior a 40 (quarenta) metros, não poderá exceder 30 m³/dia. **§2º** - O poço tubular a ser substituído deverá  
1400 ser cimentado pelo proprietário, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo Órgão Outorgante. **Art. 5º** -  
1401 Entende-se por "poços novos" aqueles que venham a ser perfurados a partir da data da publicação desta Resolução. Os  
1402 "poços existentes" nunca licenciados ou outorgados, ao serem regularizados na forma da lei, deverão seguir as restrições  
1403 de vazão de um poço novo. Para os "poços existentes" detentores de outorgas baseadas em critérios restritivos anteriores,  
1404 serão mantidas as vazões outorgadas; **Art. 6º** - O aquífero Boa Viagem captado por poços até 40 metros deverá seguir as  
1405 restrições de demanda, finalidade de uso e vazão máxima calculada em testes de bombeamento; **Art. 7º** - A distância entre  
1406 novos poços  $D_4 = 500$  metros, discriminada nos quadros 1 e 3, da "Legenda Explicativa do Mapa do Anexo I", poderá ser  
1407 reduzida mediante solicitação do requerente, devidamente justificada, ao órgão outorgante para análise e decisão. **Art. 8º** -  
1408 Os casos omissos serão analisados e decididos pelo órgão outorgante, levando sempre em consideração o princípio da  
1409 conservação e uso racional dos aquíferos. Aqui está apresentado o ANEXO I - Mapa de Zoneamento Explorável de Água  
1410 Subterrânea nos Municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Camaragibe. A Zona 'A' é esta vermelhinha ali  
1411 no mapa, que em relação a toda a região, ela é muito pequena, mas importante é que o que resultou neste mapa, ao longo  
1412 do período de 2003 a 2017 – quando foi feito este novo mapa – na medição dos níveis desses poços, nós verificamos que  
1413 na Zona 'A', onde foi proibido perfurar poços, o aquífero recuperou 06 (seis) metros! Em vez de rebaixar – como vinha  
1414 acontecendo, rebaixando 08 m/ano (oito metros por ano) – ele recuperou 06 (seis) metros! E em todas as outras zonas –  
1415 onde rebaixava quatro, cinco, seis metros – o rebaixamento passou a ser, no máximo, de 01 (um) metro por ano!  
1416 Em algumas zonas já estava estabilizada – o que mostrou a importância desse trabalho para a recuperação do aquífero!  
1417 Então, no mapa a Zona 'A' é está ali; a Zona 'B' fica um pouco acima dela, pegando parte de Olinda; A Zona 'C' é ali – que  
1418 foi dividida em dois tipos 'C1' e 'C2', porque ela continua mais acima do mapa – a minha preocupação foi que aqui (no  
1419 mapa) as características delas são diferentes, enquanto aqui as vazões são muito pequenas, aqui mais acima as vazões  
1420 são maiores, onde estão os poços da COMPESA, os poços das indústrias de cervejas, etc.; A Zona 'D', que também foi  
1421 dividida em duas: 'D1' e 'D2' pela mesma razão; A Zona 'F', no mapa está na cor azul, que fica mais ao Sul; A Zona 'G' é  
1422 aqui, onde pega o Aquífero Beberibe aflorante; a Zona 'H' é onde está todo o embasamento cristalino, que está aqui no  
1423 mapa. Na Legenda Explicativa do Mapa com as Zonas 'A', 'B', 'C' e etc., aí vem os caracteres restritivos de cada zona: a  
1424 Zona 'A', Aquífero Cabo, semi-confinado, havendo sobre-exploração, o limite de outorga baixo. Continuando, a Zona 'A' e  
1425 tem os limites de vazão 'V1' e 'V2' – depois ver na tabela o que é 'V1' e 'V2' – e a distância entre os poços, ou seja, para  
1426 cada zona desta, foi estabelecido um limite de vazão e a distância de um poço para outro. Então, vamos ver mais na frente.  
1427 Esse Quadro 2, diz respeito à questão de Limites de Outorga: a quantidade 'Baixa' tem limites de 30 a 60 m³/dia (de trinta a  
1428 sessenta metros cúbicos por dia) a 'Média' mede de 61 a 100m³/dia (de sessenta e um a cem metros cúbicos por dia) e a  
1429 'Elevada', acima de 100m³/dia (cem metros cúbicos por dia). Nesse Quadro 3 – Restrições de Exploração, temos aqui a  
1430 vazão, em que 'Vo' é sem restrições – pode ter a vazão que quiser; 'V1' é até a vazão outorgada no poço existente; 'V2' terá  
1431 a vazão máxima de 30 m³/dia (trinta metros cúbicos por dia), em poços novos ou substituídos; a 'V3' com a vazão máxima



1432 de 60 m³/dia (sessenta metros cúbicos por dia), em poços novos ou substituídos e depois 70 (setenta), 100 (cem), 480  
1433 (quatrocentos e oitenta), 600 (seiscentos) e 1.200 m³/dia (mil e duzentos metros cúbicos por dia), em poços novos ou  
1434 substituídos – varia a vazão de acordo com a Região! E a distância varia também! 'D1' é 30m (trinta metros) do poço  
1435 existente na mesma propriedade; a 'D2' é 50m (cinquenta metros); a 'D3' é 70m (setenta metros) e a 'D4' é 500m  
1436 (quinhentos metros) do poço existente na mesma propriedade. Então, com isso aí, nós esperamos que os níveis de água,  
1437 daqui para frente, continuem estabilizados, sem haver um rebaixamento acentuado! Com isso aí, eu encerro esta parte,  
1438 porque depois vou apresentar a Resolução do Jatobá. E agora quero submeter à discussão, se alguém tem alguma  
1439 pergunta, pode fazer!" **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da APAC):** "Professor, por que esses limites, essas  
1440 distâncias entre os poços na mesma propriedade? Porque isso veio de valores estabelecidos pelos cones de rebaixamento,  
1441 pela influência dos cones. E por que, estando distantes em 30 (trinta) metros, mas estando em outra propriedade, pode! Se  
1442 na mesma propriedade não pode?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Exatamente! Veja bem, Por que se estabeleceu 30  
1443 (trinta) metros numa mesma propriedade? É porque constatamos que existiam propriedades com o limite de vazão que era  
1444 de 5m³/h (cinco metros cúbicos por hora) – que são 30m³/dia (trinta metros cúbicos por dia), e a pessoa precisa de mais  
1445 água, mandou fazer mais 05 (cinco) poços, um ao lado do outro, na mesma propriedade! Ele precisava de mais água e  
1446 danou-se a fazer poços! Então, para evitar isso, a gente teve que fazer essa limitação de 'dentro da mesma propriedade' só  
1447 pode perfurar outro poço com 30m (trinta metros) de distância! O que a gente não podia, por exemplo, era dizer que para  
1448 'poços já existentes', tinha que manter essa distância dos 30m (trinta metros) – mesmo contra o vizinho, porque no Recife,  
1449 como eu já falei, estava uma 'tábua de pirulito!' Então, tem edifício que tem um poço aqui junto do muro, e do outro lado,  
1450 tem um outro poço, que é do prédio vizinho – então, se a gente fosse estabelecer 30m (trinta metros) de um poço para o  
1451 outro, a gente iria prejudicar o prédio vizinho. Então, a gente estabeleceu esses 30m (trinta metros) apenas para evitar a  
1452 proliferação de poços numa mesma propriedade – dessa maneira, cada propriedade só pode ter um poço, porque  
1453 dificilmente ele terá mais de 30 (trinta) metros de distância dentro de uma mesma propriedade! Nos outros locais, com  
1454 distâncias maiores, aí nós entramos com cálculos mais precisos, na base de raio de influência do poço, e aí estabelecemos  
1455 qual seria a distância mínima para estes poços. Na realidade, como os poços não são tão grandes, as vazões diários dos  
1456 poços também não são – são baixas!" **Ricardo Braga (da ANE):** "A gente acompanhou aí, eu particularmente acompanhei,  
1457 porque vi na internet, porque eu sou Suplente de **Waldir** lá na Câmara Técnica específica (CTAS), onde ele representa a  
1458 ANE (Associação Águas do Nordeste). E eu respeito muito o trabalho do professor **Waldir**, com o devido respeito, então eu  
1459 pensei: 'eu não vou nem aparecer lá nas reuniões!' Mas, de vez em quando, eu apareço! Então, eu tenho algumas  
1460 observações e que são dúvidas ou contribuições, e uma delas é bem simplesinha: quando tem o anexo I, aqui no mapa,  
1461 está escrito assim: 'Mapa de Zoneamento Explorável de Águas Subterrâneas nos Municípios de Recife, Jaboatão, Olinda e  
1462 Camaragibe' – são 04 (quatro) e, depois o mapa, que é bem o próprio mapa, está dito embaixo, 'Mapa de Zoneamento  
1463 Explorável dos Aquíferos na Região Metropolitana', ou seja, nos 13 (treze) municípios. Não sei se a sugestão poderia ser:  
1464 retirar este título de cima, porque ele se contradiz! O mapa é de 13 (treze) municípios, e em cima, está dito que é de 04  
1465 (quatro) – na Resolução aparece aí." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Essa coisa de 'Control C' e 'Control V', a gente pegou,  
1466 para mudar o mapa da resolução anterior – que era somente com 04 (quatro) municípios, e quando a gente colocou para  
1467 cá, manteve o mesmo título! Isso foi uma falha nossa. Obrigado pela sua correção! Nós vamos fazer a correção, porque  
1468 realmente, isso aqui tem que sair, porque esses 04 (quatro) municípios foram do HIDROREC-II, e quando transpôs o mapa  
1469 de um documento para o outro, mudou o mapa completamente, mas o título lá em cima ficou o mesmo! Obrigado pela sua  
1470 observação muito pertinente!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Pela experiência de fazer revisão de texto, a gente fica de olho  
1471 nessas coisinhas, mas algumas são importantes! E nesse mesmo sentido, a gente tem aqui o mapa da Região  
1472 Metropolitana do Recife (RMR) com 13 (treze) municípios – coloridos, bem definidos, com as vazões máximas e com as  
1473 distâncias mínimas, de um poço para outro. Mas, ao longo desse processo de construção da própria Resolução, surgiu um  
1474 outro município na RMR, que é Goiana. Aí eu pergunto, mesmo que se considere, suponha, que Goiana tenha uma vazão  
1475 Explorável sem limite – suponha – não valeria a pena incluí-la, colocando V0? Ou colocar uma informação?" **Waldir Duarte**  
1476 **(da UNIECO):** "Tenho para mim que essa inclusão de Goiana na Região Metropolitana, já veio quando a gente estava no  
1477 final desse processo, desse trabalho – não deu mais para a gente incluí-la, mas acho que a gente poderá fazer uma revisão  
1478 rápida, porque a situação é a mesma lá! Acho que a gente pode prolongar – se a gente prolongar essas zonas para cima do  
1479 mapa, vai estar exatamente a mesma coisa, essa zona aqui (no mapa) vai recair aqui, e esta outra zona vai cair aqui para  
1480 cima. Essa Formação Beberibe se estende até a Paraíba – até Natal! Então essa Zona 'G' pode vir pra cima. E o Cristalino  
1481 também, porque no município de Goiana, exatamente dentro da cidade, já tem Afloramento Cristalino. Então, a gente pode  
1482 fazer essa 'extrapolação' – sem nenhum erro mais elevado, porque a situação é praticamente a mesma! Até é mais  
1483 favorável porque a exploração lá está muito menor do que cá!" **Ricardo Braga (da ANE):** "A demanda hoje é pequena! É  
1484 porque se a gente está aprovando uma Resolução hoje, temos que considerar o que tem na Lei de Região Metropolitana do  
1485 Recife (RMR), que agora são 14 (quatorze) municípios! Então, se for possível, talvez até o próprio Conselho possa  
1486 reconhecer a pertinência de ampliar, e não precisar mais aprovar nesse Conselho – faria essa ampliação!" **Waldir Duarte**  
1487 **(da UNIECO):** "Se o Conselho apreciar essa proposta do Conselheiro **Ricardo Braga**, eu acho muito pertinente, porque  
1488 hidrogeologicamente é perfeitamente plausível essa sua alteração de estender o mapa! Para você ter uma ideia, no  
1489 HIDROREC-II, essas informações que estão aqui foram mantidas, quer dizer, o estudo atual corroborou o estudo anterior –  
1490 as mesmas zonas 'A', 'B' e 'C' – apenas alteramos essa zona de cima do mapa – essa Zona Norte e essa Zona Sul, mas  
1491 essa parte aqui que já existia foi praticamente mantida, com pequena variação milimétrica quase, mas foi mantida a mesma  
1492 coisa! Então, é perfeitamente viável sob o ponto de vista Hidrogeológico, e político também, estender essas informações até  
1493 o limite do Estado. Foi muito boa a sua proposta!" **Ricardo Braga (da ANE):** "E a terceira observação, tem um componente  
1494 aqui mais político-executivo – vamos dizer assim! É o Art.5º, que diz assim: 'Entende-se por "poços novos" aqueles que  
1495 venham a ser perfurados a partir da data da publicação desta Resolução – portanto agora, em 2019. Os "poços existentes"  
1496 nunca licenciados ou outorgados, ao serem regularizados na forma da lei, deverão seguir as restrições de vazão de um  
1497 poço novo. Para os "poços existentes" detentores de outorgas baseadas em critérios restritivos anteriores, serão mantidas  
1498 as vazões outorgadas.' Quer dizer, se o poço já for existente, quando ele pede uma nova outorga, ele teria a manutenção



dessa vazão. Ai, a minha preocupação é a seguinte: eu tenho uma regra geral que é preciso outorgar e licenciar os poços! E vem uma sub regra, que é uma Resolução, que diz que: '*no licenciamento ou na outorga, você tem que seguir as restrições de vazões explorada.*' É como se a gente dissesse assim: ' *você é obrigado por essa Lei a cumprir a sub regra, mas admite que você não está cumprindo a regra.*' Quando eu digo assim: '*esses poços, que não foram licenciados, que não têm outorga, que são ilegais, que o cara está errado – eles têm que cumprir uma outra regra agora, que é não explorar mais do que não sei quanto.*' Só que ninguém sabe onde é que está esse poço, esse cara não licenciou – não existe nenhum documento dentro da APAC, e como é que ele vai cumprir uma regra se ele não cumpriu a primeira – que é maior do que a segunda? Então, há uma questão que é política-institucional, não é? Eu não sei como se chama isto! Ou seja, eu não posso dizer para o cara que é ilegal – é como, digamos assim: ele não tem porte de arma, mas ele está com um revólver, aí eu digo: 'olha, para atirar tem que ser com uma bala de prata' – aí o cara diz: 'não, então eu vou respeitar, eu vou colocar uma bala de prata!' Tem que se dar um prazo, por exemplo, 'aqueles que tal, terão que se regulamentar em tantos anos, sob pena de uma vez flagrado, lacrar o poço.' **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Eu não entendi dessa maneira, porque o seguinte: quando foi feita a primeira Resolução, em 2003, se dizia que esse cidadão teria 06 (seis) meses para fazer o licenciamento e a outorga, sob pena de ficar ilegal e de ficar sujeito às penas da Lei – que poderia fechar o poço dele." **Suzana Montenegro (da APAC):** "Tem um Decreto de Fiscalização, que é de 2012, que estabelece as penalidades de: advertência, multa, fechamento do poço – é um Decreto que define essa regra." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "O fechamento do poço é o último estágio, antes tem advertência e multas, até chegar ao fechamento do poço. Então, vejam bem, naquela época ele dizia o seguinte: quando os poços haviam sido outorgados – antes da Lei – com vazões superiores àquela Lei – isso para os poços já outorgados! Agora, se o poço não fosse outorgado, deveria ser regularizado, deveria ser outorgado, e aí estaria sujeito à própria Lei." **Ricardo Braga (da ANE):** "Mas neste ponto, eu acho que não há dúvida, não! O que eu estou perguntando é outra coisa. Não sei se os senhores estão entendendo a minha lógica? Bem, eu sei que não pode, então eu não posso dar uma regra para um sujeito que está ilegal!" **Paulo André (Associação Fazenda Fieza):** "Professor **Ricardo**, eu colocaria somente ali: '*os poços existentes, nunca licenciados ou outorgados, deverão, ao serem regularizados, seguir as restrições de vazão de um poço novo.*' É só acrescentar isso no texto: '*os poços existentes, nunca licenciados ou outorgados, deverão, ao serem regularizados ou outorgados, seguir as restrições de vazão de um poço novo!*'" **Ricardo Braga (da ANE):** "Isso poderia colocar: 'na forma da Lei' tal?" **Paulo André (Associação Fazenda Fieza):** "Sim! 'Ao serem regularizados pela Lei tal, outorgados, seguir as restrições de vazão de um poço novo.'!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Tem que colocar a Lei, porque a Lei já diz que fecha o poço, não é? Na forma da Lei! Pegando o gancho do amigo, ficaria: '*os poços existentes, nunca licenciados ou outorgados, ao serem, na forma da Lei número tal, regularizados, deverão seguir as restrições de vazão de um poço novo.*' Isso, exatamente, está correto! Então, deve entrar esse componente no artigo – essa é a minha sugestão!" **Kátia Távora (do DNOCS):** "Eu queria aproveitar e sugerir que, em vez dessa redação que foi dada, dissesse assim: '*os poços existentes, a serem licenciados ou outorgados,*' – em vez de colocar no final! Ou seja, tira 'o nunca' e coloca 'a serem'!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Acho que tanto faz um, como o outro! É só uma questão de semântica." **Kátia Távora (do DNOCS):** "Na realidade o que eu queria falar, para eu entender, é que no **Artigo 4º** (quarto) diz o seguinte: '*fica proibida a perfuração de poços tubulares com profundidade superior a 40 (quarenta) metros*' – certo? Aí no **§1º** (parágrafo primeiro) diz que '*A vazão a ser outorgada do poço substituto, com profundidade superior a 40 (quarenta) metros, não poderá exceder 30 m³/dia*' – quer dizer então que se alguém perfurar um poço inferior a 40 (quarenta) metros, ele poderá usar uma vazão superior a 30 m³/dia, ou não será possível?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Se o poço estiver inferior a 40 (quarenta) metros ele não estará no aquífero que está sendo preservado, que é o Beberibe, ele estará no Aquífero Boa Viagem, que não tem restrição!" **Crystianne Rosal (Diretora de Regulação e Monitoramento da APAC):** "Se colocarmos: '*os poços existentes, a serem licenciados ou outorgados*' – porque não é simplesmente uma troca, não! Na hora que coloca: '*os poços existentes, nunca licenciados ou outorgados*' – eu interpreto que são aqueles que nunca foram 'vistos' pelo sistema de gestão, ou seja, nunca chegou dado nenhum na APAC! E quando colocam '*a serem licenciados ou outorgados*' – podem ser aqueles que a outorga venceu há muito tempo, e que a gente vai outorgar agora, porque ele voltou a procurar a outorga para se regularizar, porque a outorga estava 'caduca'! Então, há uma diferença em trocar o '*nunca*' por '*a serem*'!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "A gente já colocou esse '*nunca*', exatamente, porque não é aquele que está com a outorgada vencida – é aquele que o poço nunca chegou a ser licenciado e nem outorgado! Esse é o poço clandestino mesmo!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Professor, eu queria somente uma análise sua, que a gente sabe que Pernambuco é um polo cervejeiro e, notadamente, em Igarassu e Itapissuma grandes plantas utilizam poços, até que ponto essa Resolução vai interferir nessa atividade, que tem um grande potencial de crescimento?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Não vai interferir pelo seguinte: nós colocamos essa Zona Norte, apesar de ser a mesma da Zona 'C' e a Zona 'D', que a gente subdividiu em 'C1' e 'C2', embora possuam as características hidrogeológicas semelhantes, mas o uso da água (lá em cima no mapa), tanto para as cervejarias, como para a COMPESA, é de volumes muito maiores, daí a vazão permitida vai ser muito maior do que aqui em baixo do mapa. Então, não vai haver problema!" **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Não tem repercussão nenhuma! Obrigado!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "É 'C1' e 'C2', agora, 'C1' a vazão é menor, que vai lá para baixo (no mapa), aqui em cima tem as vazões muito maiores! Alguma outra pergunta? Se não tem mais perguntas, vamos passar para a outra Resolução. Temos que submeter à votação, desculpem-me! Estão todos favoráveis a essa Resolução a ser aprovada? Ela veio da Câmara Técnica, que por sua vez, passou por uma análise que nós fizemos, ou seja, a corresponsabilidade é da CTAS, que discutiu e aprovou! Então, vocês estão suficientemente esclarecidos para aprovar esta Resolução? Aprovada, com a aceitação da alteração aqui sugerida!" **João Kennedy:** "Por favor, incluir na Ata, as observações feitas aqui! **Está aprovada a Resolução CRH nº 01/2019, que dispõe sobre o Novo Mapa de Exploração de Poços na RMR, com as observações.** Vamos passar ao próximo tópico." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Vamos para a segunda Resolução! O segundo aspecto, a ser analisado, foi sobre a Bacia do Jatobá. A Bacia do Jatobá é a maior Bacia Sedimentar Interior que tem no estado de Pernambuco! Como bacias sedimentares interiores, nós consideramos aquelas manchas de sedimentos que tem no interior. No estado de Pernambuco tem 85% (oitenta e cinco por cento) de rocha do Embasamento Cristalino e apenas 15% (quinze por cento) que chamamos de Bacia Sedimentares que acumulam maior volume de água, por ter porosidade e permeabilidade. Além da Faixa Costeira,



tem a Bacia chamada de Pernambuco-Paraíba, que se estende pelo Norte até o Estado do Rio Grande do Norte. Além dessa Zona Costeira temos as bacias, chamadas de Bacias Interiores, que são: a Bacia do Jatobá – a maior delas, a Bacia do Araripe, a Bacia de São José do Belmonte, a Bacia de Fátima, a Bacia Cedro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Betânia – são 08 (oito) Bacias Interiores. Essa do Jatobá, que é a maior delas, que fizemos um estudo há 05 (cinco) anos atrás. Quando fizemos o estudo, estabelecemos um mapa, também, de zoneamento – como também já fizemos com São José do Belmonte – fizemos o Mapa de Zoneamento Explorável da Bacia de São José do Belmonte. Vamos fazer agora, com essas 04 (quatro) bacias que estão em estudo, que terminará agora no mês de abril, o estudo das outras 04 (quatro) bacias! E em todas elas vamos fazer um Mapa de Zoneamento Explorável. E essa do Jatobá vamos agora, a Resolução: Esses '*Considerando*' não interessam muito, não! Vamos passar direto para o texto da Resolução: **Art.1º** - Aprovar o Mapa de Zoneamento Explorável de Águas Subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá, baseado no "Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá-2010", com adaptações aprovadas pela CTAS. **Parágrafo Único** - O Mapa e os anexos deverão ser disponibilizados em arquivo digital georreferenciado no sítio do órgão outorgante – que a APAC. **Art. 2º** - Na definição da vazão a ser outorgada e distância entre poços, o Órgão Outorgante levará em consideração o mapa referido no artigo 1º e a Legenda Explicativa do Mapa de Zoneamento Explorável, na forma dos anexos I e II, desta resolução, respectivamente. **Parágrafo Único** – Não serão permitidos novos poços nas Zonas de Surgências de aquíferos indicadas no Mapa de Zoneamento Explorável. **Art. 3º** - Os poços devidamente regularizados no órgão outorgante anteriormente a presente resolução, com vazões outorgadas acima dos limites do anexo II, deverão ter suas vazões reduzidas em 20% a cada renovação de outorga até alcançarem os respectivos limites. **§1º** - Os "poços existentes" nunca licenciados ou outorgados deverão seguir as restrições de vazão de um novo poço. **§2º** - Para todo empreendimento que demande a exploração de elevado volume de água subterrânea, conforme valores máximos indicados por cada zona, no anexo II desta resolução, a renovação da outorga deverá ser realizada de 2 (dois) em 2 (dois) anos – que atualmente é de 05 (cinco) em 05 (cinco) anos. **Art. 4º** - Os poços que estiverem com outorga vencida terão um prazo de 180 dias, a partir da publicação da presente resolução, para sua regularização. **Art. 5º** - Os poços operados pela empresa concessionária de abastecimento público de água terão seus regimes operacionais limitados às vazões máximas calculadas em testes de bombeamentos, devendo o órgão de controle ambiental e o órgão outorgante de recursos hídricos analisarem respectivamente, a licença e a outorga em regime de urgência. **Art. 6º** - Para todo empreendimento que demande a exploração por baterias de poços produtores, de elevado volume de água subterrânea, conforme valores máximos indicados por cada zona no anexo II desta resolução, obriga-se o interessado a instalar um poço piezômetro ao lado de um poço produtor, a fim de estabelecer o potencial disponível e o dimensionamento do afastamento das unidades do sistema de abastecimento, conforme parágrafo1º, do Art. 17, do Decreto 20.423, de 1998. **Art. 7º** - O Órgão Outorgante poderá implantar sensores telemétricos de nível e condutividade elétrica nos poços indicados no "Estudo Hidrogeológico da Bacia do Jatobá" elaborado pelo estado de Pernambuco no ano de 2010. **§1º** - Em todo empreendimento que demande a exploração para fins comerciais, de elevado volume de água subterrânea, conforme valores máximos indicados por cada zona no anexo II desta resolução, será obrigatória a implantação, pelo interessado, dos sensores telemétricos de nível e condutividade elétrica. **§2º** - Os dados obtidos dos sensores deverão ser disponibilizados, de forma digital, ao Órgão Outorgante. **Art. 8º** - Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Órgão Outorgante, levando sempre em consideração o princípio da conservação e uso racional dos aquíferos. Vejam bem, essa demanda do Zoneamento Explorável, dessa Resolução, surgiu da própria APAC! A APAC sentiu que estava havendo uma exploração muito intensa de águas subterrâneas na área, através da agroindústria, principalmente de melão – que estavam construindo poços muito perto um do outro, com vazões extraordinárias – então, poderiam prejudicar, totalmente, o desenvolvimento hidrogeológico da bacia. Inclusive, já existiam casos na Região do Frutuoso, no município de Ibirimir, onde 03 (três) poços foram perfurados pela COMPESA – aliás, parece que quem perfurou foi a CPRM (Serviço Geológico do Brasil), para abastecimento complementar da cidade de Arcoverde. Depois esse abastecimento passou também para Cruzeiro do Nordeste e para outra localidade. E, no princípio, o poço tinha 750 (setecentos e cinquenta) metros e o aquífero estava confinado a 500 (quinhentos) metros, que é alcançou o aquífero que importava, e o nível estático era lá em cima – quase surgente! E em apenas alguns anos, os poços rebaixaram 60 (sessenta) metros! E posteriormente à própria CPRM perfurou mais 03 (três) poços – tudo perto um do outro, com 30 (trinta) metros, 20 (vinte) metros de distância um do outro! Então isso aí acarretou uma grande interferência entre os poços, que serviam à cidade de Arcoverde e todos eles tiveram que reduzir a sua vazão, por conta dessa interferência múltipla. Então, por conta desse 'encangado' já existente, que caracteriza uma sobre-exploração do aquífero – porque estavam tirando mais água do que a recarga – tanto é que que estavam rebaixando demais, com uma depressão muito forte, e ainda por conta dessa exploração desenfreada da agroindústria, principalmente dos plantadores de melão, é que a APAC ficou preocupada e solicitou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) analisasse o resultado do estudo feito pelo Consórcio Costa-LNEC, que terminou em 2017, do qual surgiu esse Mapa do Zoneamento Explorável, para que essas vazões fossem estabelecidas em Resolução, com limites de vazão e limites de distância entre os poços. E por isso a CTAS elaborou esse trabalho e que agora está aqui sujeito à discussão e aprovação. Então, vamos ver o mapa e vamos ver os anexos. Pronto, aqui nesse slide está o mapa da Bacia Sedimentar do Jatobá. Essa região 'marronzinha mais clara' do mapa corresponde à Zona do Aquífero Tacaratu, mas sob o ponto de vista 'livre' – ele não está com nenhuma cobertura, então os poços têm vazão menor. Essa Zona 'B' aqui no mapa, em 'azul claro', corresponde ao conjunto de deformações Tacaratu e Inajá – todas duas são aquíferos! Então, quando junta as duas, os volumes explorados são muito maiores. A Zona 'C' é o conjunto de 03 (três) aquíferos Aliança, Candeias e Sergi, que tem como característica principal é de possuir água salgada! Então, o que aconteceria se eu explorasse demais os poços nessa zona, qual seria o perigo que iria existir? Primeiro, a depressão muito forte do Cone de Rebaixamento, e depois, se esses poços estão confinados e você os rebaixa muito fortemente, a água do aquífero salgado em cima vai contaminar o aquífero embaixo! Então haveria 02 (dois) riscos: um primeiro, ter uma sobre-exploração maior do que a recarga, e segundo, a deterioração do aquífero principal, através de intrusão salina do aquífero superior. Aqui em cima, no mapa, a Zona 'D' é o Aquífero Ilhas e São Sebastião, e a Zona 'E' é o Aquífero Marizal – são formações sedimentares, onde os aquíferos têm pouca água e são de um nível muito profundo, então lá não tem



1632 muitos problemas, não! Problema todo aqui, o maior, é dessas Zonas daqui: a Zona 'A' e a Zona 'B' – principalmente a Zona  
1633 'B'! Inclusive, esses poços que eu falei, de Arcoverde, eles se localizam aqui em cima (do mapa) – ele perfurou essa  
1634 sequência de formações Aliança-Candeias-Sergi. Perfurou e alcançou essa duas formações aqui, à profundidade de mais  
1635 de 500 (quinhentos) metros, e um poço explotava mais de 780 (setecentos e oitenta) metros. Ibimirim está aqui (no mapa) e  
1636 aqui embaixo está Inajá. E esses poços que estão aqui no Frutuoso transportavam água para Arcoverde e tiveram que  
1637 diminuir a vazão.” **José Liberato (Coordenador da CTOC, da SMAS-PCR):** “Qual a média da profundidade desses poços,  
1638 e se tem algum que atingiu aquele aquífero salinizado que o senhor falou há pouco?” **Waldir Duarte (da UNIECO):** “Tem  
1639 alguns poços perfurados, aqui em cima desse mapa, que está na cor ‘marrom mais escuro’, que pegou o Aquífero Aliança,  
1640 que possui água salgada – os poços que foram perfurados ali, não foram bem utilizados, pois quando deu água salgada, ele  
1641 simplesmente fechou! O Aquífero Sergi, que fica mais acima, tem um pouco de água, mas é pouca água, porque é o  
1642 material mais argiloso e uma areia argilosa não é um bom aquífero. Mas os poços que ultrapassaram aqui, e foram até  
1643 alcançar esse conjunto Tacaratu-Inajá são poços de profundidades na base de 700 (setecentos), 800 (oitocentos) metros.  
1644 Para você ter uma ideia da potencialidade da espessura dessa camada, a PETROBRÁS furou 02 (dois) poços exploratórios  
1645 para ver se tinha petróleo, aqui nessa zona do mapa, exatamente nesse lugar, 02 (dois) poços de 3.200 (três mil e  
1646 duzentos) metros de profundidade para chegar na rocha cristalina. Então, é uma bacia bastante espessa, mas que não tem  
1647 grande aproveitamento, a não ser nessas formações da borda! A maior parte dos poços da região estão perfurados na Zona  
1648 'A' e na Zona 'B', pois as outras regiões são pobres de água! Mais alguma pergunta? Sim, vamos ver agora esse ‘mapinha’,  
1649 onde mostram as Zonas de Surgência, que estão marcadas em amarelo, que é quando o aquífero aflora na superfície,  
1650 formando lagoas. Então, nessas zonas foram proibidas as perfurações de poços porque, além de serem Zonas de  
1651 Surgência, são também Zonas de Alimentação do próprio aquífero, e não será permitida a perfuração de poços. Na cor azul  
1652 são os poços que já foram perfurados, só que têm alguns poços que estão quase dentro da Zona de Surgência – estão na  
1653 margem dela. O ANEXO II - Condições de Explotação para os Novos Poços na Bacia do Jatobá: você vê que para cada  
1654 zona 'A', 'B', 'C', etc., foram estabelecidas condições para explorações de profundidade, de vazão máxima e de distância  
1655 mínima entre os poços. Por exemplo, a Zona 'A' é o Tacaratu Livre – sem nenhuma cobertura. Então, os poços quanto a  
1656 condição de profundidade, aqueles que têm menos de 100 (cem) metros de profundidade, ele tem um nível estático muito  
1657 raso, a média é de 5 m³/h (cinco metros cúbicos por hora). Quando os poços estão em profundidades maiores, veja na  
1658 tabela, quando estão entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de profundidade, ele aumenta sua vazão para 10m³/h (dez  
1659 metros cúbicos por hora); e acima de 200 (duzentos) metros de profundidade, ficam com 50 m³/h (cinquenta metros cúbicos  
1660 por hora), ou seja, esses níveis vão ficando mais profundos à medida que as pressões são maiores. E a distância vai ser  
1661 sempre 300 (trezentos) metros. Essa distância de 300 (trezentos) metros foi estabelecida também por estudos e foi feito  
1662 pelo pessoal da CTAS, usando equações para definir o limite do raio de influência, e chegou a influência de 300 (trezentos)  
1663 metros de um poço para outro. Lá na região tem muito problema porque esses 300 (trezentos) metros, geralmente, ficam  
1664 dentro da mesma propriedade, porque as propriedades por lá são muito grandes! Então, a Zona 'B' é aquela que reúne os  
1665 dois principais aquíferos o Tacaratu e Inajá – mesmo quando ela é coberta, está coberta pelas formações, os poços tendem  
1666 a aprofundar-se como os poços que tem lá no Frutuoso para o abastecimento de Arcoverde, porque ele atravessou toda a  
1667 sequência de material, salgado inclusive, isolou os aquíferos salgados e colocou filtro somente na zona de exploração do  
1668 Aquífero Tacaratu/Inajá. Aqui na tabela a Zona 'C', que aquela que falei que tem água salinizada. As Zonas 'D' e 'E' são  
1669 formações mais a Oeste, que têm níveis estáticos mais profundos – a água doce é mais baixo – então lá há poucos poços e  
1670 quase não há exploração. A exploração maior mesmo é nas Zonas 'A' e 'B'! Então, coloca em discussão esta Resolução, no  
1671 texto e seus anexos!” **Ricardo Braga (da ANE):** “Tenho algumas observações também aqui, como contribuição, que talvez  
1672 ajude. No Art.1º, eu estou pegando a similitude com o Art.1º da outra Resolução que nós aprovamos. Então, 'Art.1º -  
1673 Aprovar o Mapa de Zoneamento Explotável de Águas Subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá, baseado no “Estudo  
1674 Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá-2010”, com adaptações aprovadas pela CTAS’. Uma sugestão é que tirasse  
1675 essa expressão ‘com adaptações aprovadas pela CTAS’, porque a CTAS é uma instância de assessoramento do Conselho  
1676 – senão, em outras Resoluções, teríamos que nos reportar que as bases foram aprovadas pela CTAS! Então, poderia ser:  
1677 ‘Aprovar o Mapa de Zoneamento Explotável de Águas Subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá, com base e  
1678 adaptações do Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá-2010’, ou seja, que o Estudo Hidrogeológico foi a  
1679 base, mas que houve adaptações pelo Conselho, pois a Câmara Técnica é parte do Conselho, ela dá suporte ao Conselho.  
1680 Então seria, base e adaptações do Estudo Hidrogeológico-2010, conforme Anexo-I.” **Waldir Duarte (da UNIECO):** “Olhe, eu  
1681 tenho a impressão que essa questão de dizer que foi o Conselho não é tão importante porque a Resolução como um todo,  
1682 vai ser aprovada pelo Conselho!” **Ricardo Braga (da ANE):** “Não, eu não estou dizendo que tem que ter o Conselho aí,  
1683 não! Apenas que tire a CTAS.” **Waldir Duarte (da UNIECO):** “Ah, só para tirar a CTAS?” **Ricardo Braga (da ANE):** “Porque  
1684 a CTAS faz parte do Conselho, ela é um suporte para o Conselho!” **Waldir Duarte (da UNIECO):** “É, mais ela tem um  
1685 suporte técnico, que é bem diferente! Como tem a CTAL que tem um aspecto mais legal, a CTAS tem um aspecto técnico,  
1686 e com esse aspecto técnico, ela resolveu fazer algumas alterações no resultado final e, principalmente, na questão do  
1687 distanciamento dos poços – cuja maior modificação foi esta. Então, foi um estudo baseado em critérios técnicos e, pelo que  
1688 saiba, o Conselho não está habilitado para fazer modificações com critérios técnicos – para isso existe a CTAS! A CTAS foi  
1689 feita para analisar essas questões técnicas. Então, a Resolução foi baseada num estudo contratado pela SERH, mas sofreu  
1690 análise da CTAS, e sofreu pequenas alterações.” **Ricardo Braga (da ANE):** “O que eu queria observar é que todas as  
1691 Resoluções passam pelas Câmaras Técnicas. A Câmara Técnicas de Águas Subterrâneas (CTAS) poderia até ter criado  
1692 tudo, tudo, tudo – feito uma Resolução, a partir de sua experiência de Câmara Técnica, com a capacidade que a Câmara  
1693 Técnica tem, inerente aos membros que compõem a Câmara Técnica, e mesmo assim essa Resolução, seria uma  
1694 Resolução do Conselho, baseado naquilo que está sendo proposto pela Câmara Técnica, mas não apareceria a Câmara  
1695 Técnica! Porque senão, em todas as Resoluções que nós formos aprovar, a gente vai dizer que: ‘de acordo com a CTAL’ –  
1696 e nunca diz! ‘de acordo com a CTAS’! Porque sempre haverá a CTAS, atrás de uma Resolução do Conselho, porque o  
1697 Conselho não tem a capacidade de decidir, tão rapidamente, uma coisa que a CTAS passou meses trabalhando com  
1698 profundidade, com documentos, com discussão – escritas de várias formas, até aprovar a versão final! Então, não é falta de



reconhecimento da Câmara Técnica – pelo contrário, é reconhecer que toda a decisão do Conselho passa, previamente, por uma Câmara Técnica! E essa Resolução está fugindo à regra quando cita a Câmara Técnica! Então, é somente para dizer que teve a base num Estudo Hidrogeológico – porque é o reconhecimento de um documento que foi a base, mas que houve adaptações – quem fez as adaptações foi a Câmara Técnica, porém, nós é que aprovamos, enquanto Conselho!"

**Waldir Duarte (da UNIECO):** "É nesse caso, você tem razão, porque na Resolução da RMR, anteriormente aprovada, também teve algumas modificações efetuadas pela CTAS, mas ela não foi citada! Então, por uma questão de isonomia, talvez seja interessante a sua proposta de retirar o nome da CTAS." **Ricardo Braga (da ANE):** "É, inclusive, tem uma coisa interessante **Waldir**, é que no 'Considerando' já se fala isto! No terceiro 'Considerando' diz: '**CONSIDERANDO** que esta proposta é decorrente da aprovação do Mapa de Zoneamento Explorável dos Aquíferos/Aquitardos Tacaratu, Inajá, Aliança, Candeias, Sergi, Ilhas, São Sebastião e Marizal da mencionada Bacia Sedimentar do Jatobá, pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS).' E aí pode, porque é um 'Considerando' e não uma 'Resolução'!" **João Kennedy:** "Interferindo: neste Art.1º depois da vírgula, com adaptações aprovadas." **Ricardo Braga (da ANE):** "Não! 'com base e adaptações do Estudo Hidrogeológico-2010', no Anexo-I! Agora pode dizer: 'vírgula, conforme Anexo-I'. Você tem que se referir ao Anexo-I, porque não está referido!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Mas tem no 'Parágrafo Único: O Mapa deverá ser disponibilizado em arquivo digital georreferenciado no sítio do órgão outorgante.'" **Ricardo Braga (da ANE):** "Porque veja, você aprova o mapa e onde é que está o mapa? Está no Anexo-I! Você tem que dizer que está no anexo-I." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Mas ele não vai estar no Anexo-I, o mapa vai ser disponibilizado no site da APAC!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Mas aí não pode! Nós não podemos aprovar algo que não está na Resolução! Se ele vai ser disponibilizado no site, já vai ser uma consequência da nossa aprovação! O Anexo-I está aqui, está colocado aqui!" **João Kennedy:** "Então senhores, para evitar esta celeuma, acho que é simples resolver isso. Coloquem essa observação. Faça-se colocar essa observação: 'conforme anexo' – não está no anexo?" **Ricardo Braga (da ANE):** "no Anexo-I, pois tem o Anexo-II também." **João Kennedy:** "Então voltando, dá para a gente alterar e voltar as discussões? **Gizélia** coloca aí por favor! 'Art.1º - Aprovar o Mapa de Zoneamento Explorável de Águas Subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá.'" **Ricardo Braga (da ANE):** "com base e adaptações do Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá-2010, conforme o Anexo-II! Porque o Anexo-I é o que 'amarra' o mapa! O mapa tem que estar na Resolução para depois ir para o sítio!" **João Kennedy:** "Todos concordam, ou alguém discorda? Faça-se constar isto na Ata! Tem mais alguma observação?" **Ricardo Braga (da ANE):** "Tem sim, tem! A outra observação está no detalhe do Mapa de Zoneamento Explorável, que é este outro mapa, seguinte, muito interessante que tem, que se fosse possível também ter na primeira Resolução seria também muito bom, mas é muito difícil, não é? Porque aqui tem toda a drenagem e tem as vias também. Então facilita demais a localização. É o seguinte: a minha dúvida **Waldir**, é onde está isto dentro da Resolução? Porque a Resolução fala deste outro mapa, mas não diz se é um anexo ou qual é o anexo? Fica solto!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Ficou como um detalhe do mapa e no texto fala nele." **Ricardo Braga (da ANE):** "Então seria um detalhe do mapa?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "É, está aí como um detalhe do mapa!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Então poderíamos chamar de Anexo-I-A e Anexo-I-B? Estou falando por uma questão normativa – porque senão, fica solto! Anexo-I seria o Anexo-I-A – que é o Mapa do Zoneamento, e Anexo-I-B seria o Detalhe do Mapa do Zoneamento. Está certo?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Vamos ter que alterar no texto!" **João Kennedy:** "Temos que verificar o texto para dar certo. Por favor, volta para o texto e encontra onde é que se faz referência a estes detalhes." **Ricardo Braga (da ANE):** "É no Art.2º - 'na forma dos anexos I e II'. Aí está dito 'Anexo-I', mas não é! É 'na forma dos Anexos-I (I-a e I-B)', não é? E o II que exatamente o Quadro!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Mas o II, que está ali é o Quadro. Não é aquele 'mapinha' do Zoneamento, não!" **João Kennedy:** "Então seria 'Anexo-I-A e Anexo-I-B'?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "No Parágrafo Único do Art.2º é que fala das Zonas de Surgências. 'Parágrafo Único - Não serão permitidos novos poços nas Zonas de Surgências de aquíferos indicadas no detalhe do Mapa de Zoneamento Explorável. Por que no Mapa de Zoneamento? Porque aquilo ali é um detalhe no mapa." **Ricardo Braga (da ANE):** "Por isso que fica I-A e I-B – porque é um detalhe dele!" **João Kennedy:** "É só uma questão de ordem e de organização normativa!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Tudo bem, sem problemas!" **Ricardo Braga (da ANE):** "E uma terceira observação, dentro da mesma lógica da outra Resolução, No 'Art.3º, §1º - Os "poços existentes" nunca licenciados ou outorgados, ao serem regularizados de acordo com a Lei tal, deverão seguir as restrições de vazão de um novo poço.'" – porque é exatamente igual à Resolução anterior (da RMR). 'ao serem regularizados de acordo com a Lei tal' – que aquela mesma Lei!" **João Kennedy:** "Só para ser bem objetivo. Você quer incluir aí: 'ao serem regularizados, de acordo com a Lei tal, deverão seguir as restrições de vazão de um novo poço.'" – deve constar a Lei que não me lembro o número dela – a mesma redação que demos na Resolução anterior (da RMR)!" **João Pessoa (da FAEPE):** "É só uma questão técnica, professor **Waldir**, 'não serão permitidos novos poços nas Zonas de Surgências.' Ora, surgência significa que o freático veio à superfície – se eu tiver enganado, por favor me corrija! Mas veio à superfície! Então, ele não vai contribuir para uma recarga, então não sei por que a necessidade de não permitir novos poços." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "A Zona de Surgência é realmente uma Zona de Recarga e se você for furar um poço, você vai ter um problema sério, que é de contaminação dessas águas! O risco que está havendo dentro da Zona de Surgência é de contaminação dessas águas! Não é uma questão hídrica, é de contaminação!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza):** "Professor **Waldir**, uma coisa que não está diretamente ligada a aprovação da Resolução, seria interessante se fazer – foi até uma proposta que eu fiz no início dessa reunião – se fazer uma capacidade total de exploração desses aquíferos! Eu digo o seguinte: seguir toda a recomendação que tem nessas Resoluções, mas se fizer feito uma 'tábua de pirulito', será que esses aquíferos conseguirão suportar? Então, não seria interessante o órgão outorgante ter uma vazão máxima permitida em todo o aquífero, ao longo de tantos anos?" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Já foi colocado isso, é o que está lá na tabelinha: a vazão máxima de exploração!" **João Kennedy:** "Tem uma tabela com as distâncias e as vazões." **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza):** "Mas eu digo do aquífero todo!" **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Mas é para todo o aquífero, para a Zona 'A', a Zona 'B', etc.! Mas alguma observação? Então, vamos submeter à votação! Todos estão de acordo com a aprovação dessa Resolução, com as restrições que foram aqui colocadas, porque o Relator da CTAS, **Alexandre Barbosa**, já está ali anotando tudo para alterarmos depois? Então, fica desta forma aprovada a Resolução CRH nº 02/2019, que dispõe sobre a exploração de águas na Bacia do Jatobá." **João Kennedy:** "Vamos ao próximo ponto de



1766 pauta, que seria a apresentação da APAC." **Waldir Duarte (da UNIECO):** "Antes de entrar no próximo tema, eu gostaria  
1767 apenas de dar uma rápida notícia: na próxima semana é a Semana da Água e no dia 22 (vinte e dois) de março será o Dia  
1768 Mundial da Água. Então a nossa entidade ABAS (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas) convidou, e foi aceito, a  
1769 nossa Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, **Fernandha Batista**, e também da Presidente APAC, **Suzana**  
1770 **Montenegro**, para fazer uma apresentação no CREA/PE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
1771 Pernambuco), na quinta-feira, dia 21/03/19, na véspera do Dia Mundial da Água, porque na sexta-feira não seria possível,  
1772 já que a Secretária estaria viajando. Então o evento será na quinta-feira, às 15 (quinze) horas, no CREA/PE e vocês todos  
1773 estão convidados para participar dessa apresentação da nossa Secretária e da nossa Presidente. Obrigado!" **João Pessoa**  
1774 **(da FAEPE):** "Eu queria fazer um apelo aqui ao Conselho, que também as outras bacias de sedimento fossem estudadas,  
1775 como esta foi estudada, porque dentro em breve a Bacia de Fátima vai desaparecer também!" **Waldir Duarte (da UNIECO):**  
1776 "Eu já falei no começo, que até agora, todas as bacias estão sendo estudadas, aliás já foram estudadas: Jatobá, São José  
1777 do Belmonte e Fátima! E agora, estão sendo concluídos os estudos neste mês, das Bacias de Cedro, de Mirandiba, de  
1778 Carnaubeira e de Betânia – só vai ficar faltando a Bacia do Araripe!" **João Kennedy:** "Professor, só respondendo também  
1779 ao convite, que eu me prontificaria a ir também para essa apresentação no CREA/PE, mas como já falei para o senhor,  
1780 estarei em Juazeiro do Norte, em um evento sobre o SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural)." **Waldir Duarte (da**  
1781 **UNIECO):** "Pois é, logo que cheguei aqui, fui logo convidando o Secretário Executivo do CRH, mas ele não poderá  
1782 comparecer porque estará viajando." **Lúcia Helena (da GAOB-APAC):** "Sou da Gerência de Apoio aos Organismos de  
1783 Bacia Hidrográfica (GAOB) da APAC e sei que vocês receberam a Ata de Eleição do COBH-Sirinhaém, a Ata de Aprovação  
1784 do Estatuto e a minuta da Resolução CRH nº 03/2019, para homologação do Comitê da Bacia do Rio Sirinhaém, mas aqui,  
1785 a gente vai fazer uma breve explanação desse Processo de Formação do COBH-Sirinhaém. Aqui no slide, é um mapa que  
1786 tem a Gestão Participativa dos Recursos Hídricos, onde a gente tem a localização dos Conselhos de Usuários de  
1787 Reservatórios (CONSUs) ao longo do Estado, mais no Sertão e os Comitês de Bacias Hidrográficas (COBHs) e, o último  
1788 que foi formado foi o GL-1, que o Metropolitano Norte, que foi em 2012, 2013 – que no mapa está na cor roxa! E agora  
1789 vamos formar o COBH-Sirinhaém, que no mapa está em azul claro. Com o COBH-Sirinhaém são 08 (oito) COBHs e 19  
1790 (dezenove) CONSUs no estado de Pernambuco. Então, nós vamos falar agora desse Processo de Formação do COBH-  
1791 Sirinhaém: essa é a última Unidade de Planejamento Hídrico Litorânea, que não dispunha de Comitê de Bacia – e isto já era  
1792 uma solicitação de alguns anos; Esta bacia abrange 19 (dezenove) municípios em sua área de 2.090,64 Km² (2,13% da  
1793 área do Estado); e finalmente, em outubro de 2017, a gente começou este processo na APAC, por meio da Gerência de  
1794 Apoio aos Organismos de Bacias Hidrográficas; as entidades representantes dos poderes públicos, sociedade civil e  
1795 usuários de água, com atuação na região, foram mobilizadas para participar desse processo de formação, através de  
1796 reuniões e visitas em campo. Em fevereiro, março nós fizemos a primeira reunião, que foi um lançamento do processo de  
1797 criação; após isso foram feitas 03 (três) reuniões ao longo da bacia, uma delas no município de Bonito, outra no município  
1798 de Ribeirão e a última no município de Sirinhaém, para mobilizar as pessoas e formar finalmente a Comissão Eleitoral e um  
1799 Grupo de Trabalho para elaboração do Estatuto do futuro comitê. Em 20 (vinte) de setembro de 2018, em Sirinhaém, as  
1800 entidades habilitadas durante o processo eleitoral se reuniram e elegeram, por segmento, aquelas 20 (vinte) instituições que  
1801 comporiam o futuro comitê. Aqui no slide tem uma foto, onde o grupo foi dividido em segmentos e se reuniram para  
1802 deliberar quem iria participar da Direção do COBH – por alguns critérios elencados. Aqui na foto tem 02 (dois) grupos, por  
1803 segmento, para resolver quem é que irá fazer parte desse Comitê? Que critérios foram elencados? No do Poder Público, eu  
1804 participei, eu estava perto, e vi que eles elencaram alguns critérios: quem tinha maior participação na bacia? Qual o  
1805 município que estava mais inserido? Foram alguns dos critérios elencados! Aqui é a formação do COBH, uma foto dos  
1806 integrantes, e aqui é a foto do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário Executivo – que é a Diretoria do COBH-  
1807 Sirinhaém. Aqui na tabelinha desse slide, são os 20 (vinte) membros do COBH – representantes do Poder Público, Usuários  
1808 de Água, a Sociedade Civil e a Diretoria, em que **Alfredo José Ferraz** (Presidente do COBH-Sirinhaém) é representante do  
1809 Poder Público, **Osmar Silva Fabrício** (Vice-Presidente do COBH-Sirinhaém) também. É a UFPE está enquadrada como  
1810 Sociedade Civil! E **José Caetano** (Secretário Executivo do COBH-Sirinhaém). Em 10 (dez) de outubro de 2018, também em  
1811 Sirinhaém, os representantes analisaram e aprovaram o Estatuto do Comitê – foi numa reunião onde foi feita a leitura do  
1812 documento, que eles receberam antecipadamente o Estatuto, e aí nesta foto foi a deliberação. Após o processo de  
1813 formação a gente também fez uma capacitação em que os representantes das entidades eleitas, participaram de  
1814 capacitação sobre os aspectos legais e institucionais da gestão de recursos hídricos, funcionamento de Secretaria  
1815 Executiva e também conversaram um pouco sobre a bacia e fizeram um breve diagnóstico participativo sobre a bacia  
1816 hidrográfica, mas já para poder ter 'um norte' para as futuras discussões nas Reuniões Plenárias. Bem, este é o processo!  
1817 Se quiserem perguntar ou tirar dúvida do processo formativo, estou à disposição! E a seguir está a minuta da Resolução do  
1818 CRH que vocês todos receberam também antecipadamente." **João Kennedy:** "Alguém quer fazer alguma colocação ou  
1819 observação?" **Lúcia Helena (da GAOB-APAC):** "A gente tem todas as Atas, a gente só encaminhou tudo para **Gizélia**  
1820 encaminhar para vocês, mas ela só encaminhou os principais documentos: a Ata da Eleição e a Ata de Aprovação do  
1821 Estatuto do COBH-Sirinhaém, mas todas essas reuniões de formação, elas têm Atas com assinaturas, têm relatórios e eu  
1822 trouxe aqui todos os documentos." **João Kennedy:** "Próximo tópico, ok? Ah, tem que ter a aprovação desta Resolução  
1823 antes!" **Antônio Ferreira (da SERH):** "Só quero informar, mas talvez todos aqui já tenham o conhecimento, de que a **SERH**  
1824 **tem cadeira cativa em todos os colegiados - sejam nos COBHs ou nos CONSUs! Portanto, ela tem que se fazer**  
1825 **representar, indicando um representante titular e um suplente.** É só isso, obrigado!" **João Kennedy:** "Alguém tem  
1826 alguma objeção quanto a esta Resolução do COBH-Sirinhaém? Não! Então, está homologada a Resolução CRH nº  
1827 03/2019, que dispõe sobre a criação do COBH-Sirinhaém!" **Tereza Dutra (do IFPE):** "Eu só quero aproveitar esta  
1828 oportunidade, e comunicar que com o apoio da APAC, iremos realizar o Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do  
1829 Estado de Pernambuco (ENCOB-PE), e todos vocês se sintam convidados, mas a gente vai encaminhar o convite, e acho  
1830 que será em maio próximo – a gente vai disponibilizar a data e vai enviar o convite para todos vocês. Agradecida! **João**  
1831 **Kennedy:** "Já que a Resolução já foi homologada, vamos passar para o último tópico da nossa reunião, que seria a  
1832 apresentação do COBH-Ipojuca." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca):** "Boa tarde a todos! Na realidade se trata de uma



pequena solicitação, que vem se falando sobre isso dentro dos COBHs há muito tempo! E agora chegou a oportunidade de trazermos aqui para essa Plenária, que uma sugestão para a criação de um prêmio de titulação às pessoas que lidam diretamente com as águas em Pernambuco, como os COBHs, os CONSUs, o CRH – que têm um trabalho ao longo do tempo, e tantos outros que passaram por aqui e que trabalham com recursos hídricos, possam chegar, no final do ano, homenageados! Com, sei lá, um diploma, uma medalha, o que for! E por isso o COBH-Ipojuca trouxe essa sugestão, aqui para o Conselho – já conversei, por sinal, com o Secretário Executivo do CRH, para que a gente possa formar uma Comissão de Avaliação, para analisar os trabalhos, as pessoas que possam se enquadrar dentro desses critérios de colaboração com as águas de Pernambuco, e que possam ser homenageados, em determinado momento, por este Conselho! Então, fica aqui essa sugestão, e espero que a gente possa fazer com que este reconhecimento chegue – por sinal foi falado muito aqui que **Almir Cirilo** é uma pessoa que tem um trabalho maravilhoso dentro dos recursos hídricos de Pernambuco, e que futuramente, possa ser muito mais pessoas homenageadas! Então fica essa nossa sugestão aqui, para ser decidida aqui pelo CRH. Obrigado! Se alguém tiver alguma pergunta, alguma dúvida, fique à vontade!" **Anísio Coelho (da FIEPE)**: "Primeiro Edson, gostaria de elogiar a sua iniciativa, mas eu acho que deva ser criada uma Resolução do CRH, que estabeleça essas normas, que se estabeleça os critérios para, efetivamente, ver o que se cumpriu para que a premiação seja aquela mais evidente, aquela mais consequente! Então, a iniciativa é ótima! Mas acho que vai ter que anteceder a ela, a criação de uma norma que, realmente, vá regular quantas pessoas vão receber, qual é a periodicidade, como é o nome dos títulos? Então, eu acho que se precisaria fazer essa estrutura – é essa a minha colocação!" **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "É como eu disse, isso é a ideia, agora, que a gente pudesse tirar daqui essa Comissão que pudesse exatamente elaborar isso que você está falando, porque a gente não sabia como e por isso que trouxe para cá, e aqui a gente pudesse formalizar essa situação." **João Kennedy**: "O que você coloca é uma ideia, não é isso? Mas ter esse cuidado de se criar critérios, porque senão daqui a pouco vai virar algo muito politizado! É interessante, é importante mesmo privilegiar pessoas com medalhas, ou certificados, ou o que seja, mostrando que aquela pessoa registrou algum conhecimento, ou algum trabalho importante em recursos hídricos – como por exemplo, as próprias Câmaras Técnicas do CRH que trabalham, exclusivamente, de forma voluntária – por exemplo! Mas aí concordo com **Anísio** – tem que ter critérios, tem que ter um normativo, para não banalizar essa premiação." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "Concordo plenamente, por sinal, **Paulo André** está ali dando uma sugestão da CTALI, para que ela fizesse esta análise." **João Kennedy**: "Vamos abrir a discussão ou votação? Alguém deseja falar?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Me parece muito interessante, em princípio, homenagear sempre é bom! E quem não quer ser homenageado também? Agora, quando a gente toma uma decisão dessa, que é uma decisão para um tempo longo, tem que prever essa questão, de que ela é estável! Não pode ser um prêmio que a gente crie e daqui a um ano não sabe mais o que fazer com ele, ou daqui a cinco anos! Então, tem um primeiro momento, que é um estudo sobre a viabilidade desse plano! Não adianta a gente aqui aprovar e dizer: ah, vamos ter um prêmio! Não! Um prêmio com que finalidade? Essa premiação vai ser para as instituições, para pessoas, para instâncias dentro do próprio sistema, ou não? Eu faria uma sugestão para **Piaba**, pelo caráter que ele tem, no sentido de participação nos outros Comitês, que no próximo mês de abril agora, ou maio, que vai ter o Fórum dos Comitês de Bacias, seja possível amadurecer esta ideia – a partir dos 08 (oito) COBHs – não sei se a reunião inclui os CONSUs? Não! Mas pelo menos o Fórum dos COBHs poderia pensar um pouco mais nisto, nessa dimensão, e trazer para o CRH como uma sugestão – que fatalmente vai passar pela CTALI. Acho que tem que alguém estar propondo, para também não colocar a CTALI para fazer tudo! Ela recebe uma proposta, discute e modifica! Então, a primeira observação é que a gente tem que ter muita clareza em para quê o prêmio? O prêmio tem que ter uma missão – que é mais do que personalística! Ela tem uma missão para chegar a difundir uma ideia, um conceito e uma cultura! E segundo, quantos prêmio vão ser? E essas coisas todas." **João Kennedy**: "Só para, **Piaba**, permita-me! As suas colocações são bem-vindas e são realmente interessantes! O estamos discutindo aqui é a ideia – que é bem interessante! Mas não ficou nada certo, não estamos aprovando – nós estamos abrindo o canal de negociação, de convencimento, de estudo, quando **Anísio** colocou a questão dos critérios é porque ele está preocupado também com essa questão de 'vamos criar um benefício ou uma homenagem para alguém, sim! Mas como, por quê? É sustentável? É a longo prazo? É algo que vai fazer hoje, e amanhã alguém percebeu que não era bem aquilo, e vai extinguir! Não! Tem que ser bem planejado para que depois não fique perdido." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "É, concordo plenamente com tudo que foi dito aqui, porque até eu coloquei aqui como 'sugestão'. Não foi nada a mais! Porém, a respeito do Fórum dos COBHs, a gente já conversou isso – e isso não é nem de agora! Há muito tempo que vem se discutindo sobre essa possibilidade – até mesmo nas nossas reuniões anuais de Comitês, a gente já pensou nisso aí como homenagear pessoas que se destacam em recursos hídricos! A nossa intensão era exatamente chegar aqui, e daqui – como bem disse **Paulo André** – a CTALI ver o meio de como se pode fazer! Porque eu acho que a gente do Comitê fazer isso aí, e dizer que tem que ser assim ou assado. Eu acho que seria muito melhor se a CTALI, que eu acho que poderia fazer tudo isso que foi dito aqui, e a gente pudesse começar a caminhar – isso não quer dizer que a gente não vá discutir também lá no Fórum dos Comitês! Acho que a ideia está plantada! Como vai ser implementado é que a gente tem que ver essa situação!" **Anísio Coelho (da FIEPE)**: a CPRH já tem o prêmio desses, a gente poderia ver, adaptar, e fazer o nosso - para não partir do 'zero'!" **João Kennedy**: "Entra no que ele falou, ter estudos, estudar como vai ser feito isso! E pegar, por exemplo, a CPRH que já tem um prêmio, e adaptar à nossa realidade." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "Tem outras agências também, fora a CPRH, que têm e que podem ser analisadas! É isso, a ideia é a que foi lançada aqui, agora, vamos ver como a gente finaliza isso aí, para chegar a essa maneira de reconhecimento, de realmente quem trabalhou, ou trabalha, dentro desses critérios! Obrigado!" **João Kennedy**: "Vai ficar só na ideia, ou a gente vai colocar isto para alguma Câmara Técnica analisar? Tem algum componente da CTALI ainda por aqui, que possa falar sobre essa demanda?" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Eu sou o Suplente de **Edneida** na CTALI! Porque seria, primeiro, para avaliar a pertinência, e se considerar, sugerir como!" **João Kennedy**: "Coloque-se na Ata que esse tema do prêmio deve ser encaminhado para a CTALI, para que ela analise, porque veja, a gente vai colocar que a CTALI vai fazer isto, e depois ela se reúne e vê que não é objeto dela, etc. Então, que a CTALI analise – já que é uma Câmara Técnica ligada à regulação. Teria na pauta, somente os últimos tópicos, que seria 'Outros Assuntos' – se alguém quiser propor algo!" **Waldir Duarte (da UNIECO)**: "Uma breve comunicação: dentro de 15 (quinze) dias, mais precisamente,



1900 no dia 23 (vinte e três) de março, o nosso Conselho está completando a maior idade de 21 (vinte e um) anos – quando ele  
1901 foi solenemente instalado no Palácio do Governo, pelo então **Governador Miguel Arraes!** Então, eu queria que fosse  
1902 aprovado um ‘Voto de Louvor a este Conselho’, que tanto tem contribuído para a regularização dos nossos recursos  
1903 hídricos! **Aprovado!** **Lucia Helena (da GAOB-APAC):** “Gostaria apenas de informar que o COBH-Capibaribe, no próximo  
1904 dia 22 (vinte e dois), estará realizando na Câmara dos Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, uma Audiência Pública  
1905 sobre as situações de conflito no Alto Capibaribe, e vocês todos estão convidados a participar!” **Flávio Duarte (da SDA):**  
1906 “Veja, eu estou com uma proposição, em cima da intervenção da nossa Presidente, e em cima das várias expressões que  
1907 foram colocadas aqui – conversei um pouco com **João Kennedy**, esse processo de integração das ações, é algo que  
1908 realmente nos preocupa muito – enquanto Conselho – no sentido de que nós, como Gestores, dê conta desse desafio como  
1909 foi colocado pela Secretária **Fernandha**. Então, eu acho que nós aqui do Conselho deveríamos dar um passo adiante, no  
1910 sentido de aproveitar e fortalecer o Conselho como um espaço de interlocução, como um espaço de formulação, mas que  
1911 isso também tivesse uma sequência, e tivesse também a criação de um espaço que possibilitasse esse processo, de  
1912 exercício da integração das ações! Então, eu estava sugerindo, cheguei a conversar com algumas pessoas, a necessidade  
1913 de a gente criar uma Câmara Técnica que pudesse pensar ‘a integração das ações!’ E por quê eu estou colocando isso?  
1914 Porque essa integração é uma coisa que não faz parte, muito, da nossa cultura de Gestor Público. Ou quando a gente trata  
1915 a questão da integração é como se fosse uma iniciativa, uma vontade, mas que pouco se concretiza, ou pelo menos,  
1916 continua sendo um grande desafio! Eu acho que, em relação a recursos hídricos, com essa diminuição de recursos que a  
1917 gente tem, com essa pressão social que a gente tem – com essa demanda social reprimida, com essas mudanças  
1918 climáticas que estão, digamos assim, acirrando cada vez mais a disponibilidade, o acesso à água, ou pelo menos, os  
1919 impactos econômicos sobre a escassez e sobre o recurso hídrico na nossa economia. Eu acho que a gente deveria fazer  
1920 esse exercício! Eu tenho um pouco de experiência nessa metodologia de integração. Eu sei que quando a gente deixa uma  
1921 coisa ‘solta’, de iniciativa pessoal, ou de iniciativa de apenas algumas instituições, a gente acaba perdendo oportunidades!  
1922 Nós estamos no início do ano, é agora que a gente está formatando as propostas, é agora que a gente está formatando as  
1923 diretrizes, que a gente está discutindo os orçamentos. Fazer isso no início de uma gestão – no início que está todo mundo  
1924 animado, a SEMAS – é uma grande oportunidade! Fazer isso num final do ano – onde todo mundo já formatou os seus  
1925 planos, já amarrou as suas caixas – que é um pouco a nossa cultura de gestão pública no Brasil – a gente perde uma  
1926 grande oportunidade! Então, eu queria propor que a gente construísse, pois é um momento para a gente fazer isso – eu  
1927 posso propor um ‘esboçar’ e circular entre a gente. É uma possibilidade de a gente construir uma matriz, onde a gente  
1928 pudesse se ver, pudesse se ver no outro, ou ver o outro na gente – e a gente fazer esse exercício, que é um grande  
1929 desafio, enquanto gestor público, que falando de recursos hídricos, mais ainda! E é um grande momento! E aí eu queria,  
1930 **João**, a gente conversou, conversei com **Suzana**, para a gente propor esse desafio e tentar fazer isso, fortalecendo esse  
1931 Conselho, fortalecendo todas as instituições, todas essas iniciativas que estão começando a brotar, começando a se  
1932 dinamizar em cada instituição! Então, é a criação de uma Câmara Técnica, e Câmara Técnica é por adesão mesmo, mas  
1933 que a gente fizesse esse chamado: ‘olha, vamos fazer aqui um momento, onde a gente vai pautar a integração das nossas  
1934 ações! Vamos se conhecer, vamos ver onde é que faz um sombreamento, essa integração, e vamos também pensar como  
1935 é que a gente pode estar potencializando essa iniciativa, essa vontade e essa necessidade, enquanto gestor público. Então,  
1936 aí talvez a gente possa estar formatando isso, mas a minha preocupação é, principalmente, em relação à questão do  
1937 tempo. Não quero fazer nada apressado, mas se a gente deixar solto ou deixar isso para depois, fica muito mais difícil  
1938 porque a gente vai estar muito mais amarrado a partir do que cada um já planejou, já orçou e já está começando a executar.  
1939 Obrigado!” **João Kennedy:** “A gente já tinha conversado sobre isso e, inclusive, nos momentos iniciais aí, que se falou  
1940 sobre essa questão da integração das informações, porque eu percebo que são ilhas – cada órgão que tem as suas  
1941 informações, às vezes, eu tenho a informação que você precisa, e vice-versa – e essas informações não são  
1942 compartilhadas! Importante essa sua observação! E eu gostaria de saber se é possível, criar algo desse tipo: uma Câmara  
1943 ou se uma das Câmaras Técnicas já poderia estudar isso?” **Ricardo Braga (da ANE):** “O **Flávio** coloca um ponto crucial,  
1944 que ao longo do tempo, talvez esteja na cabeça de cada um, a necessidade da troca, da integração. A gente vive o tempo  
1945 todo, particularmente eu, falando na questão só sobre hidroambiental, por exemplo, e tem sido tão difícil ao longo do tempo!  
1946 Imagine agora também a agricultura, a indústria e tudo o mais! Só que essa integração é individual – ou seja, cada um  
1947 chega aqui, vai embora e não existe essa integração no sentido horizontal! Ao mesmo tempo, como ele fez a proposta já no  
1948 finalzinho, fica tão difícil de a gente decidir essas coisas – ele coloca a gente no ‘canto da parede’ porque fala na questão do  
1949 tempo por causa dos orçamentos, mas ao mesmo tempo a gente não pode se precipitar e criar e tal! A Câmara Técnica me  
1950 parece algo muito mais estável do que uma Comissão, porque se você cria uma Comissão de 03 (três) pessoas para  
1951 pensar nisso – aí pode ser até agora – uma Comissão que **Flávio** estaria como Coordenador, suponho, e que pensasse na  
1952 concepção de integração, e que pudesse na próxima Reunião do CRH, que é em agosto, apresentar essa proposta – seria  
1953 uma alternativa! Chama-se Grupo de Trabalho! É um Grupo de Trabalho. Eu proporia que fosse você **Flávio**, e não é uma  
1954 questão de hierarquia, é que **João** está com outras funções e ele é o mandante – o cara que manda não tem que estar  
1955 logo, o tempo todo, na frente não! Ele tem que ficar mais na retaguarda! Então, coloca **Flávio** que é um cara que já está  
1956 concebendo a coisa toda e você, **João**, está dando as condições para que isso aconteça!” **João Kennedy:** “Então, vamos  
1957 criar essa Comissão agora, ou não?” **Ricardo Braga (da ANE):** “Acho que já tem 02 (dois), para um Grupo de Trabalho  
1958 basta só um terceiro aí!” **João Kennedy:** “Algum representante de outro órgão, para integrar informações? Pronto, a APAC!  
1959 Então, fica criado o Grupo de Trabalho com a APAC, o IPA, a SERH e o Prefeito Mário da Mota (de Riacho das  
1960 Almas) pela AMUPE.” **Ricardo Braga (da ANE):** “Só dá Governo aí nessa história, mas tudo bem!” **João Kennedy:** “Ok!  
1961 Mais alguém quer participar? Agora, vamos ver se prospera, não é? Temos que prosperar! Bem, encerram-se os assuntos,  
1962 eu agradeço a presença de todos vocês, os ‘heróis da resistência’, que ficaram até este horário, eu convido todos vocês a  
1963 fazerem uma foto final, da nossa primeira Reunião do CRH de 2019! Ah, antes que eu esqueça, para a FIEPE, os meus  
1964 agradecimentos! Muito obrigado FIEPE! Você foi fundamental nessa nossa reunião, que nos cedeu um lugar maravilhoso,  
1965 além do coffee break, do espaço para o nosso almoço e da equipe para nos ajudar! E a **Gizélia** que correu atrás de tudo  
1966 isso!” **Anísio Coelho (da FIEPE):** “Mas eu quero dizer, que com muito prazer e muita satisfação que nossa FIEPE tem o



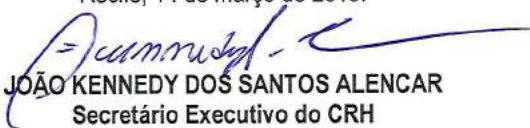
1967 orgulho de abrigar aqui tão importante Conselho, e que a casa está à disposição! Se quiser fazer outros encontros, estamos  
1968 aqui à disposição! E esse só deve ser o primeiro!" **João Kennedy**: "Eu acho que a Dra. **Suzana** não vai me perdoar!  
1969 Primeiro, eu esqueci de chamá-la para se apresentar – a primeira gafe! E a segunda, eu disse que quem pagou o almoço foi  
1970 a FIEPE, quando foi a APAC!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Quero parabenizar, não só a iniciativa da  
1971 FIEPE, mas também parabenizar essa nova formatação do Conselho – participativa, de boas discussões, de elevadas  
1972 discussões, de boas propostas! Quer dizer, é um novo momento, apesar de ser provavelmente, a última reunião dessa  
1973 gestão do Conselho, foi realmente uma mudança." **João Kennedy**: "Com meus agradecimentos a todos os presentes, eu  
1974 encerro esta XLIV Reunião Ordinária do CRH."

1975

Recife, 14 de março de 2019.

1976

1977

  
**JOÃO KENNEDY DOS SANTOS ALENCAR**  
Secretário Executivo do CRH